

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte de Dezembro de Dois mil e Vinte e Um

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente José Carlos Travassos Relva, Primeiro Secretário António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “(...) os colegas da mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhores do público senhores funcionários da Autarquia. Em primeiro lugar uma palavra de agradecimento aos senhores funcionários da Autarquia, dado que as Moções tendo chegado até à meia-noite de sábado, foi preciso ontem trabalhar, de modo que para eles muito obrigado. Iríamos dar início aos trabalhos e começaríamos por dar posse aos três senhores Deputados que no dia dezasseis de outubro, por várias razões, não tomaram posse. Iria chamar em primeiro lugar a senhora Deputada Ana Mendes Godinho.” -----

- **Deputada Ana Mendes Godinho (PS):** “Juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Tiago Filipe Saraiva Gomes.”

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós.” -----

- **Deputado Rodolfo Queirós (PSD):** “Juro solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dar nota das substituições: do Grupo Municipal do PG falta José de Almeida Gonçalves substituído por Paulo Jorge Costa Teixeira; Grupo Municipal do PSD falta Jorge Manuel Barreto Xavier substituído por João Bernardo Rebelo Marques; falta Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito substituída por Carlos André Tavares Cruz; falta Pedro Jorge Vilarinho Martins Lourenço Nobre substituído por Maria Manuela Rodrigues Pereira Monteiro; Grupo Municipal do PS falta Pedro Manuel Pinto Teixeira substituído por Carlos Varandas Nunes; falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios substituída pelo Tesoureiro Paulo Jorge Nascimento Pina; falta a Presidente da Junta de Freguesia da Faia substituída pela Secretária Maria de Lurdes Máxima Pires. -----

Nos termos do Edital e do Regulamento vamos proceder à votação da ata da Assembleia Municipal de nove de setembro de dois mil e vinte e um. Não sei se algum senhor Deputado se quer pronunciar? Não havendo, ponho à votação.” -----

--- **Resultado da votação da ata do dia nove de setembro de dois mil e vinte e um.** ----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta e um votos a favor e dezasseis abstenções. ----

Período de Intervenção Do Público

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passando agora ao período de intervenção do público, houve um pedido do Engenheiro Luís Manuel de Sousa Aragão, a quem eu dava a palavra, nos termos do Regimento por cinco minutos, se faz favor. Senhor Engenheiro, se não se importa, como temos Língua Gestual, se fizesse favor utilizava aquele microfone. Obrigado.” -----

- **Luís Aragão:** “Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Excelentíssima senhora e senhor Secretários da mesa, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Excelentíssimas senhoras e senhores Vereadores, Excelentíssimas Deputas e Deputados da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Presidentes de Juntas, mais pessoas presentes nesta sala e que acompanham à distância. Venho falar na qualidade de cidadão sobre um assunto que já me trouxe aqui várias vezes, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, o setor da construção civil no Concelho da Guarda. É um assunto que tomei em mãos de forma pública quando entendi que o falar internamente já não era suficiente. Na última campanha eleitoral, o assunto veio à baila em vários debates que tive oportunidade de assistir onde, agarrado a questão da saúde e da falta de médicos vinha o da falta da habitação. Fiquei preocupado quando ouvi dizer nesses debates que a Câmara se disponibilizava para arranjar habitação para os médicos que quisessem vir para a Guarda. Então e os outros que não são médicos, como é que fazem? O problema não é só falta de médicos e demais profissionais da saúde, é também o da falta de habitação no Concelho. Este assunto é fundamental para o desenvolvimento económico do Concelho da Guarda. --- O setor da construção civil engloba os comerciantes de materiais de construção, as empresas de construção civil, os seus trabalhadores, os arquitetos, os engenheiros, as imobiliárias, os investidores, enfim, os cidadãos em geral que quando andam à procura de casa têm muita dificuldade, quanto mais não seja, por quanto menos casas há para vender ou para alugar, mais os preços sobem, é a lei da oferta e da procura. E todo este problema vem de onde? Da dificuldade e da morosidade em obter as licenças e autorizações necessárias no serviço de obras da Câmara Municipal da Guarda. É um problema que vem de longe, já do tempo em que era Presidente da Câmara Municipal o Engenheiro Joaquim Valente, e que se tem vindo a agravar. Quando era Presidente o Dr. Álvaro Amaro fez várias mudanças no departamento das obras, com a concentração num único serviço das obras públicas e das obras particulares. Mas visto a esta distância essas mudanças em vez de resolverem os problemas, ainda os agravaram mais, com a dilatação dos prazos de resposta e com o incumprimento sistemático dos prazos previstos na legislação que na Câmara da Guarda, são mais ou menos como antigamente os horários do comboio, serviam para saber qual era o atraso. Houve várias tentativas que, quer de forma isolada, ou em pequenos grupos tentaram fazer perceber ao Executivo, quer Dr. Álvaro Amaro quer posteriormente do Dr. Carlos Chaves Monteiro, que as coisas não estavam bem. Infelizmente, nem um nem o outro deu ouvidos ou quis saber do problema. Surgiu então uma carta com um abaixo assinado com todos os profissionais do setor, com mais de cem assinaturas, que foi entregue há pouco mais de um ano ao então Presidente Dr. Carlos Chaves Monteiro e à comunicação social, que teve algum eco nesta última e que foi o mais abafada possível dentro da Câmara, não tendo sido dada nenhuma resposta aos seus subscritores até hoje. Aliás a falta de

resposta da Câmara Municipal da Guarda nesses assuntos é recorrente, designadamente na falta de resposta às reclamações apresentadas pelos técnicos no livro de reclamações. É inconcebível estar mais de cinco meses à espera que o SMAS vá pôr um contador de obra, é inconcebível estar mais de três meses à espera de uma licença de utilização para entregar num banco, quando a legislação diz que deve ser entregue no máximo em quinze dias e as finanças multam quando passam três meses do fim da obra. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Engenheiro Sérgio Costa, vim aqui para lhe dizer que é necessário mudar a forma e a atitude como são analisados os processos das obras particulares, é preciso descomplicar, agilizar, é preciso olhar para a forma como se vai aprovar um projeto e não à forma como se vai chumbar. Esta mudança é fundamental, pela Guarda. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

Período de Antes da Ordem do Dia

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Começaremos por um voto de pesar que eu pedia, pela ordem de entrada, e que eu pedia ao representante do PG para vir ler se faz favor. Como temos hoje, intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, agradecemos, e a pedido deles próprios, agradecendo eu a presença deles aqui, e por pedido deles, sugeria aos senhores Deputados que viessem intervir, o favor de no momento da intervenção retirarem a máscara para eles poderem ouvir melhor. Muito obrigado.” ----

- **Deputada Isabel Gonçalves (PG):** “Cumprimento a mesa da Assembleia na pessoa do senhor Excelentíssimo Presidente estendendo esse mesmo cumprimento a todos os presentes e aos que nos seguem à distância. É com enorme consternação pela morte de João Mendes Rosa, que a Assembleia Municipal da Guarda apresenta este Voto de Pesar. Cito, de forma livre os versos de Zeca Afonso, «a morte saiu à rua num dia assim (...) naquele lugar sem nome pra qualquer fim, (...) vão dizendo por toda a parte o poeta morreu...» Morreu o pintor, o poeta, o ensaísta, o dramaturgo, o museólogo e o arqueólogo, o historiador, morreu João Mendes Rosa. Com mais de trinta livros publicados é a Poesia – o Poemário – como frequentemente dizia, que mais o apraz. Deveria ter vindo à Guarda para apresentar no Museu, onde palavras suas, «fui tão feliz», o seu último livro «A Imensidão Insubmissa dos Abismos.» Mas a sorte, ou a Morte não deixou. Visionário, criativo, enérgico e generoso (teimoso também) sonhou o SIAC - Simpósio Internacional de Arte Contemporânea e, a Arte, em festa, saiu à rua e a Guarda centralizou-se, nacional e internacionalmente. Por isso a cidade lhe está grata... ou deveria. Não há muito tempo comentou, a propósito da morte de um amigo, de forma quiçá premonitória, «o tempo esgota-se-nos, quando menos esperamos, somos tão efémeros...» Ouso citar Camões «...e aqueles que por obras valerosas da lei da morte se vão libertando» assim, acontece com o João. Termine citando-o «...pudesse a humanidade sobreviver a um quotidiano que fosse só de afetos» no seu livro, Azul e Calmo sob o Espanto. Gostaríamos de propor um minuto de silêncio em memória de João Mendes Rosa, e simultaneamente lançar o repto ao Executivo Camarário, de homenagear o anterior Diretor do Museu da Guarda, atribuindo o seu nome a uma sala nesse mesmo Museu. Solicitamos, por fim, que este Voto de Pesar seja dado a conhecimento, à Família, aos amigos, à Equipa do Museu da Guarda que com ele partilhou o sonho. Aos Amigos do Museu da Guarda que com ele «renasceram». A todos

os que lamentam a sua partida, apresentamos as sentidas condolências. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito Obrigado. Iriamos colocar este Voto de Pesar à votação da Assembleia.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pela Morte do Dr. João Mendes Rosa** -----

- *Aprovado, por unanimidade*, com setenta e dois votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pedia o favor que fizéssemos um minuto de silêncio. Muito obrigado. Do mesmo modo deu entrada na mesa, um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e pedia a um dos senhores Deputados o favor de vir ler.” -----

- **Deputada Manuela Fernandes (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e Membros da Mesa, caro Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos do Município, representantes dos órgãos de comunicação social, público presente. Norberto Gonçalves, um cidadão da Guarda, que faleceu no passado dia sete, destacou-se desde cedo pelo seu altruísmo pessoal e institucional. Um Guardense puro de coração, que ofereceu aos outros o que de melhor tinha, o seu saber e o seu tempo. Professor, apaixonado pela partilha dos conhecimentos e experiências, dirigente associativo, reivindicativo e lutador pelo bem comum, escritor refinado na forma e no conteúdo, com inúmeros artigos e livros. Norberto Gonçalves, prestou diversos serviços a causa pública destacando-se sempre pela sua forma ponderada e estruturada de pensar as pessoas e os territórios. Norberto Gonçalves, um puro de coração que conquistou através da sua humildade e que muitas vezes escreveu sobre a Guarda. Destacamos um fragmento do muito que escreveu «(...) é por tudo isto e pelo demais que as palavras não conseguem traduzir que se gosta da Guarda, que se aprende a gostar da Guarda. Afinal gostar da Guarda é um estado de espírito. Razões? ... Porquê? ... Para quê? Ele há razões que a razão desconhece (...)». Assim pela sua entrega e dedicação à Guarda, o Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal reunida em vinte de dezembro de dois mil e vinte e um delibere, apresentar à sua família, Associação de jogos tradicionais e comunidade educativa, as mais sentidas condolências, respeitar um minuto de silêncio em sua homenagem.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Do mesmo modo vou pôr à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pela Morte de Norberto Alexandre Cabral Gonçalves** -----

- *Aprovado, por unanimidade*, com setenta e três votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Do mesmo modo pedia que guardássemos um minuto de silêncio. Muito obrigado. Continuando a ordem de trabalhos. O Partido Social Democrata, apresentou na mesa uma Moção e uma Recomendação, pedia a um dos membros da Assembleia, representante do Partido se pretendia vir ler.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Bom dia a todos, portanto é uma moção: «Transparência e direito à informação, na gestão Autárquica.» O princípio da administração aberta é um dos Pilares da República sobre o qual assenta um conjunto vasto de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, quer seja entendido no seu âmbito mais restrito de acesso aos documentos, dados e processos administrativos, quer seja compreendido no seu âmbito mais vasto que inclui também a divulgação ativa e de forma acessível, de documentos, dados e informação por parte dos órgãos da administração pública. Ora, para que os particulares possam conhecer e aferir o cumprimento das disposições legais por parte da administração pública, bem como os argumentos de facto e de direito que fundamentam as suas decisões é necessário garantir a existência de ferramentas que promovam a publicitação dos procedimentos e o total acesso à informação, constituindo-se esta a principal ferramenta para capacitar as pessoas para a responsabilização dos Executivos Autárquicos. ----- Neste sentido deve o Município da Guarda promover uma política de governação aberta, participada e descentralizada baseada na permanente prestação pública de contas e na implementação de uma política de dados abertos que assegure a promoção efetiva do direito de todos os cidadãos a uma informação pública transparente, clara, acessível, organizada e atualizada, salvaguardando as restrições fixadas na legislação sobre acesso a documentos administrativos e proteção de dados pessoais. A informação Municipal é a concretização moderna do conceito de proximidade da administração pública aos cidadãos, sem sair de casa e usando apenas a Internet, o cidadão deve poder acompanhar toda a atividade do Município e da Assembleia Municipal. ----- Assim, a criação dos instrumentos simples e acessíveis para um melhor relacionamento dos cidadãos com o Município é a materialização dos princípios de transparência administrativa e democratização dos processos que norteiam a ação da Câmara Municipal, bem como assegura o cumprimento da Lei vinte e quatro de mil novecentos e noventa e oito, de vinte e seis de maio, que aprova o estatuto de direito à oposição. Face ao exposto o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal da Guarda na sua sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e vinte e um delibere que, as reuniões do Executivo Municipal sejam transmitidas online, eu julgo que já foi uma proposta do Partido Socialista numa reunião de Câmara, as atas das Reuniões do Executivo Municipal sejam publicitadas no site do Município no prazo máximo de dez dias após a realização das mesmas, para uma mais fácil consulta das mesmas, deverão constar em registo de vídeo e escrito. As atas das sessões da Assembleia Municipal sejam divulgadas no site do Município no prazo máximo de vinte dias após a realização das mesmas, a divulgação das atas de todos os anteriores mandatos, dado que as mesmas não estão disponíveis, passem a estar acessíveis a todos. Da mesma forma ou quando houver registos vídeo constarem, mas também as transcrições integrais dos textos, porque é de consulta muito mais acessível. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado não pretende ler a Recomendação, ou ficaria para ... Muito obrigado.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, senhor Presidente de Câmara, senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais e senhores Presidentes de Junta. Passo a ler a recomendação pelo Grupo Municipal do PSD: «Novos espaços na inclusão social.» Considerando que a existência de mecanismos de exclusão social que inibem os

cidadãos com deficiência por múltiplas razões e em muitas circunstâncias da sua vida de exercer plenamente sua cidadania. O desafio que constitui a inclusão social das pessoas com deficiência, que a realizar-se enriquecerá o desenvolvimento humano do nosso Concelho. As diretrizes emanadas pela Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde, União Europeia e a própria Legislação Nacional que sublinham a necessidade de medidas adicionais que favoreçam a inclusão social da pessoa com deficiência em áreas como: o emprego, trabalho, consumo, segurança social, saúde, habitação e urbanismo, transportes, educação e ensino, cultura e ciência, sistema fiscal, desporto e tempos livres. O objetivo da Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência de promover, proteger, e garantir o gozo pleno, igual de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, por parte de todas as pessoas com deficiência e de promover o respeito pela dignidade. -----

A LGP uma das três línguas oficiais de Portugal reconhecida na constituição em mil novecentos e noventa e sete, através da qual grande parte da comunidade surda comunica entre si, portanto, o Grupo Municipal do PSD recomenda que, as Reuniões do Executivo Municipal passem a ter transmissão online acompanhadas de intérprete de LGP, as Sessões da Assembleia Municipal passem a ter sempre disponível, no presente mandato intérprete de Língua Gestual Portuguesa. O Município da Guarda disponibilize nos seus Serviços de Atendimento presencial, um interprete de LGP, uma vez por mês em dia fixo, devidamente identificado junto da respetiva comunidade. A marcação prévia destes atendimentos deverá ser feita online ou presencialmente. A criação de um balcão da inclusão, que não será mais do que um serviço de atendimento que disponibilize informação e mediação especializada e acessível às pessoas com deficiência e ou incapacidade, suas famílias, organizações e outros, que direta ou indiretamente intervêm na área. Trata-se de uma sugestão a estudar e a analisar para um futuro próximo, de acordo com as necessidades já reconhecidas bem com as que venham a ser detetadas. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado muito obrigado. Relativamente à Moção que irei por seguidamente à discussão e à votação, permitir-me-ão senhores Deputados que ao abrigo do disposto nos artigos vinte e três e vinte e quatro do Regimento da Assembleia, possa equacionar algumas questões. E, a primeira questão é de ordem estritamente legal. E, que se prende com o facto de as atas só produzirem efeito depois de aprovadas, como há pouco fizemos, aprovámos a ata de setembro deste ano. Em consequência, tenho dúvidas que seja legal colocar no prazo de vinte dias, no que concerne à Assembleia Municipal, as atas à disposição, até porque é humanamente impossível fazê-lo, na medida em que esta é uma ata de uma Assembleia e esta é a ata de outra Assembleia, elas têm este tamanho. Não sendo aprovadas, não parece à mesa que seja legal. -----

Relativamente às Reuniões do Executivo Municipal, a mesma coisa. Acresce que não nos parece também legal colocar online todas as Reuniões da Câmara, mas apenas aquelas que sejam públicas, até porque me permito dizer que nos parece, à mesa, que não seria curial, não seria de interesse para o Município que algumas sugestões, algumas propostas, por exemplo, de algum empresário que estivesse interessado em investir no Concelho da Guarda, se ao mesmo tempo e no mesmo momento isto fosse público, para que outros se pudessem aproveitar da ideia. Isto é um Português muito simples, muito sintético, mas muito afirmativo, é a opinião da mesa. Temos dúvidas quanto à legalidade, quanto à sua eficácia e quanto a eventuais prejuízos. Por isso, a mesa

deliberou propor ao Grupo Parlamentar do PSD, se assim o entender obviamente, a reconsideração dos termos da Moção ou então como temos uma nova Assembleia, em fevereiro do próximo ano, dois meses, se não seria de reconsiderar e nessa altura, até porque vamos ter que discutir o Regimento daqui até lá, se não seria oportuno fazê-lo nessa ocasião. De qualquer maneira, a Moção está à discussão, se algum senhor Deputado se quiser inscrever para falar tem a palavra. Faça favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Relativamente aos prazos, os prazos era uma proposta, poderia ser retirado. A questão é que de facto nos vários Municípios constam, se consultarmos a nível Nacional, constam várias atas por escrito e em vídeo e, portanto, achamos que é pertinente, até para o acesso à informação. Agora, no entanto, tendo em conta a proposta apresentada pelo senhor Presidente de ponderarmos isso para fevereiro e com o novo Regimento até constar, não temos qualquer problema em adiar a discussão desta Moção ou passá-la a Recomendação, porque na prática o que se pretende é mesmo facultar o acesso à informação ao cidadão, porque nós vamos tendo acesso a ela, o cidadão não vai tendo. Por exemplo, do anterior mandato, as Assembleias Municipais, ficámos sem o histórico todo para trás e eu era Deputado Municipal e não tenho lá o registo, é mais nesse sentido. Porque nós até vamos tendo acesso, mas o cidadão não tem acesso ao que se vai passando, ao que se vai discutindo e isso acho que é importante para o cidadão ter conhecimento do que é a Democracia a funcionar e do que é a casa da Democracia. Mas, estamos dispostos a discutir isso em fevereiro, não há problema nenhum. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. O Grupo Parlamentar do CDS apresentou três recomendações, pedia que se quiser usar da palavra, faz favor.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos. Recomendação: «Criação de uma APP (Guarda Tudo).» A região do Interior vive uma estranha relação com o fator humano que impede que as pessoas nela se fixem. Atualmente o litoral, que é cerca de um quarto do território nacional, acolhe perto de três quartos da população e aí se concentram quase quatro quintos de rendimento nacional. Não é por falta de discurso e de boas intenções que o desenvolvimento do Interior deixa de acontecer, mas sim por razões que têm a ver com a ausência de implementação de políticas efetivas. O problema demográfico, sendo um problema de dimensão nacional, afeta de forma especialmente agravada o Interior de Portugal. Esta vasta região do País sofre duplamente com esta calamidade, uma vez que sente a redução da natalidade como qualquer outra região e ainda vê partir os seus jovens. No que respeita à Guarda, continuamos a acreditar que é possível construir coletivamente as soluções de que o nosso Concelho precisa. Aliás, essas soluções nem são impossíveis, pelo que tudo fica mais fácil no processo de alteração de um paradigma social e económico que vai para além das fronteiras do nosso Concelho. É uma mudança que tem que tocar todo o Interior do País. A ideia de cidade banal expressa por Unamuno quando a visitou é uma marca que a Guarda foi abandonando, sendo difícil que hoje não conste de mapas de cidades aconselhadas a visitar. Também na Guarda o futuro se constrói e tem bons fundamentos. É preciso, no entanto, melhorar a informação dada, por exemplo, a quem nos visita. Neste sentido o Grupo Municipal do CDS/PP Guarda recomenda à Câmara Municipal da Guarda a: criação de uma APP (Guarda Tudo) que inclua um GPS Processual (com atribuição de um código a cada processo que permita ao Município saber em que

momento se encontra a sua apreciação) e com um menu de restauração, alojamento, património, locais de interesse turístico, transportes, eventos culturais, e que facilite comunicações das mais diversas situações, desde a leitura da água, problemas nas vias ou a sinalização de outras anomalias.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Essa é a primeira Recomendação, se não se importa pode passar à segunda Recomendação. Muito obrigado.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim. Recomendação: «Requalificação e manutenção nos Bairros das Escolas do Primeiro Ciclo.» A escola pública, enquanto escola para todos e para cada um, garante a inclusão respondendo à diversidade das necessidades, potencialidades, interesses e preferências das crianças e alunos, promovendo a equidade através das possíveis oportunidades, com o planeamento educativo centrado no aluno. É no sentido do interesse dos alunos e concomitantemente das suas famílias que pensamos ser fundamental deixar cair a ideia da construção de um megacentro escolar (na atual C+S de S. Miguel), em favor da reabilitação e ampliação das escolas de Bairro, que entendemos que devem ser transformadas em unidades modernas e dotadas de todas as condições para que as nossas crianças aí possam crescer e desenvolver competências, em proximidade ao meio familiar. Esta é uma medida que favorece as crianças e as suas famílias, que podem assim prestar um importante apoio de retaguarda tão necessário nos dias de hoje. Atualmente coexistem com os equipamentos escolares mais modernos e atuais, outros que requerem especial atenção por se encontrarem desajustados em termos da resposta física que dão ao sistema educativo. -----

Se visitarmos as escolas do Ensino Básico do Bairro da Luz, de Alfazeres, do Bairro do Pinheiro ou das Lameirinhas, percebemos claramente que estes edifícios requerem intervenções que lhes permitam continuar a cumprir o desígnio que levou à sua construção no espaço geográfico urbano onde estão inseridas. Desde logo que estes equipamentos escolares são importantes na medida em que permitem que as crianças dos Bairros onde se inserem não tenham necessidade de serem deslocadas para outros pontos da cidade, favorecendo o seu acompanhamento familiar e permitindo que muitas delas se desloquem a pé para a escola, além de poderem tomar as respetivas refeições em casa e a ela regressar logo que concluído o período letivo. Este enquadramento de proximidade dos equipamentos escolares liberta igualmente os pais para as tarefas profissionais, facilitando a compatibilização dos tempos de trabalho com o acompanhamento familiar. E este é um aspeto deveras importante na vida dos dias de hoje. A adequação destes edifícios escolares à realidade educativa atual favorece igualmente o ambiente, evitando mais deslocações em automóvel, e a própria gestão dos fluxos de trânsito numa cidade que ainda não é exemplo em termos de organização viária e acessibilidades. Neste sentido, o Grupo Municipal do CDS recomenda à Câmara Municipal da Guarda a requalificação e manutenção nos Bairros das Escolas do primeiro ciclo: Alfazeres, Bairro do Pinheiro e Bairro da Luz, para as transformarem em escolas modernas adaptadas à realidade educativa atual, permitindo desta forma que continuem a cumprir a importante missão instrutiva/educativa que sempre cumpriram e aliando-a à proximidade do acompanhamento familiar dos alunos que as frequentam.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pode passar à terceira, se faz favor. Muito obrigado.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Recomendação: «Pela Segurança no Centro Coordenador de Transportes». Apesar do Centro Coordenador de Transportes estar localizado no centro da cidade, o movimento de pessoas e veículos, a partir das vinte e duas horas, é diminuto nesta zona. A estas circunstâncias acresce ainda a falta de transportes públicos e de táxis, que deixam os utentes da rede de expressos numa situação frágil, em face do isolamento do local a horas tardias e das condições climatéricas da Guarda. Como é do conhecimento de todos, a rede de expressos mantém carreiras para a cidade da Guarda, oriundas de diversos pontos do País, das quais são utilizadores regulares os jovens do nosso Concelho que se distribuem pelos mais diversos pontos do País, para prosseguirem a sua formação académica, e alguns destes autocarros chegam ao Centro Coordenador de Transportes, após as vinte e duas horas. Têm chegado algumas queixas de utentes dos transportes rodoviários de passageiros que sinalizam uma evidente falta de segurança e de outros transportes (táxis) que se coordenem com os autocarros de longo curso, na Central de Camionagem. A falta de segurança está relacionada com situações de pessoas que fazem desta infraestrutura Municipal o seu local de abrigo, e não só, muitas vezes acompanhados de animais com sinais de pouco cuidado e limpeza, que transmitem uma sensação de insegurança e temor aos utilizadores da Central de Camionagem. Há também notícias de situações pouco edificantes, que ocorrem nos sanitários, bem como casos de violência e até de pequenos assaltos. O Grupo Municipal do CDS vem assim recomendar à Câmara Municipal da Guarda que providencie no sentido de: garantir a segurança de pessoas e bens no Centro Coordenador de Transportes; garantir a articulação entre autocarros de longo curso e transportes de uso público para quem tenha necessidade de a eles recorrer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Se algum senhor Deputado quiser usar da palavra, faça favor. Não havendo, passaríamos às duas Recomendações e à Moção do Bloco de Esquerda. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Bom dia. Antes de mais queria ...” -----

- **Deputado Luís Soares (Chega):** “Bom dia a todos. O meu apelo é muito simples e muito breve. Era se a mesa podia providenciar algo que nos confortasse o aparelho digestivo, nomeadamente líquidos já agora. É um bocadinho simples, se calhar estranho...” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “Já fazemos a distribuição.” -----

- **Deputado Luís Soares (Chega):** “Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada faça favor. Pedia-lhe o favor se podia começar pelas Recomendações e, depois, a Moção no fim. Muito obrigado.” --

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Sim. Claro que sim. Um minuto, então, por favor. Tenho tudo digital. Primeira Recomendação que fazemos à Assembleia, trata o tema da «Proteção Animal.» A importância do trabalho de acompanhamento e proteção por parte das Associações Animais, no Concelho da Guarda, é visível e não pode ser esquecido, sendo, portanto, lógico que estejam previstos apoios financeiros Municipais que permitam a existência destas Associações, a continuidade e a valorização do seu trabalho. Capturar-Esterilizar-Devolver (CED) é um método eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres. O processo engloba a

captura dos gatos, a sua esterilização, um pequeno corte na orelha esquerda para identificação, desparasitação e, a devolução dos animais a uma colónia protegida por um/a cuidador/a. Sempre que seja possível a socialização, os animais são retirados das colónias e encaminhados para adoção. Pelo exposto, recomendamos: a continuação do programa CED e que o financiamento Municipal destinado ao Associativismo abranja as Associações de proteção animal, garantindo assim a sua óbvia existência e continuidade do trabalho incrível que têm feito pela Guarda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, segunda Recomendação. Se fizer favor.” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “A segunda Recomendação reporta-se à «Habitação de Responsabilidade Municipal.» Em termos de habitação nós colocamos aqui dois pontos, a adaptação das habitações da responsabilidade do Município e também a manutenção das mesmas habitações. Passo a ler. É urgente a identificação das necessidades logísticas do Bairro da Fraternidade de forma a encontrar uma solução para as/os atuais residentes. As habitações ainda apresentam amianto dezasseis anos após a sua proibição, têm infiltrações de água e uma série de outros danos que têm consequências na saúde das populações residentes. Falamos de casa que são habitadas por famílias inteiras, que não têm condições para autonomamente sair do Bairro. A manutenção das áreas comuns e de acesso ao Bairro têm sido continuamente ignoradas. Em relação a habitações que se encontram na zona da Guarda-Gare, especialmente, perto do Centro de S. Miguel, nós também encontramos lá habitações de arrendamento acessível que carecem de manutenção e, pior que isso, de adaptação à população residente. Nós sabemos que esta situação tem sido tratada pelo atual Município e congratulamos, obviamente essa preocupação, mas não poderíamos deixar de reforçar a necessidade de identificar situações semelhantes a esta e de as resolver com a máxima urgência. Falamos da independência das pessoas, da sua autonomia, de poderem ser capazes ..., de a cidade estar construída para serem capazes de existir plenamente. Enquanto Bloco de Esquerda, nós consideramos que isto é uma situação essencial. A cidade tem que ser construída para que todos consigam ser autónomos e independentes nela, e isto passa por infraestruturas como são a habitação e também pelo que está a acontecer agora nesta Assembleia, pela primeira vez existe interpretação de Língua Gestual, é obviamente de congratular esta iniciativa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado. Quer passar a ler a Moção se faz favor?” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Sim. Em termos de Moção é possível fazer aqui uma pequena alteração em termos do que é proposto à Assembleia Municipal?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Sim.” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Sim. Então passo a ler a Moção, aquilo que foi colocado na plataforma vai ter no final uma pequena alteração, eu irei identificá-la para que não haja erros. Atendendo que o Concelho da Guarda se encontra incluído no Programa de Prospecção e Pesquisa de Lítio, reforçamos que a decisão de conceitos como «fixar as pessoas no interior», «valorizar o território» e «desenvolver a Guarda» serem apenas chavões ou propostas concretizáveis, faz-se todos os dias em momentos como este. É imperativo respeitar a população residente e o Território que as acolhe. A Guarda

é também o seu ar, o seu solo, as suas rochas, as suas matas, rios e os respetivos afluentes. O Concelho da Guarda tem o privilégio de ser percorrido por cinco rios, é composto por um solo fértil, uma paisagem de montanha de perder de vista e um ar com um índice de pureza e qualidade que nos valeu primeiramente o Sanatório Sousa Martins e mais recentemente, em relação à cidade, a classificação de «Cidade Bioclimática Ibérica.» Podemos e devemos usufruir dos recursos naturais que a nossa região nos proporciona, investindo em projetos que valorizem o Território a curto, mas também, a longo prazo. Carências económicas e profissionais não podem ser a desculpa para a exploração descontrolada destes territórios. -----

Não há *royalties* que se possam comparar às consequências nas populações e não é possível uma real reabilitação de um recurso que é finito. É imperativo perceber que o próprio processo é largamente mecanizado e, portanto, a criação de postos de trabalho é praticamente nula. Não é possível que a saúde das populações residentes e a biodiversidade sejam protegidas de alguma forma que não seja a completa oposição a este programa e à forma como foi conduzido. Relembramos a data em que foi lançado e a data limite para responder aos relatórios. A metodologia proposta é de mina a céu aberto. Vulgarmente conhecida pela utilização de equipamentos ruidosos, explosivos e a presença de poeiras tóxicas, o impacto na qualidade do ar, no solo, na água e consequentemente na saúde local e atividades que pressupõe a utilização de recursos naturais para consumo é inegável. -----

Atividades como agrícolas, exploração animal, captações de água para consumo humano ou até termas. As condições do Território Português não se mostram as melhores em termos de rentabilidade e o impacto no local também não, obrigando a uma extração de grandes dimensões que pressupõem um uso equiparado de água para aproveitamento de uma quantidade residual deste minério específico. O desenvolvimento deste Concelho, Concelhos vizinhos e Interior em geral, nunca será real se o Plano de futuro continuar a incluir propostas com rendimentos a curto prazo e consequências a longo prazo. Precisamos de emprego não-precário e de investimento, mas não caímos no engodo de que ele virá de uma atividade que logo à partida implica consequências irreparáveis no Território e para as populações que o habitam. Pelo exposto, esperemos que a Assembleia Municipal, reunida a vinte de dezembro delibere: ser contra qualquer uma das propostas apresentadas até ao momento para prospeção e exploração de Lítio e minérios próximos no Concelho da Guarda, inclusivamente as áreas que foram apresentadas no Programa de Prospeção e Pesquisa de Lítio, ao qual felizmente, o Executivo respondeu desfavoravelmente; expressar a sua solidariedade com a luta das/os habitantes e autarcas dos restantes Concelhos e Distritos visados e que este Executivo e futuros Executivos garantirão que não se aprovará ou apoiará, nenhum projeto que ponha em causa a população residente, fauna ou flora autóctone. Este último ponto foi o que foi alterado, em relação ao posto na Plataforma.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Punha estes documentos à discussão, se algum senhor Deputado, senhora Deputada quiser usar da palavra, faça favor. Faça favor senhor Deputado.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (PG):** “Muito bom dia a todos. O nosso Grupo Parlamentar vai, em princípio votar favoravelmente, depois de ter sido retirado o ponto que era demasiado radical, em relação à proibição total de qualquer exploração futura. Obviamente que esta é gritante, é a céu aberto, é próximo das populações, numa zona de encosta com linhas de água, portanto aqui é líquido que a desgraça seria grande. Portanto, há alguma flexibilidade na proposta que é feita aqui para explorações futuras, obviamente que as Leis Ambientais Europeias também nunca permitiriam, não sei como é que permitem estas. Nunca permitiriam estes abusos ambientais. Agora, imaginem que se descobria um filão de ouro próximo, que a mineração era feita em profundidade, que era longe das populações, não iríamos fechar a porta a uma fonte de rendimento, obviamente, para a Autarquia a nível de impostos, por exemplo, portanto, eu acho que a Moção é equilibrada, não nos vincula definitivamente numa negação total da exploração mineira, mas no que diz respeito ao primeiro ponto estamos todos de acordo. Portanto, em princípio, vamos votar favoravelmente esta Moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Se mais nenhum senhor Deputado quiser intervir, punha ... Quer intervir senhor Deputado? Faz favor.” -----

- **Deputado Luís Soares (CHEGA):** “Mais uma vez bom dia a todos. E ouvida esta Moção, nós passamos o tempo a dizer que somos um País pobre de recursos, descobre-se em Portugal, que Portugal é o País da Europa com maiores reservas de petróleo do futuro. É evidente que qualquer intervenção no ambiente, pressupõe uma cicatriz. Quando foi construída a A23 correspondeu a um volume de movimentos de terras, aterros, escavações, contaminação de linhas de água equivalente a três vezes a área urbana da cidade da Guarda. Com isto, eu quero dizer que vou votar contra, não me alongando mais, mas penso que é um desperdício perdermos esta oportunidade, porque sem economia não há futuro. Nós não temos futuro no nosso Território, porque, enfim, a atividade lucrativa que era a agricultura deixou de fazer sentido nesta perspetiva de século XXI, no entanto, eu penso que poderá haver métodos de recuperar para a economia, efetivamente, todo o nosso Território Rural, numa perspetiva de economia agrícola. Eu, com este meu voto contra, também quero, ao mesmo tempo perguntar se efetivamente, se a fábrica que se propõe que seja construída em Portugal, se o Município será contra a instalação dela na Guarda, e se não fará nada no sentido de promover a sua instalação num Território rico neste recurso, como eu digo, o petróleo do futuro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa, agradeço que termine, se fizer favor.” -----

- **Deputado Luís Soares (CHEGA):** “Sim? Tenho que acabar?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Agradeço, o mais breve possível, que termine, está bem? Esgotou o seu tempo.” -----

- **Deputado Luís Soares (CHEGA):** “Era isto, basicamente, que eu queria dizer, acho que devemos refletir sobre esta situação, sem economia não há pessoas, por isso não temos pessoas no Território Rural. E se não aproveitarmos estas oportunidades, a desertificação dos Territórios Urbanos vão ser uma realidade. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Então poria à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Contra Novas Explorações Mineiras no Concelho da Guarda** -----

- *Aprovado, por maioria, com um voto contra, quarenta e três abstenções e trinta e três votos a favor.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faz favor senhor Deputado.”

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bom dia a todos. Pegando nas palavras, nas últimas palavras, da senhora Deputada do Bloco de Esquerda também dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará, naturalmente sempre, ao lado das populações em assegurar a minimização dos impactos junto delas, da fauna e da flora, isso é um ponto claro para nós. Dito isto, queria apenas, a título de declaração de voto, dizer que o que está aqui em causa, o que temos hoje é um concurso para prospeção e pesquisa e não para exploração, ou seja, o que se está é a tentar perceber onde há Lítio, quanto Lítio há e se é comercialmente viável. E muitas destas atividades são cognitivas e nem sequer extrativas, ou seja, não há uma intervenção no Território, em muitos casos destes, apenas temos geólogos que, enfim, fazem trabalhos de pesquisa no Território. Depois é preciso perceber que a taxa de sucesso de prospeção e pesquisa que é a fase em que estamos sublinho, é baixa, ou seja, a probabilidade de vir a haver minas depende de haver ou não recurso e depende da área de exploração vir a ser inferior à área de prospeção. Pelo que não faz qualquer sentido olhar para as áreas totais e avaliar e dizer que se houver ali Lítio será tudo coberto por uma mina, portanto, esta não é a realidade não é nem de perto, nem de longe o que se passa no terreno. -----
Por fim, falamos de uma Região cheia de pedreiras e com minas e, portanto, uma mina de Lítio não será muito diferente de uma pedreira, de qualquer modo, nunca desta fase se avançará, nunca haverá uma exploração, sem uma avaliação ambiental positiva ou quanto muito condicionada. E isso a existir, só depois da prospeção e pesquisa, portanto, não entendemos esta posição taxativa e à partida contra do Bloco de Esquerda nesta matéria quando tudo ainda é tão prematuro. Nós achamos que não podemos ainda fechar a porta à exploração de um recurso que pode trazer benefícios para as populações e, portanto, achamos até um pouco descabido que todos aqui hoje tenhamos nas nossas mãos dispositivos que dependem em larga medida do Lítio, mas fiquemos descansados com a nossa consciência descansada, porque a estão a extrair em Países onde, por exemplo, pode ser utilizada mão-de-obra infantil, o que não acontece entre nós. Isso descansa-nos as consciências, mas aqui à nossa porta, não estamos dispostos a assumir as nossas responsabilidades e a ser exigentes para termos uma extração ambientalmente sustentável. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faz favor senhor Deputado João Correia.” -----

- **Deputado João Correia (PSD):** “Bom dia a todos. Quero fazer uma declaração de voto. O Grupo do PSD obviamente que compreende as preocupações em redor deste tema, é algo que é novo e são bem conhecidos em qualquer dos casos os riscos ambientais de qualquer exploração mineira e também para as populações. Embora a prospeção não

esteja isenta de riscos não a devemos confundir com exploração. Avaliado caso a caso, permitirá, inclusivamente, ter uma cotação económica para a Região. Assim, como cidadãos, como Guardenses queremos saber muito mais à volta deste tema, queremos saber exatamente como está o Território do ponto de vista geológico e se ele é rentável ou não, obviamente que estamos sempre do lado da investigação e do progresso, não queremos ficar para trás nesta transição energética e se possível queremos ter um envolvimento da nossa Região nela, se isso for possível, como é evidente. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais algum senhor Deputado quer intervir sobre este tema? Alguma declaração de voto? Não. Passaríamos então a uma Recomendação... muito rapidamente, senhor Deputado.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (PG):** “É rápido. O que nós temos ali na zona do Seixo Amarelo, Gonçalo chama-se Lepidolite, é uma mica cor de rosa que tem o Lítio integrado na estrutura do Silicato. Primeiro, ainda não se sabe bem como é que se vai tirar esse Lítio, para as baterias. Segundo, quem viu as imagens da Serra da Argemela percebeu que ficam cicatrizes na prospeção. Terceiro, não vamos confundir passagem de uma autoestrada com movimentos de terra, com provavelmente lavagem de substâncias de minério no local, antes de ele ser enviado, e também não sei se o custo, se o valor acrescentado está na extração ou se está, depois na transformação. É só isso. Daí, neste caso a nossa posição ao lado do Bloco de Esquerda, nesta situação em particular. Temos deixado claramente em aberto que não estamos contra explorações mineiras noutros locais que não afetem diretamente as populações. Estamos a falar de quem conhece a região, sabe que aquela encosta, aliás há quem diga até que o nome Seixo Amarelo vem de algo como isto, aliás sempre houve ali minas, portanto aquela região, com a encosta que tem, com as linhas de água que tem, com uma exploração mineira a céu aberto, é muito diferente de uma autoestrada, é só isso que queria dizer.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Sobre este tema, se mais nenhum senhor Deputado quiser usar da palavra, passaria a uma recomendação à Câmara Municipal da Guarda, apresentada pelo Partido Socialista. Faça favor.” -----

- **Deputada Luísa Campos (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimos membros da mesa, Excelentíssimo Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores e senhoras Vereadoras, excelentíssimos senhores Deputados e senhoras Deputadas, caros Presidentes de Junta, Técnicos do Município, representantes dos órgãos de comunicação social, público em geral. Antes mesmo da minha Recomendação, eu queria introduzir uma outra recomendação, que nos surgiu hoje, é que foi pedida água e a água que eu estou a beber, está toda dentro de contentores, de vasilhas de plástico. Então uma das recomendações que eu faria ao senhor Presidente é que houvesse umas jarrinhas não sei de que maneira é que isto pode ser, uns copos de água recicláveis e que se poderiam por aqui e as pessoas poderiam vir e buscar, mas que se eliminasse o plástico desta Assembleia. Bom então, permitam-me que no início do mandato senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Engenheiro Sérgio Costa, o congratule pela colocação do madeiro, de volta à Praça Velha. Que esta promessa de confraternização num espaço tradicional e comum

continue a ser fonte de inspiração para uma confluência de esforços entre a presente Vereação do Município da Guarda e os membros desta Assembleia Municipal. -----
As Recomendações que aqui hoje serão apresentadas abrangem, primeiro, o Património Edificado, segundo, o ambiente e terceiro, os animais. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao Património Edificado, recomendamos a preservação e a manutenção do Património que os nossos antepassados nos deixaram com as características arquitetónicas e de design de fachadas com que chegaram até nós. Ainda me recordo, em criança, do Portugal dos Pequeninos, essa aparência específica é um dos tipos de traça arquitetónica que os estrangeiros e nós próprios procuramos no nosso Património. Infelizmente temo-la perdido em muitos locais. Na Guarda temos deixado em desalinho o nosso melhor cartão de visita, que é a Praça Velha, e deixamos fazer barbaridades na rua Batalha Reis culminando na destruição do edifício do antigo Roseiral de Santo António e na Rua Francisco dos Prazeres, culminando num novo edifício totalmente descontextualizado agora em construção, ambos a destoar do ritmo da traça dos restantes edifícios dessa (...). Porque não seguirmos o exemplo de manutenção e preservação em Chaves, Guimarães, Braga, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Óbidos, para não falar das aldeias e cidades da maior parte da Europa. Esta é a nossa Recomendação, tenhamos a coragem de alterar o PDM da Guarda e de alargar o perímetro do centro Histórico da Cidade, de modo a incluir património edificado dos séculos dezanove e vinte. Só assim haverá preservação. Senhor Presidente, dentro da perspetiva de preservação da cidade histórica, permita-me pedir dois esclarecimentos. Um, sobre qual o ponto da situação relativo à preservação do muro em frente da Misericórdia junto à praça dos táxis, e outro relativo à possibilidade de se recolocarem os originais bancos ergonómicos de madeira do Jardim José de Lemos, que não prejudicavam a nossa saúde. -----

Prosseguindo, no que diz respeito ao ambiente, da sua qualidade vai depender o nosso futuro. As alterações climáticas põem em risco a nossa vida, a vida sobre a terra e daí que tenhamos de começar a planear desde já a resposta aos desafios que se colocam à nossa cidade, a resposta concertada que ela pode dar, juntamente com o resto do País e com o resto da Europa e do Mundo. Assim, para se fazer um planeamento eficiente, e eficaz, vimos recomendar que a Câmara Municipal da Guarda faça uma medição da pegada carbónica dos serviços Municipais e do Concelho, em geral, e que posteriormente estude o modo como a Câmara deverá agir no sentido de levar a cabo as melhorias ambientais necessárias. Ainda em termos de ambiente, e agora em termos particulares, para além dos benefícios inegáveis de uma nova mata, prevista por este Executivo, para a encosta da feira, queremos vivamente recomendar que se faça a manutenção e o tratamento fitossanitário das árvores que permanecem no Parque Municipal, bem como a abertura de caldeiras e o enriquecimento do solo tentando assim reverter as agressões de que têm sido alvo, como é exemplo a compactação dos solos resultante da impermeabilização quase total, resultante da colocação da betonilha, o Estudo *pro bono* feito pelo Professor Luís Martins da UTAD, entregue na Câmara em dois mil e dezasseis, e que foi agora reenviado, pode servir de ponto de referência e de partida.-----

Por fim, e no que aos animais diz respeito, gostaríamos que o Executivo reconsiderasse o Orçamento de cinquenta mil euros, atribuídos para o regular funcionamento do Canil/Gatil agora identificado como CRO - Centro de Recolha Oficial de Animais do Município da Guarda, que presentemente, isto são as suas funções, recolhe, alimenta e

trata também animais dos Municípios de Belmonte, Manteigas, Sabugal e Gouveia, não são só os da Guarda. Dois, tem a cargo o Programa CED que aqui já falaram, dá apoio material como no ano passado, à ação das Associações de proteção de animais, muito do qual foi usado para esterilização dos próprios animais. Quatro, tem de responder à necessidade de construção de um Gatil, para estadias de longa duração e cinco tem de terminar a sede para o espaço de recreio dos cães. Evidentemente insuficiente, o Orçamento do Canil também terá de contemplar as contratações de mais pessoal que de acordo com as indicações do Veterinário Municipal são um(a) enfermeiro(a) de Veterinária, um(a) auxiliar de enfermagem, isto é importante, enfermeiro de Veterinária, auxiliar de enfermagem e um assistente técnico, estes, portanto são três. Para além do assistente técnico e do assistente operacional que estão já previstos no atual mapa de pessoal. O papel dos enfermeiros e dos auxiliares de Veterinária é absolutamente essencial. Assim, para que as boas práticas sejam seguidas no CRO, neste Canil, e para que o bem-estar dos animais seja acautelado recomendamos um aumento adequado do Orçamento destinado ao Gatil, ao Canil. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se quer pronunciar sobre esta Recomendação, tem a palavra. Faça favor.” -----

- **Deputado José Valbom (PG):** “Excelentíssima Mesa, excelentíssimo Executivo, caros colegas Deputados, todos os presentes e quem me ouve. Congratulando-me e estando de acordo, genericamente, com as Recomendações aqui ditas, que foram genéricas e genericamente certas, e porque se falou nesta Assembleia até agora de cicatrizes, uma área que me é querida, não é João? Queria também recomendar, sugerir e apelar, a que esta cidade, todos nós, sejamos capazes de resolver nos próximos anos a cicatriz das cicatrizes: o Teatro, o nosso Hotel Turismo, também podia ser Teatro. É... constitui-se como uma cicatriz que é urgente resolver e eu penso que isso deve ser englobado no espírito da proposta do Partido Socialista.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se mais algum senhor Deputado quiser usar da palavra, faça favor. Eu peço desculpa, mas nós daqui da mesa temos alguma dificuldade, porque os senhores Deputados estão muito mais no escuro e temos alguma dificuldade em ver. Por favor, quando quiserem falar levantem-se por favor. Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Bom dia a todos, sendo assim genérico. Senhor Presidente permita-me que cumprimente todos na sua pessoa. Gostaria de falar acerca de três aspetos gerais. Esta última Recomendação que acompanhamos na quase sua totalidade, sem dúvida nenhuma a preservação e a conservação do Património, do nosso Património é essencial, e acredito que o atual Executivo tomará boa nota das recomendações aqui elencadas. Sem dúvida nenhuma as preocupações ambientais também constituem um grande, uma elevada importância para todos nós, sobretudo também para as novas gerações, e permitam-me que o diga e que lembre, também esta Assembleia no anterior mandato já aprovou esse Programa de Combate às Alterações Climáticas, e que tenho a certeza que também o Executivo tudo fará em si, para o seu cumprimento e claro a sua adaptação que tem que ser contínua. Quanto aos animais, também o Bloco de Esquerda, fez essa mesma recomendação, os animais de companhia o Canil, e o Gatil, também acompanhamos, sem dúvida nenhuma, e sabemos

a importância que para todos nós o Canil e o Gatil têm e também o Centro de Recolha Oficial. -----

Mas permita-me Senhor Presidente de felicitá-lo e felicitar a mesa, por esta inclusão social que aqui vimos, uma Recomendação que o Partido Social Democrata aqui apresentou, e que está aqui a prova, e também tivemos essa mesma prova, quando foi no Dia da Cidade a quem se dignou participar nesse mesmo dia e nessas mesmas celebrações, e que a Língua Gestual Portuguesa já estava presente em toda a sessão, os nossos sinceros parabéns, senhor Presidente por esta oportunidade para todos e sem dúvida nenhuma, algo que concorre cada vez mais e melhor para esta inclusão social. -- Quanto, e permitam-me só fazer aqui uma ressalva que há pouco não o fizemos, saúdo também o PSD, o Partido Social Democrata, por ter repensado a questão da Moção, e com certeza teremos nos próximos meses a oportunidade de a discutir e de a levar em prática, mas sobretudo com aquelas alterações das Reuniões do Executivo, aquelas que são públicas, até pela sensibilidade dos temas alguns aí tratados, mas permitam-me também aqui uma ressalva, e já agora acompanhando, acho que houve aqui uma pequena incongruência, de facto na Plataforma deixamos de ter acesso às atas anteriores. -----

No entanto, e agora uma recomendação ao Executivo, no site do Município, apesar de eu estar há quase dois anos e o Senhor Presidente toma em boa nota, também, esta nossa recomendação, apesar de estar quase dois anos em versão beta, o que torna a sua consulta caótica, os documentos dispersos por toda a parte, estão lá as atas da Assembleia Municipal, estão num separador chamado Documentos, não estão onde estão mesmo a página da Assembleia, mas acredito que a seu tempo tudo isso possa ser colmatado. E, sobretudo, eu tive algum problema, e falando também com alguns colegas Deputados, que aqui estão, tivemos bastante problema em encontrar alguma documentação, precisamente pela desorganização que paira sobre aquela página de internet, de há cerca de dois anos para cá. Senhor Presidente por favor, tome nota e faça essa reorganização, isso sim, também será uma forma e uma maneira de todos nós participarmos cada vez mais ativamente na construção de uma sociedade de uma Cidadania mais ativa. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado Senhor Deputado. Encerrávamos este... senhor Presidente, faz favor, tem a palavra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Falo no fim.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Desculpe lá, é o período Antes da Ordem do Dia que vai terminar, é isso?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ainda estamos a discutir a documentação.”

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Peço desculpa. Mas já agora que aqui vim, relativamente à questão aqui da Língua Gestual, não sei se é imposição ou se é opção dos intérpretes, mas a Língua Gestual também tem a questão da expressão facial e os gestos da expressão facial, e seria mais importante para quem está em casa, ver as expressões, a leitura labial. Não sei se é imposição daqui, mas se for, eu acho que não faz sentido porque para chegar a quem nos vê lá em casa, também gostam de ler e ver as expressões faciais e percebem melhor. Desculpem, obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Compreenderão porque é que a senhora intérprete está de máscara, mas se a Assembleia em si não se opuser e se a senhora intérprete também não se opuser, faça favor. Pronto, muito obrigado. Senhor Presidente queria usar da palavra? Faz favor.” ---

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente da mesa, em si cumprimento todos os elementos da mesa, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Permitam-me ao longo dos próximos quatro anos desejar a todas e a todos vós um excelente trabalho, um trabalho sempre profícuo na discussão pública, sempre com elevação na construção de um futuro melhor para a nossa cidade, para o nosso Concelho. Foi para isso que efetivamente todos nós, a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal, todos fomos eleitos e é para isso que todos devemos lutar e é para isso que podem contar também com o nosso apoio, com o nosso trabalho, do Executivo e estamos sempre abertos para que a discussão seja feita com elevação, conforme foi feita, precisamente durante a última hora desta Assembleia Municipal, é para isso que nós devemos trabalhar para construir um futuro mais promissor para as novas gerações. -----

Permitam-me também, o Executivo achou por bem, porque nesta época, que é uma época já de Natal, nós deixamos junto de cada um dos lugares, da mesa, do Executivo, da Assembleia, uma pequena lembrança de Natal, de produtos, da nossa terra, e nós temos tão bons produtos na nossa terra e é isso que nós devemos fazer, também sempre, promovermos aquilo que é nosso, porque se não formos nós a fazê-lo, mais ninguém o fará, e por isso é que nós fizemos questão de com esta oferta simbólica a todas e a todos vós, tentar puxar cada vez mais pelos produtos endógenos que o nosso Concelho tem. -----

Relativamente, e muito telegraficamente, sobre a Moção e as Recomendações que aqui foram feitas, no que diz respeito à Moção que o Bloco de Esquerda apresentou, senhora Deputada Bárbara Xavier, naturalmente que o Executivo manifestou-se contra este Programa de Prospecção. Porque aquilo que nós considerámos e está plasmado no parecer técnico, nós limitámo-nos a concordar com o parecer técnico que nos foi presente. Porque a forma como este Programa está desenhado iria permitir que dois terços do nosso Território, trinta e uma das quarenta e três Freguesias pudesse ser alvo de pesquisas, de qualquer forma e feitio, como se costuma dizer, desventrada, sem qualquer controlo, sem preservar sequer o nosso Património Edificado, seja arqueológico ou seja outro. E, por isso, é que nós, o Executivo Municipal foi contra este Programa. Naturalmente que, se um dia destes, aparecer um outro Programa já construído de acordo com as necessidades dos Territórios, com os Municípios, estaremos naturalmente sempre dispostos para promover a sua discussão seja na Câmara Municipal, seja na Assembleia Municipal, seja noutra fórum. É isso que nós devemos sempre saber fazer, promover a discussão construtiva, em torno de todas as matérias que podem contribuir muito para o desenvolvimento da nossa terra. -----

No que diz respeito às Recomendações que aqui foram apresentadas, a questão da inclusão social, senhor Deputado Hugo Fernandes, o Executivo, a mesa deu bem já o sinal, foi mesmo a primeira vez que foi feito a tradução em Língua Gestual, foi no último Dia da Cidade, na presença da maior parte de todos vós, onde achámos por bem, o Executivo, o senhor Presidente da Assembleia, dar um sinal claro, de que todos somos iguais. É esse o sinal que nós quisemos dar, foi no Dia da Cidade, é agora na Assembleia

e que há-de continuar, naturalmente, porque nós fomos todos eleitos para trabalhar com todos e para todos, e é nessa justa medida que foi promovido precisamente, esta forma também, de inclusão social. -----

No que diz respeito às Recomendações do Bloco de Esquerda, senhora Deputada Bárbara Xavier, estamos de acordo naturalmente em relação à questão da Proteção Animal e à responsabilidade Municipal nas suas habitações. Posso dizer que na sexta-feira ficou resolvido um problema de acessibilidades na Guarda-Gare, que já estava para ser resolvido, não sei se há meses se há anos, mas foi resolvido na passada sexta-feira. Uma coisa tão simples, tão simbólica, mas essencial para quem necessita de mobilidade, de ter as acessibilidades às suas habitações e ser assim desta forma independente e, isto também, é inclusão social, senhora Deputada, mas naturalmente que é esse caminho que nós continuaremos sempre a fazer, e que estamos obrigados a fazer, para todas as pessoas que dela necessitam. Porque hoje são eles, amanhã podemos ser nós, e é sempre desta forma que nós devemos ver estas matérias. -----

Senhora Deputada Cláudia Guedes, as Recomendações do CDS, a criação dessa nova APP, já há muito tem essa aplicação móvel, já muito tem sido falado ao longo dos anos e é, naturalmente, fundamental, porque neste momento, isto é feito de uma forma mais, eu não diria mais arcaica, não, mais direta, mas que por vezes se pode perder no controlo dos prazos, no controlo da qualidade que é enviado por email, um telefonema, uma simples mensagem, mas é, efetivamente, necessário esta ligação móvel que referiu e no futuro iremos com certeza falar sobre ela e poderemos fazer a sua implementação. O mesmo é dizer em relação á segurança na Central de Camionagem, no Centro Coordenador de transportes. Senhora Deputada, eu fui fazer aqui alguma pesquisa, de algumas coisas que já lá vão há alguns anos e, portanto, a memória também, por vezes, já nos vai atraíndo, veja só, em dois mil e dezanove, houve uma proposta para fazer a implementação e para à época fazer um concurso para contratualizar a videovigilância no Centro Coordenador de Transportes. Estamos a falar no Verão de dois mil e dezanove, sabe o que é que aconteceu a isso? Foi simplesmente arquivado. Bom, e isto não pode ser arquivado. Estamos a falar no Verão de dois mil e dezanove, fim de julho e início de agosto de dois mil e dezanove. Foi simplesmente arquivado, pois estamos a ver que é cada vez mais necessário estas questões e alguns locais, principalmente em locais que são mais fechados, como é aquele e, portanto, iremos trabalhar, com certeza, no reforço da segurança da Central de Camionagem, do Centro Coordenador de Transportes e, naturalmente, com a adaptação dos transportes públicos e falaremos sobre isso num futuro próximo. -----

No que diz respeito à requalificação e à manutenção das Escolas do Bairro, está plasmado na proposta do Orçamento que lhes apresentamos, precisamente uma verba para requalificar não só a escola de Santa Clara, mas também todas as escolas do primeiro ciclo que estejam em funcionamento, seja na cidade, seja nas nossas aldeias ou na nossa Vila de Gonçalo. É fundamental nós acompanharmos as necessidades da comunidade escolar, dos nossos filhos, dos alunos, dos funcionários, dos professores, é fundamental que nós façamos esse acompanhamento. Ainda há poucos dias nós estivemos numa Freguesia Rural, onde há crianças e queremos que haja cada vez mais crianças, se possível também no mundo rural. E, temos que acompanhar, naturalmente, as suas necessidades e daí a necessidade da requalificação dessas escolas, seja no mundo rural, seja na cidade, quanto mais não seja, um caso muito pragmático, a escola EB1, a escola primária da Estação, necessita de melhorar as suas acessibilidades, uma

coisa tão simples quanto isto, mas necessita, lá está a tal inclusão social que é fundamental. E, naturalmente, nós temos que acompanhar estas necessidades e é por isso que nós iremos promover ao longo deste ano, iremos iniciar ao longo deste ano um Programa de Requalificação, de Manutenção, de Reabilitação das escolas primárias da nossa cidade e também do mundo rural. -----

No que diz respeito, senhora Deputada Luísa Campos do Partido Socialista, estamos de acordo claramente com o Património Edificado; se nós não protegemos o Património que os nossos antepassados, não soubermos proteger o Património que os nossos antepassados nos deixaram, naturalmente, que vamos deixar uma péssima herança para o futuro. E, nós já fomos, infelizmente, assistindo ao longo, já não é de agora, ao longo dos últimos setenta, oitenta anos talvez que foram sendo feitos alguns atropelos, uns mais graves outros menos graves, na cidade e no Concelho, mas naturalmente que o PDM, que já está em curso, novamente, já está em cima dos carris, com as reuniões que já temos feito, mas a seu tempo falaremos sobre isso. Mas, naturalmente, que necessita de ser revisitado tudo aquilo que foi bem referenciado por si. -----

No que diz respeito ao muro da Misericórdia, o projeto que foi apresentado há alguns anos, vai ser revisto. Aquele projeto que foi apresentado há, talvez quatro anos, se não me falha a memória, grosso modo, vai ser completamente revisto e haverá com certeza uma discussão pública em relação a esse projeto, e o mesmo é dizer em relação aos bancos de jardim, no Jardim José de Lemos. Iremos questionar a equipa projetista, aquele projeto foi desenhado de uma determinada forma, iremos questionar a equipa projetista porque tem direitos de autor e tem essa responsabilidade, nomeadamente no que diz respeito à ergonomia e, portanto, iremos falar com a equipa projetista e perguntando sobre a opinião deles. -----

Na questão do ambiente, já foi aqui referenciado e bem, senhor Deputado Tiago Gomes, o PMAC (Plano Municipal para as Alterações Climáticas), já prevê lá algumas matérias e algumas obrigações para o futuro. É importante nós percebermos efetivamente e senhora Deputada, qual é que é a Pegada Ecológica, a Pegada Ecológica do Município, de cada um de nós, do nosso Concelho, é importante para sabermos em que estado é que estamos verdadeiramente, e para onde é que nós queremos ir, isso é fundamental, e os Fundos Comunitários que irão estar à nossa disposição ao longo dos próximos anos, na eficiência energética, vão apoiar, com certeza, e cada vez mais a diminuição da nossa Pegada Ecológica. E temos que estar bem preparados para isso, com os estudos necessários, e naturalmente estamos de acordo. -----

E no que diz respeito à questão das árvores do Parque da Cidade, a Universidade de Trás-os-Montes em dois mil e dezasseis, permita-me só uma correção, o estudo não foi *pro-bono*, à época foi pago à Universidade de Trás-os-Montes, mas naturalmente, neste momento, importa visitar o estudo para que se consiga dar as condições necessárias para que o Arvoredo consiga sobreviver, porque não é só a nova mata Municipal, a velha mata Municipal tem que ser preservada, naturalmente, com tantos anos que ela tem, infelizmente ao longo dos últimos setenta, oitenta anos foi sendo reduzida, com a expansão urbanística da cidade, mas aquilo que temos também devemos saber preservar e estamos de acordo também nessa matéria. -----

No que diz respeito ao CRO, ao nosso Canil, Gatil, nós estamos de acordo, naturalmente, porque há algumas intervenções que têm que ser efetuadas, há melhorias que têm que ser efetuadas, mas senhora Deputada, permita-me só aqui uma pequena correção. A verba dos cinquenta mil euros que foi sinalizada no Orçamento e em sede de Alterações

Orçamentais, se necessário for, pode ser sempre aumentada, mas aquela verba é única e exclusivamente para a requalificação, para obras, por isso é que ela está nas Grandes Opções do Plano. Tudo o que são verbas relativas a Recursos Humanos está noutra rubrica do Orçamento, não é a mesma rubrica, e por isso, é que foi sinalizada concretamente aquela verba, única e exclusivamente para intervenções de fundo, nomeadamente no Gatil, como bem refere. Algumas visitas que nós fomos fazendo, ao longo dos últimos dois anos, dos últimos dois meses, perdão, eu e a senhora Vereadora Diana Monteiro, naturalmente, já nos apercebemos disso, e por isso é que é necessário fazer ali algumas intervenções, naturalmente, para ir ao encontro ao bem-estar animal. Senhor Deputado Tiago Gomes, ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe a atenção para o tempo, se me permite.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Vamos ter mesmo que promover a modernização do site do Município, não está adaptado às últimas tecnologias, a uma imagem criativa e apelativa que tem que ter um site do Município, naturalmente iremos ao longo do próximo ano promover a sua modernização. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Iríamos agora entrar no chamado período da discussão política. Faz favor, senhora Deputada.” -

- **Deputada Luísa Campos (PS):** “Eu peço desculpa, mas não podia deixar de dizer que o estudo feito pelo Professor Luís Martins em dois mil e dezasseis, foi feito para o grupo que estive no Movimento das Árvores, para não deixar abater uma quantidade de árvores que tinham sido sinalizadas pela Câmara e foi completamente *pro-bono*, porque foi feito para nós. Nós entregámos à Câmara, a Câmara não pagou. Portanto, é de facto *pro-bono*. Só isto, obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigada. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer..., faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Eu não quero fazer nenhum caso do estudo do Professor Luís Martins da Universidade de Trás-os-Montes, mas eu vou-lhe fazer chegar depois o documento que diz que o estudo das Árvores da Cidade foi pago à Universidade de Trás-os-Montes, foi uma verba irrisória, mas o estudo das Árvores naquele ano na cidade da Guarda, foi pago à Universidade de Trás-os-Montes. Eu far-lhe-ei chegar a título particular, o Executivo faz-lhe chegar, precisamente o comprovativo desse pagamento, foi um valor irrisório, mas foi pago o estudo da cidade toda, portanto, nós fazemos questão de o fazer chegar, está bem senhora Deputada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Entrando na chamada discussão política, chegaram à mesa três inscrições, para intervenções. Da senhora Deputada do Partido Socialista, Ana Mendes Godinho e dos senhores Deputados do PSD, Hugo Fernandes e José Rabaça. Se algum senhor Deputado ou senhora Deputada quiser usar da palavra, agradecia, mas que se inscrevesse. Não haverá mais ninguém? Senhora Deputada Ana Mendes Godinho, faz favor tem a palavra.” -----

- **Deputada Ana Mendes Godinho (PS):** “Muito bom dia a todos. Antes de mais senhor Presidente da Assembleia Municipal, em si permita-me que cumprimente todos, para também evitarmos aqui estes cumprimentos a todos e focarmo-nos no essencial.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Deputada Ana Mendes Godinho (PS):** “Neste primeiro dia como Deputada Municipal na Guarda, quero antes de mais manifestar o meu profundo e imenso orgulho nesta missão conjunta que eu penso que todos partilhamos com estes objetivos comuns. Claramente e especialmente nos momentos que vivemos, temos uma missão acrescida face a todo o contexto, nomeadamente da Pandemia, mas que não nos deve tolher nem impedir de trabalhar neste que é o futuro que estamos a construir, mas que temos que garantir que seja cada vez mais acelerado. Estes são tempos, claramente, tempos de urgência, mas também de uma grande aprendizagem com a Pandemia e das lições que a Pandemia nos tem dado a todos. São também tempos de uma grande aceleração e da necessidade também de priorizarmos investimentos estruturantes que façam a diferença, claramente, aqui na Guarda. Mas, são também tempos de uma grande oportunidade e de uma grande necessidade de mobilização face aos desafios que nós temos. São desde logo tempos de grande urgência e de aprendizagem que têm mostrado, de facto, que com este trabalho articulado ao nível local e tenho que aqui também agradecer, e penso que todos, esta grande capacidade que temos tido de articuladamente trabalhar em conjunto, seja a Autarquia, seja o Setor Social que tem sido fundamental nesta resposta à Pandemia, mas que tem mostrado que conseguimos todos fazer melhor do que fazíamos antes. Parece-me isto evidente e o Grupo Parlamentar, também aqui do Partido Socialista, queria deixar esta nota da evidência de como a mobilização de recursos, como nunca foi feita de uma forma anteriormente, mostra que afinal, com investimento de respostas públicas é possível, nomeadamente, num tempo tão difícil como o que temos vivido, conter situações calamitosas que poderiam estar a acontecer com esta Pandemia. -----

Eu dou um exemplo concreto, nomeadamente, com as medidas extraordinárias que foram criadas por todos e é uma resposta coletiva que todos temos assumido. Um esforço das empresas, nomeadamente, de responder e manter emprego num contexto tão grande de incerteza, mas no caso da Guarda, que partilho convosco, foram mobilizados 30 milhões de euros de apoios públicos para apoio ao emprego e, naturalmente aqui, com uns resultados óbvios, neste momento, com menos 34% de desemprego, face ao final de dois mil e quinze se todos nos lembramos, num contexto anterior, em que a resposta a momentos difíceis foi dizer vamos mas é cortar todos os apoios ao emprego e aos apoios sociais, pelos resultados que todos vivemos na crise anterior e sabemos bem com taxas de desemprego, nomeadamente aqui no Concelho da Guarda, que ultrapassaram dois dígitos. -----

Dito isto, é também para aproveitar para salientar a importância que é, nós termos a capacidade e a Guarda ter a capacidade de se afirmar como ser daqui que se constroem políticas de resposta e de desconstrução de fatalidades mostrando que é também a partir do Interior que estamos a criar medidas estruturais para o País. Dou o exemplo concreto da descentralização da Ação Social, tem sido assumida aqui com os olhos postos na Guarda e mostra bem como é importante termos a capacidade de leitura do terreno, para saber o que é que é preciso fazer. Dou também o exemplo concreto das medidas que foram lançadas a partir aqui da Guarda, nomeadamente, com a eliminação

do duplo licenciamento, que existia para os equipamentos sociais, e que muitas das Instituições vivem um drama, nomeadamente, com este duplo licenciamento, porque tinham que ir pedir, nomeadamente, pareceres centralizados a Lisboa, para conseguir ter muitas das suas obras legalizadas ou conseguir aumentar a capacidade, e foi a partir daqui que, aliás na semana passada, houve a possibilidade de acabar com este duplo licenciamento dando aos Municípios o poder de fazer estes licenciamentos. Precisamente com esta grande preocupação de olhar para o Território e perceber, com os olhos postos no Território aquilo que nós temos que fazer para garantir que este investimento social e estrutural pode ser feito sem burocracias que não acrescentam valor nenhum. E, portanto, este é também o repto que aqui deixamos como Grupo Parlamentar, como grupo da Assembleia Municipal, para que consigamos ter aqui um programa de simplificação de licenciamentos sério e forte na Câmara da Guarda, como forma de acelerar investimento, mas também de permitir a requalificação, nomeadamente do Centro Histórico. -----

Segundo grande tema que aqui queríamos trazer é a necessidade, clara, de acelerarmos investimentos estruturantes para a Guarda. É evidente o impacto que por exemplo a linha da Beira Baixa teve, ou as obras da segunda fase do Hospital Sousa Martins têm para a Guarda e são determinantes e, portanto, temos que ter a capacidade de mobilizar todos os recursos e investimentos públicos e ter voz nos centros de decisão, para que isso aconteça, mas também o Porto Seco e aliás, partilho convosco que a expectativa que temos é que a consagração do Porto Seco através de um Decreto Lei, seja, aliás esta semana aprovada em Conselho de Ministros. Também queria partilhar convosco a importância do Laboratório Colaborativo de Logística lançado pelo IPG e candidato neste momento ao PRR, pode ser aqui também uma pedra no charco, do ponto de vista de mobilização. Mas, também, partilho convosco e aproveito para partilhar convosco também, uma primeira informação, da aprovação no âmbito do PRR, do investimento no Parque Industrial de 4,5 milhões de euros, aliás é uma informação que partilho convosco, já tive oportunidade de partilhar com o senhor Presidente da Câmara. Porque ela resulta, essencialmente, de um esforço conjunto entre a Câmara, nos últimos dois meses, e do Governo para garantir que este era um dos primeiros projetos ilegíveis no âmbito do PRR, portanto, partilho convosco esta notícia porque penso que nos traz a todos, aqui também, um grande fôlego do ponto de vista do investimento empresarial. -Também como sabem vamos lançar coletivamente, aqui também com uma grande parceria, com o IPG, com a Câmara e também com a mobilização do Governo, o Observatório sobre o Envelhecimento Ativo, sobre o Observatório de toda a Região Centro, estará sediado no IPG e também aqui uma grande preocupação de garantir, nomeadamente, a aceleração de investimento, concretamente, em relação a um Programa e deixamos este repto, que constava, aliás do nosso programa de lançamento de um Programa estruturante em termos de integrado, em termos de incubação de novos negócios e de empreendedorismo. Começamos, como sabem, com um espaço de *Coworking* em parceria com a Câmara e com o Nerga, portanto um projeto tripartido, mas também avançando para uma incubadora social de emprego que a Guarda foi a primeira a avançar neste projeto. -----

Em terceiro lugar, queria aqui deixar a mensagem que nós vivemos tempos, de facto, de uma enorme oportunidade, mas também de uma necessidade de mobilização de todos. E, esse é o nosso papel e essa é a nossa posição enquanto grupo do PS aqui presente, um grupo que acredita que temos que acabar com as guerrinhas e guerrilhas e assumir

que a Guarda está em primeiro lugar e juntos somos muito mais fortes. Essa é a nossa mensagem, uma mensagem de força, acreditando que conseguimos chegar muito mais longe se nos unirmos e trabalharmos em conjunto. É essa a nossa mensagem, de compromisso e de força assumindo claramente também aqui convosco a enorme oportunidade que temos do ponto de vista do PRR para investimentos estruturais, mostrando que não há fatalidades que não consigamos dar a volta, nomeadamente, com a possibilidade de financiamento de programas de habitação, de programas de discriminação para fixação de jovens aqui na Guarda e de atração de novos trabalhadores. Como sabem foi lançado, no âmbito do PRR, um Programa de compromisso de emprego sustentável para apoio a trinta mil jovens, e acima de tudo, com uma grande diferença que é com uma majoração de 25% para tudo o que sejam contratos de trabalhadores para o Interior. Temos uma oportunidade que a Guarda não pode perder, e este é o meu compromisso aqui convosco. -----
Termino só dizendo, desculpem, que também, no âmbito do PRR uma das áreas chave que foi identificada como crítica e a Guarda não pode desperdiçar, é o investimento nas qualificações, e por isso, também aproveito para partilhar convosco a decisão de sediar aqui na Guarda um Centro de Competências dedicado à economia e à inovação social, colocando aqui também no Centro esta capacidade de formação. -----
Termino só dizendo que no final deste nosso mandato coletivo, os Guardenses saberão avaliar os que andaram a carpir, à procura de culpas e os que andaram a empenhar-se para que a Guarda seja bem-sucedida. A minha luta é esta, a nossa luta conjunta não pode ser outra, connosco a Guarda tem de mostrar que não há fatalidades e o futuro da Guarda depende de nós que estamos aqui, é nossa responsabilidade acelerar, fazer, não baixar os braços nos momentos que vivemos. Saibamos estar à altura da nossa responsabilidade e termino com Camus dizendo que «a verdadeira generosidade para com o futuro consiste em dar tudo, tudo ao presente.» Esta é a nossa missão coletiva, sem muros e sem ameias, trabalhando em conjunto com o compromisso de conseguir responder a este nosso grande momento que vivemos. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado Hugo Fernandes, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Agora sim, de uma forma mais formal. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda e restante mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, excelentíssimas senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, público em geral, Técnicos da Autarquia, bom dia. Ultrapassado que está o ato eleitoral do passado dia vinte e seis de setembro, é tempo de fazermos aqui uma avaliação. Em Democracia temos de respeitar a decisão soberana do povo e a partir daí, agir em conformidade com essas opções. Neste sentido, cumpre-nos aqui desejar os maiores sucessos aos vencedores do último ato eleitoral. O sucesso da governação do Movimento Pela Guarda será certamente o sucesso de todo o Concelho. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Relva, desde já felicita-lo pela sua eleição, é o terceiro Presidente da Assembleia Municipal que conheço neste meu percurso político mais ativo, e sinceramente, faço votos para que o seu desempenho seja tão bom ou ainda melhor do que os que o antecederam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “É esse o desejo de todos, certamente, e será esse o caminho natural da evolução da Democracia e da convivência política entre os diversos Grupos Municipais. Que as sessões da Assembleia Municipal, deste mandato Autárquico, possam contribuir para o desenvolvimento do nosso Concelho. Senhor Presidente do Executivo Municipal e senhoras Vereadoras desejo sinceramente, que as vossas opções e decisões ao longo dos próximos quatro anos tragam maior progresso para a Guarda e continuem a cimentar o percurso que há oito anos foi revitalizado. Finalmente, o Grupo Municipal do Movimento Pela Guarda, grupo que mais Deputados elegeu, que saiba contribuir positivamente para as sessões a ocorrer neste mandato e que possam contribuir para o enriquecimento da vida Democrática no Concelho. Aos restantes partidos concorrentes a estas eleições louvar o contributo que deram com ideias e projetos, das mais diversas formas, para um melhor futuro para a Guarda. Naturalmente que lamentamos que o projeto político que o PSD apresentou não tenha merecido, novamente, a confiança dos Guardenses, pois considerávamos e continuamos a considerar que apresentámos o melhor projeto para a Guarda e aquele que poderia trilhar os melhores caminhos para um futuro melhor para todos. -----
Cá estaremos ao longo destes quatro anos para defender o projeto que apresentámos exaustivo e rico em projetos estratégicos para o Concelho, mas também validar todos aqueles que a maioria apresente, que seja uma mais valia para a Guarda. Senhor Presidente do Executivo é tempo de governar e tomar opções e decisões, mas também de olhar à volta para os restantes programas que foram a votos, pois certamente também aí encontrará opções e linhas orientadoras positivas importantes. A decisão que o povo ditou, a nosso ver, deverá escrutinar os diversos programas apresentados pelos outros partidos e daí retirar aqueles que também considere relevantes e importantes para assim enriquecer o programa eleitoral com que venceu as eleições. --
Os tempos que vivemos são decisivos e determinantes para todos e o nosso Concelho não pode perder o que recuperou ao longo dos últimos oito anos. É tempo de agir, depressa e bem, o que só de si é uma tarefa gigantesca. O presente é decisivo, o futuro fulcral, há no horizonte oportunidades que não devemos desperdiçar e o povo da Guarda em si, e no seu projeto, depositou a confiança. É tempo de alterar o discurso político que tinha enquanto Vereador, com diversos *chavões* ou *soundbytes* para a comunicação social e passar a ser o Presidente de todos, propondo as estratégias, decidindo os projetos e traçando os caminhos para os próximos anos, em suma, liderando. Saiba liderar e agregar, não fomente nem alimente atritos que só nos farão perder tempo e oportunidades que não voltaremos a ter, estou certo que o saberá fazer. Para terminar agradecer-lhe a missiva que enviou aos senhores Deputados Municipais, tive a oportunidade e o cuidado de a ler com atenção, no entanto, referir que a mesma era desnecessária. Uma simples intervenção sua, como aliás já aqui fez, nesta Assembleia, seria mais económica certamente, em termos financeiros, mas também de tempo empregue. Fui eleito e aqui estou para defender e lutar pelo futuro de todo o Concelho, da melhor forma que sei, certamente todos estarão com o mesmo intuito, dedicação e empenho. Senhor Presidente conte comigo e penso que com todas e com todos os presentes, sempre que seja com liderança e compromisso, seja pela Guarda, seja por uma mais e melhor Guarda, porque a Guarda existe, porque todos somos Guarda, no fundo das mais diversas formas e visões, todos queremos um futuro ambicioso para a nossa cidade, a nossa vila e as nossas aldeias. Muito Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Dava agora a palavra à senhora Deputada Cláudia Guedes do Grupo Parlamentar do CDS.” -----

- **Deputada Cláudia Guedes (CDS):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados Municipais, público presente. Começava por expressar a minha consideração e compromisso com todos os Guardenses. O nosso lema foi e será: «Somos Guarda» e todas as pessoas importam, mesmo aquelas que vivem nas aldeias esquecidas e longe dos grandes centros populacionais, como diz Eduardo Lourenço «cada pessoa é um mundo, mesmo as pessoas que têm momentos de menos visibilidade e relevo são mistério a que nunca daremos a volta.» Neste sentido, nesta minha intervenção, não poderia deixar de recordar que se encontram inscritas na nossa Constituição no seu artigo 9º como tarefas fundamentais do Estado, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo, a igualdade real entre os Portugueses, a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais; a proteção e valorização do património cultural do povo Português, a defesa da natureza e do ambiente, a preservação dos recursos naturais e ainda assegurar um correto ordenamento do Território. É exatamente isto que o Estado tem obrigação de fazer, e há muito a fazer na Guarda, na cultura, no emprego, na educação, na saúde, no ambiente, no desporto, na ação social. -----

A dinamização da vida cultural e a animação da cidade são fundamentais para reter as pessoas e convidar outras a vir à Guarda. É necessária uma programação regular e original que coloque a Guarda nos roteiros turísticos e culturais nacionais e internacionais. É preciso apoiar os criadores ligados à literatura, à música ou às artes plásticas. Para a formação e captação de públicos, a Autarquia deve estabelecer, antes de mais, parcerias com as diferentes Associações e escolas do Concelho. Neste Concelho do Interior em que somos credores do cumprimento de desígnios constitucionais, celebramos com muito orgulho um acontecimento marcante, em termos daquilo que foi a Guarda no passado distante que não é no presente, mas que legitimamente ambiciona ser no futuro. A região do Interior vive uma estranha relação com o fator humano que impede que as pessoas nela se fixem. -----

O Interior chegou ao ponto em que o investimento já não encontra mão de obra que permita a sua instalação, como pode uma região sobreviver desta forma? O problema do Interior é de enorme gravidade e não se resolve naturalmente, é preciso agir. A nossa história é rica e imensa, mas a memória é curta e as ações ainda ficam aquém da própria memória. É também por isto que estamos aqui, há mesmo muito a fazer, em ações de sensibilização empresarial, única forma de inverter a tendência de perda de população. O desenvolvimento é uma questão de velocidade e a Guarda não pode ficar parada. Assim, como não pode indiferente ao envelhecimento da sua população, é preciso apostar ainda mais na área social. Max Weber disse que a história ensina que o homem não teria alcançado o possível se muitas vezes não tivesse tentado o impossível. No que respeita à Guarda, eu continuo a acreditar que é possível construir coletivamente as soluções de que o nosso Concelho precisa. Queremos uma Guarda sustentável, saudável, inclusiva e empreendedora. Aliás, essas soluções nem são impossíveis, pelo que tudo fica mais fácil no processo de alteração de um paradigma social e económico, que vai para além das fronteiras do nosso Concelho. É uma mudança que tem que tocar todo o Interior do País. Sabemos que a realidade do despovoamento e conseqüente empobrecimento não é exclusiva da Guarda, é o dia a dia em inúmeros Municípios que

ocupam uma vasta área territorial do nosso País. Daí que as soluções para o nosso Concelho e para o de todos os outros do Interior não possam continuar a ser casuísticas nem parcelares e tenham que ser abrangentes, estruturadas e duradouras no tempo, para que se consiga atingir o possível sem nunca ter tido necessidade de buscar o impossível. -----

De nada serve vir acenar-nos com os benefícios fiscais para o Interior, se não se promoverem simultaneamente a canalização do investimento, a valorização do património natural e construído, dos produtos endógenos, a fixação da população e a vinda de novos povoadores, para os territórios agora denominados de baixa densidade. O futuro só será possível com pessoas, já assim perspetivou o inventor da cidade da Guarda, D. Sancho, que mereceu o cognome de Povoador. Também na Guarda o futuro se constrói e tem bons fundamentos alicerça-se, por exemplo, na cultura e na exemplaridade de algumas personalidades de reconhecido mérito Universal. A resiliência é uma das características mais marcantes das gentes do nosso Concelho, por isso, continuo a acreditar que devemos lutar por aquilo de que somos credores e que é um direito explicitamente inscrito na nossa Constituição. E, esta é uma dívida permanente que todos teremos para com a Guarda. Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Tem a palavra o senhor Deputado José Rabaça, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza.” -----

- **José Rabaça, Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Bom dia senhor Presidente da Assembleia, José Relva e senhores secretários. Bom dia senhor Presidente da Câmara, Sérgio Costa e senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, muito bom dia a todos. Trago aqui dois problemas, já sei que o Executivo está a tratar do assunto, mas a realidade, é esta: deficiente distribuição da correspondência dos CTT’s e falta de rede móvel, que abrange quase todo o Concelho da Guarda. Falando de Casal de Cinza, parece aqui um paradoxo, que é tanta tecnologia, mas não existe distribuição de correio postal eficiente em Casal de Cinza, vai uma vez por semana, e quando vai a Casal de Cinza, vai levar a minha revista da Visão, que sou assinante e é correio azul, a rede móvel não existe, existem zonas sombras no Concelho da Guarda. Senhores Deputados da Assembleia da República, que até estão aqui dois, tomem atenção porque têm de resolver este problema o mais breve possível. Falta de rede, o 112 nem sempre funciona, senhora Ministra! Distribuição de correio postal, as pessoas perdem consultas no médico, porque não recebem a carta! Andam há seis meses para terem uma consulta em Coimbra, recebem uma notificação pelos CTT e faltam à consulta, porque não receberam a carta, recebem a carta depois. As contas da luz, da água, da EDP, pagas com multas em atrasos! Eu tenho pessoas que não dormem, pessoas idosas com oitenta e oito anos, já pagaram mais cinco euros, devem a luz, devem a água, não pode ser, isto não pode ser! Sei que o senhor Presidente já teve uma reunião, com o CDP dos CTT - distribuição, está a tentar resolver o problema, mas, meus amigos isto não pode ser, isto não pode ser! Bom dia a todos, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Dava a palavra ao senhor Presidente ... se houver mais alguma inscrição, façam favor.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Olá bom dia a todos. Só questionar o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza se, se recorda de quem privatizou os CTT e faz

neste momento com que os CTT trabalhem desta forma, infelizmente para a nossa região. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado quer intervir neste período. Peço-lhe só..., apelo ao seu poder de síntese.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Bom dia a todos novamente. De facto, alteramos o ponto, mas ainda é o primeiro ponto.” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “É um engano. Ainda estamos no período Antes da Ordem do Dia. Por engano colocaram o 2.1.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Eu, é só para fazer duas ou três considerações. Começando, se calhar pela última intervenção, do senhor Presidente José Rabaça, que o Grupo Municipal Pela Guarda acompanha essa preocupação, aliás, foi..., já nos fizeram várias vezes chegar essas preocupações, aliás...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa, não se importa de retirar a máscara. Muito obrigado.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Ah, sim claro, peço desculpa. Estava eu a dizer que acompanhamos sem dúvida nenhuma, as preocupações e também congratulamos o Executivo, já por ter feito e ter instaurado junto das várias diligências que fez, o problema dos CTT. Eu fiquei agradado com a capacidade e um cumprimento, tanto à senhora Deputada Ana Mendes Godinho como à senhora Deputada Cláudia Guedes, pela capacidade que aqui tiveram de dizer em poucas palavras que precisamos de nos unir e trabalhar todos. Oxalá consigamos todos trabalhar e que todos sejamos..., todos somos poucos para a construção da Guarda, a Guarda que realmente os Guardenses todos merecem. -----

Também um cumprimento ao senhor Deputado Hugo Fernandes, que eu, já há pouco o tinha feito, mas, dizer-lhe e recordar-lhe que talvez, estes todos, é mesmo todos, ou todos é mesmo todos, e aliás é prova o trabalho árduo do atual Executivo e o saber trabalhar com todos e para todos, como tem incansavelmente repetido e demonstrado. Aliás, senhor Presidente eu acredito que não são só apenas chavões, o que o senhor nos trouxe, já são ações, e são claras as ações que já aqui foram até algumas elencadas, do seu trabalho e de quem o acompanha, nos últimos dois meses, estamos a falar de dois meses. E, por isso, sem duvida nenhuma são estes atos que a Guarda esperou, que a Guarda está a ver ser concretizados, são estes atos, precisamente, que a Guarda atestou nessa noite eleitoral e que conte com todos, conte com toda esta Assembleia Municipal, e neste caso o Grupo Municipal Pela Guarda para, sim dizermos presente, vamos trabalhar que é para isso que fomos eleitos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Inscreveu-se o senhor Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, faça favor.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Bom dia a todos. Bom dia senhor Presidente da Assembleia Municipal e seus colegas da mesa, bom dia ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, a todos os senhores Vereadores aqui presentes e também felicitar pelo facto de termos aqui já a tradução

da Língua Gestual Portuguesa, muito bem, parabéns, já o fizemos na Sessão Solene do Dia da Cidade. Naturalmente cumprimentar todos os meus colegas, os Técnicos do TMG, todos os funcionários que aqui estão para que esta Sessão possa decorrer da melhor forma e também que possa ser escutada e ouvida por todos os cidadãos através das redes sociais. Dizer senhor Presidente da Assembleia Municipal, que apreciei e tenho apreciado o conjunto de intervenções que têm vindo aqui a ser realizadas nesta Sessão da Assembleia Municipal, fazer recordar ao senhor Deputado Miguel Borges que, quem é que privatizou os CTT, também podíamos perguntar-lhe quem é que trouxe a Troika para Portugal e quem é que obrigou os Portugueses a tanto sofrer durante três ou quatro anos, mas enfim, não vamos entrar nesse tipo de discurso, porque é o tipo de discurso que não nos leva a lado nenhum, mas convém também não arrefecerem a memória e de congelá-la, porque todos sabemos, os que estão presentes nesta sala, o que foi realmente esse tempo difícil em Portugal, para que outros pudessem vir fazer alguma coisa que depois acabaram por não fazer. -----

E aqui uma palavra de muito agradecimento pela excelente intervenção do senhor Deputado Hugo Fernandes é da minha bancada parlamentar, ou eu faço parte da sua bancada parlamentar na qualidade de militante do PSD e eleito na Freguesia da Guarda, muito obrigado pelas suas palavras, porque é isso mesmo, este palanque é para enobrecer a Guarda, e não para fazer panfletário e tempo pré e pós-eleitoral, ou durante campanha eleitoral. Muito obrigado senhor Deputado Hugo Fernandes, porque realmente quando estamos a tratar de assuntos da Guarda, quando estamos a tratar de assuntos de desenvolvimento da Guarda, ainda que em oposição, devemos fazer exatamente aquilo que o senhor Deputado fez, que é valorizar, elogiar e enobrecer, os que ganharam as eleições, mas não desmerecer aqueles que, neste caso o PSD, e o Partido Socialista, não ganharam as eleições, mas que estão aqui. Como já aqui foi dito pelo senhor Deputado Tiago do Movimento ou do Partido Pela Guarda, que estão interessados todos, mas mesmos todos, em promover o desenvolvimento sustentado e o crescimento da nossa cidade, de cada uma das suas Freguesias e no fundo fazer da cidade da Guarda ou do Município da Guarda aquilo que dizia o senhor Presidente da Câmara, e que tem dito nas diversas entrevistas, que é o *HUB* do Interior, criar aqui o *HUB* do Interior que foi aquilo que ouvi no Dia da Cidade e com o qual me congratulo, e com o qual me satisfaço, e com o qual tenho vindo ouvir dizer ao longo destes anos, não pela palavra *HUB*, mas por outros termos como o Porto Seco, o Desenvolvimento da Plataforma Logística, todos esses termos importantes e necessários para uma visão estratégica para o desenvolvimento da Guarda. -----

Queria pois dizer-lhe, sei que está na Direção do Grupo Parlamentar, sobre a liderança do Dr. João Correia, que é o nosso Líder Parlamentar, que também saúdo, não tive oportunidade de o fazer no dia em que foi a sua eleição, mas dizer, senhor Dr. João Correia e senhor Deputado Dr. Hugo Fernandes, que me revejo completamente na vossa, na vossa direção do Grupo Parlamentar, penso que o Ricardo Né também está envolvido, mas que me revejo na vossa direção do Grupo Parlamentar. Estou aqui para servir a Guarda, para isso fui eleito na Freguesia da Guarda, não esqueço que sou militante do PSD e a visão que o PSD também manifestou na candidatura do Dr. Carlos Chaves Monteiro e que como disse o Deputado Hugo Fernandes e muito bem, e creio que isso também foi sufragado pelo senhor Deputado Tiago Gomes, há boas ideias em todas as candidaturas, como as há no Partido Socialista, aqui aproveito para saudar o senhor Vereador, Dr. Luís Couto, pelo restabelecimento das suas condições de saúde e

participação nas sessões da Câmara Municipal, dizer quer o projeto do Partido Socialista, quer o projeto do PSD, quer o projeto do Pela Guarda, seguramente que tem muito boas ideias, boas intenções, boas ideias, e o projeto do CDS e o projeto do Bloco de Esquerda, e o projeto do CHEGA. Vamos assumir claramente isso, porque quanto mais excluirmos, quanto mais separarmos, quantos mais muros criarmos, mais dificuldade vamos ter em construir a cidade, a casa digamos assim, mas há uns que teimam em persistir em construir muros, e há outros que naturalmente são os senhores Deputados e, utilizando a expressão do senhor Deputado Hugo Fernandes, estamos aqui para ajudar, obviamente a construir uma Guarda melhor, uma Guarda diferente e uma Guarda claramente inclusiva e não apenas baseada em chavões pré ou pós eleitorais. -----

Depois dizer senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados, que um pouco partindo daquilo que foi a sua intervenção no Dia da Cidade e nas entrevistas que deu aos diversos órgãos de comunicação social, de certa forma foram motivadores para esta intervenção que aqui vou produzir de forma rápida, não sei qual é o tempo que tenho senhor Presidente, mas não quero estar aqui a usurpar o tempo que tivesse, usarei aquele que for necessário, teremos tempo depois para outras alturas para dizer mais alguma coisa. Mas é o seguinte: senhor Presidente da Câmara, que todas as obras que falou de carácter estrutural são importantes, mas permita-me, senhor Presidente, na condição aqui de Presidente de Junta, que refira que a nossa cidade, a nossa Freguesia, não falarei pelas outras, porque não tenho essa obrigação nem esse dever, por enquanto, mas dizer apenas, senhor Presidente que há um conjunto de pequenas intervenções, que devem merecer mais atenção. Se é verdade que o Porto Seco não depende apenas e só da vontade e do desejo e dos meios da Câmara Municipal da Guarda, tem que ter o concurso do Governo Central e quiçá das instancias comunitárias, não é menos verdade que há um conjunto de questões que dependem claramente dos cidadãos, das Freguesias e obviamente da Câmara Municipal, no conjunto dos políticos e técnicos. E são essas pequenas questões senhor Presidente que eu aqui venho trazer, peço desculpa, porque são realmente pequenas questões mas são as questões que nos vêm preocupando e que nos vêm fazendo perder muito tempo e que, eu peço-lhe senhor Presidente da Câmara e aos senhores Vereadores do Partido Socialista e do PSD, que de alguma forma atentem nestes casos e procurem fazer com que toda a máquina da Câmara se foque na resolução de pequenas questões que têm a ver com os passeios, têm a ver com a Toponímia, há pessoas na cidade da Guarda que não conseguem tirar o cartão de cidadão há três meses, porque temos dificuldade na Toponímia e nos números de polícia. -----

Temos uma rede de transportes públicos que continua a ser claramente deficitária, creio que é um tema que está para resolução, pelo menos o anterior Presidente assim o disse, e creio que o senhor Presidente, hoje aqui o poderá também aqui afirmar, ou pelo menos dar-nos uma indicação mas a par disso, temos abrigos que continuam partidos, que é mesmo assim, é verdade que há aqui alguma característica de vandalismo urbano, de vandalismo, que nós temos que procurar ultrapassar, é verdade também, concordo com isso, mas isso não impede dizer que, os nossos serviços, Freguesia, Câmara Municipal, devem estar mais atentos para procurar de imediato dar uma resposta a estas situações porque penalizam, e agora vêm aí as chuvas, penalizam claramente essa questão. -----

Mas também pedir, senhor Presidente, naquilo que for possível a Câmara Municipal da Guarda possa até final do ano fazer o pagamento dos Protocolos do Salvaguarda Rural,

aqueles que já estão concluídos, se bem que mesmo aqueles que estejam ainda, em andamento, até por uma questão, falo pela minha Freguesia, os meus colegas falarão por si, dá-nos jeito que possa ser completada a verba que o anterior Executivo pagou na primeira tranche. Bem sei que está lá escrito no Protocolo, só depois de estar tudo concluído é que pagarão a segunda tranche, mas a nossa Freguesia já tem essa situação resolvida espero pois que possa, até ao final do ano, por uma questão de regras contabilísticas e financeiras e orçamentais, todas essas questões. -----
Depois dizer senhor Presidente, que apesar do grande enfoque que colocou no desenvolvimento estratégico para a Cidade da Guarda a partir do tal HUB do Interior, permita-me que lhe peça muito, a si, e aos senhores Vereadores aqui presentes e a todos os senhores Deputados Municipais eleitos, que haja um tratamento especial para a questão da Avenida de S. Miguel da Guarda que é seguramente uma das Avenidas mais circuladas nesta Cidade, se não for a mais é uma das garantidas, a mais circulada e que precisa há cinquenta anos, não vou dizer há cinquenta anos apenas por dizer, há muitos anos que andamos a falar nesta matéria, que possa ser objeto efetivo de intervenção. Sei que houve um esforço muito grande dos dois anteriores Executivos Municipais, dos dois anteriores Executivos Municipais, a partir de dois mil e treze houve desenvolvimentos sérios nessa matéria, mas em termos de materialização da obra não a tivemos, assim como a questão da variante da Sequeira, com quatro, com duas com três faixas, bom faça-se alguma coisa para permitir que a fluência do tráfego numa pequena, media cidade como a Guarda não tenha que ter os constrangimentos de uma grande cidade como será o caso de Lisboa e que possamos ultrapassar essa questão. ---
Depois dizer, senhor Presidente e sobre a questão da limpeza urbana, a questão dos passeios, dos Jardins, enfim, são questões, vamos ser francos, é bom nós sabermos reivindicar do Governo Central aquilo que é necessário, aquilo que é útil, estamos cá para isso, não só para o ajudar a si, como aos seus colegas Vereadores, mas para ajudarmos todas as forças políticas que estão interessadas em exigir e reclamar do Governo Central, mais e melhores coisas, por exemplo, senhor Presidente na questão do COVID, sei que a Câmara, as Câmaras Municipais do País foram brindadas com uma verba de cinquenta e poucos milhões de euros, não sei se já chegou à Câmara da Guarda, cinquenta e cinco se não estou em erro, mas veja senhor Presidente a injustiça que é o conjunto de Freguesias deste país, entre as quais se inclui a Guarda que apresenta, todos os meses, que apresentou junto da DGAL, todos os meses as despesas de COVID, sim porque não foi só o Governo, que fez todo o trabalho, é preciso que se diga, é preciso que se registre há aqui muitos colegas meus, Presidentes de Junta, que os encontrei em vários locais a comprar máscaras, a comprar viseiras a apoiar outras Instituições. E, também é verdade senhor Presidente que as Câmaras assim o fizeram e foi um esforço coletivo, e também é verdade senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores que tivemos, por exemplo, neste difícil tempo de Pandemia um comportamento exemplar de todos os líderes político-partidários, cada um falará por si, eu falo do meu Líder, que é hoje candidato a Primeiro Ministro, a partir de ontem, há muitos anos que é candidato a Primeiro Ministro, que soube dizer ao então, ao ainda Primeiro Ministro de Portugal, embora já demitido, dizer que apesar de ser o Líder da oposição e apesar de estar interessado em governar Portugal, acima de tudo, num tempo de Pandemia temos que estar ao lado daqueles que estão a trabalhar, sejam eles do PS, sejam do PCP, do Bloco de Esquerda ou do PS. E, assim o fez, durante estes dois anos, sofrendo as agruras, dentro do seu próprio partido que queriam que ele fizesse «entraves mais (...)», mas ele

soube ser sério, soube ser nobre e acima de tudo soube perceber a diferença entre servir o País, servir o Partido, servir os cidadãos. -----

Aí também é uma palavra que devia ficar aqui registada, volto a dizer, o tempo eleitoral chegará, e aí discutiremos outras questões que já foram aqui mencionadas. Mas dizer senhor Presidente que as Câmaras Municipais vão receber cerca de cinquenta e cinco milhões do Governo Português, e por incrível que pareça, as Freguesias que todos os meses reportam as despesas à DGAL até hoje nada viram, nem sabem se quer se vão receber. É verdade, entre os milhões que a Câmara da Guarda investiu e os milhares, que por exemplo a Freguesia da Guarda, e foram quase quinze mil euros que gastamos nestes dois anos, ou naquele tempo mais forte da Pandemia, há uma diferença muito grande, e os milhões fazem muita falta e se calhar os milhares, como é uma Junta de Freguesia, enfim, lá ficarão. Mas gostaria senhor Presidente que me pudesse também responder-me a isto, se já recebeu a Câmara da Guarda algum dinheiro dos cinquenta e cinco milhões e, já agora, se está a pensar em partilhar essa verba, se o Governo não der especificamente para as Freguesias, se está a pensar em partilhar essa verba com as próprias Freguesias do seu Concelho, num quadro que vamos ser francos, nem eu posso exigir ao Governo enquanto Câmara Municipal que pague todas as despesas que o senhor Presidente, ou o anterior Presidente fez em nome da Câmara da Guarda para a Pandemia, como também não reclamo que a verba toda que foi gasta pelas Freguesias seja paga toda, na totalidade pelo Governo, há que respeitar, foi um esforço coletivo, não foi apenas de um Governo, foi de uma Nação, para responder às necessidades de todos os cidadãos e de todas as cidadãs e esta minha afirmação vem muito na linha da intervenção do senhor Deputado Hugo Fernandes, que volto mais uma vez aqui a saudar. Mas continuando na senda das questões das Freguesias...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, apelo ao eu poder de síntese.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Estou mesmo a terminar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Desculpe, tenho mais um minuto, senhor Presidente? Trinta segundos? Então muito rapidamente senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Está mesmo no limite.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito rapidamente e tem a ver com a ligação das Freguesias com a Câmara Municipal da Guarda. O senhor Presidente fez uma reunião outro dia, com as Juntas todas, eu compreendo perfeitamente que não vai ter tempo nos receber a todos tão depressa, aceito isso perfeitamente, há uma proposta eleitoral penso que era do seu Movimento, da Câmara agora, mas também dos outros partidos, que era a criação do Gabinete das Freguesias aqui no Município da Guarda. Senhor Presidente, disse-lhe já pessoalmente, não o disse nessa reunião mas digo aqui publicamente, acho que é uma excelente ideia, acho que é uma excelente necessidade, mas por favor vá desenvolvendo essa ideia do Gabinete das Freguesias com todos nós, não o faça só fechado com os seus colegas que o tem de fazer, com os seus Técnicos que o tem que fazer, mas também inclua-nos ao nível de

organização, ao nível do funcionamento, ao nível da competência, ao nível do conjunto de pessoas que quer incluir nesse Gabinete, é só Técnicos, são os Engenheiros, são os Arquitetos, são de cariz social, é a parte administrativa, bom, permita-me senhor Presidente, com quarenta e três Freguesias que haja um Gabinete melhor daquilo que tem sido a prestação da Câmara Municipal da Guarda e volto a dizer, depois de dois mil e treze melhorou muito, melhorou muito, mas ainda não é suficiente no quadro daquilo que são agora as novas competências. E para terminar...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Desculpe Senhor Presidente.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “E para terminar, dou-lhe só um exemplo, há tempos fui confrontado com um bom exemplo da...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa, já ultrapassou de longe o seu tempo...” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Peço desculpa, então senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Apelo ao seu poder de síntese. Rapidamente.”

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Não, Não, não, é muito rapidamente. O exemplo da Câmara de Barcelos, tem mais Freguesias do que nós, tem metade de área do que nós, Guarda, tem mais do dobro de população do nosso Município e tem uma aposta com as Juntas de Freguesia que é o Protocolo 300%, começou com 100%, com 200% e agora está com 300%, isto em Câmaras do PS e agora Câmaras do PSD, tão simples quanto isto senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Presidentes e Deputados Municipais. A Câmara Municipal de Barcelos deposita em todos os anos às Juntas de Freguesia, neste caso, 300% do valor que o Governo dá a cada uma das Freguesias daquele Concelho, exigindo que 140% é para despesas correntes e 160% é para despesas de capital ou de investimento. É um exemplo apenas, senhor Presidente peço desculpa por prolongar e desejo-lhe naturalmente a si, aos membros da mesa, ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores e a todos os Deputados Municipais, e à senhora Ministra aqui presente na qualidade de Deputada Municipal também, um santo tempo natalício e as melhores venturas para 2022. Muito obrigado senhor Presidente e obrigado pela sua paciência também.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Muito Obrigado. Senhor Presidente da Câmara têm a palavra se desejar.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado senhor Presidente, muito rapidamente, até para não perdermos mais tempo e para ver se não fico muito no vermelho, em termos de tempo. Senhora Deputada Ana Mendes Godinho, os investimentos públicos são cada vez mais necessários para esta nossa terra, para o nosso Concelho, para a nossa cidade. Efetivamente, o Sector Social é fundamental, foi fundamental, continua a ser fundamental no combate à Pandemia e deve ser cada vez mais apoiado, e o Estado Central aqui, tem um papel preponderante nessa matéria. Nós vimos bem o trabalho que as IPSS’s fizeram ao longo dos últimos dois anos, muitas vezes fazendo, permitam-me a expressão, «das tripas coração», para comprar todos os EPI’s que eram necessários e, portanto, devemos estar gratos às IPSS’s, mas devem ser cada

vez mais apoiadas, naturalmente, neste período da Pandemia, e no período pós Pandemia. -----

No que diz respeito às obras da Ferrovia, da Linha da Beira Baixa, que já foram concluídas, da Beira Alta que decorrem, mas também do Porto Seco, essa ambição, essa velha ambição que nós devemos continuar a lutar por ela, porque a Plataforma Ferroviária da Guarda será mesmo, ou terá mesmo um papel preponderante no desenvolvimento da Guarda nos próximos cinquenta anos. Todos os investimentos em volta do sector ferroviário, da Plataforma Ferroviária, onde se inclui o Porto Seco, são fundamentais para os próximos cinquenta anos. E, as conversas que temos tido sobre essa matéria, e a reunião que já tive com os interlocutores mais diretos que têm responsabilidade sobre o Porto Seco, ainda a semana passada falamos sobre isso, é fundamental para que todos possamos dar as mãos para que esse investimento possa ser uma realidade nos próximos anos, não vai ser um investimento que seja executado de um ano para o outro, não vai. É o caminho que tem que ser percorrido, é o Projeto que tem que ser feito, é a declaração de impacto ambiental que tem que ser feita, é a obra que tem que ser feita, mas antes da obra ser feita, era aquilo que nós queremos ambicionar é que no mais curto espaço de tempo algo possa ser criado, e a publicação do Decreto Lei é fundamental para que isso possa ter inicio. -----

Naturalmente que a Câmara da Guarda, muito fez juntamente com a senhora Ministra da Coesão Territorial, nas diversas reuniões que tivemos ao longo dos últimos dois meses, juntamente com o Instituto Politécnico, para que o Laboratório Colaborativo da Logística seja uma realidade e por isso foi submetida a sua candidatura no portal da FCT será muito importante este CO-LAB, não só para a Guarda, mas para a Região e para todo o País, porque a partir da Guarda pode ser feito todo o desenvolvimento empresarial ao nível da logística para todo o País, para a Península Ibérica e dar também um pequeno grande contributo para a Europa, e por isso é que todos devemos dar as mãos da esquerda à direita, todos somos importantes. O CO-LAB vai ser de todos nós, mas candeia que vai à frente alumia duas vezes. É preciso que alguém ande na frente a lutar por este desígnio para a Guarda, para a Região e para o País. Esse investimento que aqui falou e que falávamos nos últimos dias, minha cara Deputada Ana Mendes Godinho, de 4,5 milhões de euros para o Parque Industrial da Guarda, para as Comunidades Energéticas é uma percentagem do valor total que foi apresentado, e de acordo com aquilo que fomos falando ao longo dos dois últimos meses sabemos que temos a via aberta, neste Governo, e teremos certamente no próximo Governo a via aberta, para continuarmos o diálogo, para que seja possível alcançar a máxima taxa de participação necessária para que este e outros projetos sejam uma realidade para a Guarda, tão importante precisamente, para diminuir a Pegada Ecológica do nosso Concelho, das nossas empresas e estarmos assim na vanguarda daquilo que é a eficiência energética também. E em suma, dizer-vos que todos os investimentos são sempre bem-vindos à Guarda, sejam os investimentos que queriam apenas o seu próprio posto de trabalho, as microempresas, sejam os investimentos que criam duzentos, trezentos ou quicá mil postos de trabalho, todos serão sempre bem-vindos e a Câmara da Guarda lutará com todos vós, lado a lado, para que isso seja sempre uma realidade. -----

Meu caro Deputado Hugo Fernandes, a Guarda escolheu, cumpra-se a sua vontade deixando-nos trabalhar, foi isto que a Guarda disse, e é isso que todos nós devemos ambicionar, e sabemos bem que o caminho tem de ser percorrido sempre com

profissionalismo e com verdade absoluta, com estes princípios que estão subjacentes e foi a população da Guarda que os escolheu e isso deve ser efetivamente salvaguardado e respeitado. No que diz respeito ao *Sound Bytes* que o senhor Deputado falou, olhe não sei se há algum ressabiamento ou não, quero crer que não seja, mas a Guarda foi muito clara naquilo que decidiu e cada um deve saber ocupar o seu lugar no tempo próprio e é isso que todos nós devemos fazer ao longo dos próximos quatro anos. -----

Senhora Deputada Cláudia Guedes estamos perfeitamente de acordo, o investimento das empresas é fundamental, tal como já referi há pouco, o Sector Social tem que ser cada vez mais fortalecido, a par com o turismo de natureza que tem que ser muito divulgado, temos que lutar muito por essas novas rotas, do turismo de natureza é o turismo do futuro, afinal é aquilo que todos nós queremos fazer e tem futuro porque a região da Serra da Estrela está mesmo na vanguarda de tudo o que é turismo de natureza no nosso País. E o mesmo a dizer em relação ao investimento nas Empresas Tecnológicas, temos, só cá estamos há dois meses, mas temos feito já algum trabalho nessa matéria e vamos continuar a fazer, e esperemos dentro em breve podermos falar mais sobre aquilo que será o emprego ao nível das Empresas Tecnológicas. -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza, nós fizemos efetivamente uma reunião com os responsáveis Nacionais, Regionais e Locais da distribuição postal, já algum trabalho foi feito, já houve algumas correções ao processo, mas não ficamos satisfeitos, naturalmente, e por isso, é que já pedimos uma nova reunião à Administração dos CTT para que não seja, para que este processo que foi feito, não seja apenas uns meros paliativos para a distribuição postal, e por isso é que nós pedimos essa reunião para que possamos falar no futuro sobre a efetiva necessidade da boa distribuição postal em todo o nosso Concelho, e o mesmo é dizer em relação à rede móvel deficitária, já não é de agora, já há algum tempo que se vem verificando e, portanto, acompanharemos sempre tudo o que seja a melhoria das infraestruturas do nosso Concelho, da Cidade e das Freguesias Rurais. -----

Meu caro Deputado Tiago Gomes apenas uma expressão muito simples, vamos ao trabalho pela Guarda, foi isso que a população da Guarda, que os Guardenses decidiram e é isso que nos devemos fazer. -----

Senhor Presidente de Junta da Freguesia da Guarda, afinal há tanta coisa para fazer, mas nós só chegámos há dois meses, em dois meses acho que já conseguimos fazer mesmo muito, com o esforço com a dedicação, não só meu, das senhoras Vereadoras, dos senhores Chefes de Divisão, dos Funcionários do Município que aproveito para cumprimentar aqui também, já muito trabalho foi feito, mas há tanto trabalho que tem que ser feito, porque todos somos efetivamente poucos para defender a Guarda. É claro que há as pequenas intervenções na cidade, afinal, há tanta coisa para fazer, ao nível da Toponímia esse Regulamento, que eu tive o gosto e o prazer de há uns anos ter assinado para ser aprovado. Mas naturalmente há sempre questões para serem resolvidas, a questão da mobilidade, dos passeios, da rede de transportes, ansiamos que isto seja resolvido no mais curto espaço de tempo. O acompanhamento é diário relativamente a esta matéria, e todas estas situações, ou muitas delas que estão pendentes de resolução todas elas há mais de um ano, mas nós a seu tempo haveremos de conseguir, paulatinamente, ajudar a cidade a resolvê-las e as Juntas de Freguesia é para isso que fomos eleitos e com o tempo da nossa Governação tudo isso há de ser resolvido. -----

No que diz respeito ao pagamento dos Acordos de Cooperação, os relatórios Técnicos estão a ser feitos e todas as obras que estejam concluídas e com o Relatório Técnico

validado serão pagas até ao final do ano. É assim que tem que ser uma Câmara de boas contas, as que estiverem concluídas serão pagas até ao final do ano, algumas Juntas de Freguesia que já pediram e bem, porque é assim que a formalidade das coisas deve ser feita, já pediram para que fosse prorrogado para o próximo ano e nós temos que respeitar tudo isso. E o mesmo a dizer em relação à requalificação, não é só da Avenida de S. Miguel, é da Rua da Treija, é da zona envolvente à Igreja da Estação, à Igreja de S. Miguel, há tanto trabalho para fazer, mas há mesmo tanto trabalho para fazer e é preciso encontrar os Fundos Comunitários necessários para alavancar esses investimentos, dando assim dessa forma, mais condições de vida, melhores condições de vida ao nível das infraestruturas à nossa população. E, não é só a variante dos Galegos, não é só a Variante da Sequeira, é também a Variante dos Galegos, que foi contratualizada com as Infraestruturas de Portugal e não percebemos porque é que não está já em curso, mas é esse trabalho que nós vamos continuamente fazer junto dessa empresa pública. No que diz respeito ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, estava no nosso Programa Eleitoral, e nós saberemos bem como abrir esse Gabinete, com recursos Técnicos necessários para poder fazer o acompanhamento de todos os assuntos dentro da Câmara Municipal e, por isso, é que foi mesmo uma das nossas grandes bandeiras, no nosso Programa Eleitoral, na nossa Campanha Eleitoral, que a Guarda bem sufragou. E no que diz respeito à descentralização de competências tal como falamos naquela reunião que tivemos com todas as Juntas de Freguesia haveremos de negociar a descentralização de competências. É isso que a Lei nos obriga, sem utopias, sem tabus, mas com os pés bem assentes na terra, porque muitos e muitos Municípios pelo País podem fazer ou podem descentralizar muitas competências com certas e determinadas verbas, mas nós temos que adaptar à nossa realidade, não vale a pena andarmos a falar e a enganarmo-nos uns aos outros que de repente temos uma máquina de fazer dinheiro dentro da Câmara. Isso não pode acontecer, isso não é verdade, e é por isso que nós iremos fazer esse caminho ao longo do próximo ano, negociando com as Juntas de Freguesia a devida descentralização das competências; é isso que estava no nosso Programa Eleitoral, foi isso que vos falamos e é isso que nós vos vamos dizer ao longo do próximo ano, iremos negociar convosco. -----

E no que diz respeito às verbas que foram despendidas e foram candidatas sobre o material COVID, veja a Câmara da Guarda também ainda nada recebeu, e esperamos ansiosamente que essas verbas possam ser transferidas, porque naturalmente o dinheiro foi gasto, algum dinheiro foi gasto e naturalmente que a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, a tutela governamental deve fazer as transferências necessárias de acordo com a submissão dos comprovativos de pagamento que foram feitos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Iriamos entrar na Ordem do Dia, interrompendo, por acordo já com algumas forças políticas, à uma para almoço. Neste período, por acordo obtido com os Líderes teríamos, seis minutos para o PG, nove minutos PSD, cinco minutos PS, e para o CHEGA, o CDS e o Bloco de Esquerda dois minutos. Apresentaram inscrições para este ponto: Assuntos de Interesse Geral Municipal, o senhor Deputado Rui Ribeiro, o senhor Deputado Virgílio Bento, a senhora Deputada Lucinda Fernandes, e o senhor Deputado Tiago Saraiva Gomes. Iria dar a palavra ao senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Senhor Presidente da mesa, apresento os meus cumprimentos e aos restantes membros da mesa, apresento também os cumprimentos ao senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores presentes, caras e caros pares Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia, comunicação social e público que nos acompanha, bom dia a todos. Iniciamos hoje, de facto, os trabalhos do mandato que iniciámos a dezasseis de outubro, por isso permitam-me que a minha primeira palavra seja uma saudação a todos os Deputados eleitos e Presidentes de Junta aqui presentes, pela sua dedicação à causa pública, e pelo inestimável contributo que se disponibilizaram para dar, especialmente aos que aqui estão pela primeira vez, e que honram todos os Guardenses com a sua presença e estou certo o seu empenho. Saudamos também, naturalmente, todos os membros do Executivo pelos resultados eleitorais alcançados e pela sua dedicação à resolução dos problemas do nosso Concelho. A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Guarda, é atualmente um grupo coeso e que após ter refletido sob os resultados da eleição que nos trouxe a todos até aqui, saberá posicionar-se no tabuleiro da atual relação de forças políticas do nosso Concelho. De resto, temos já provas dadas e evidentes dessa união. - O papel que nos reservamos tem por base os nossos compromissos eleitorais, expressos no Programa com que nos apresentámos a eleições, e nessa medida, exerceremos a devida vigilância sobre a atividade do Executivo, e com ele colaboraremos sempre que considerarmos adequado à luz destes princípios, não seremos uma pedra na engrenagem de quem tem mandato para governar os destinos do Concelho, da mesma forma que não seremos muletas para uma governação isenta de responsabilidade ou de exigência. Temos a perfeita noção do nosso lugar e do nosso papel no mandato, o de representar aqueles que nos confiaram o seu voto face os compromissos que com eles assumimos. -----

Dito isto deixaremos desde já alguns desafios ao Executivo Municipal na pessoa do senhor Presidente de Câmara. O primeiro, é que a ética impere sobre a legalidade, traduzido, esperamos do Executivo Municipal uma maior colaboração com esta Assembleia, como forma de melhorar a qualidade dos atos de governação e gostaríamos que o Executivo adotasse uma política de disponibilizar os documentos apreciados e votados nesta Assembleia, o mais cedo possível, independentemente dos prazos legais de que dispõe. Documentos especialmente extensos e complexos como Orçamentos e Prestações de Contas entre outros, devem ser objeto de uma discussão elevada e esclarecida, como forma de melhorar a própria qualidade das decisões do Executivo, e o tempo dado aos Deputados Municipais para o estudo destes documentos é um fator crítico para a qualidade do debate político no nosso Concelho. -----

Outro desafio é o da criação por parte da Autarquia de um Gabinete de Apoio às Freguesias; estas, enquanto representantes dos cidadãos, têm hoje algumas limitações no que toca aos recursos disponíveis, que se repercutem muitas vezes na sua capacidade operacional. Nos próximos meses assistiremos à possibilidade de apresentar candidaturas ao PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, e não podemos deixar as nossas Freguesias perderem a oportunidade de trazerem para os seus territórios, importantes recursos que podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do nosso Concelho. Por isso, desafiamos a Autarquia a criar uma estrutura de apoio de funcionamento pró-ativo, que permita nesta fase inicial do mandato agilizar o acesso das Freguesias a informação relevante e mesmo à elaboração das candidaturas que se vierem a revelar necessárias e desejáveis. Por fim deixamos também ao senhor

Presidente de Câmara o pedido de que se empenhe pessoalmente na delegação de competências previstas para as Juntas de Freguesia do Concelho, que devem ser operacionalizadas no mais curto espaço de tempo possível, de forma a permitir a esta Autarquia a sua incorporação nos respetivos Orçamentos e exercícios de panificação de atividade. -----

Termino desejando a todos os membros desta Assembleia e do Executivo Municipal, um mandato profícuo, que contribua, para que o nosso Concelho seja nos próximos anos, motivo de orgulho para todos e que os nossos concidadãos, valorizem e reconheçam o trabalho e empenho de todos quantos aqui estamos hoje. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se quiser pronunciar, tem a palavra. Não havendo nenhuma inscrição, dou a palavra ao senhor Deputado Virgílio Bento, faça favor.” -----

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “Excelentíssimo senhor Presidente e restante mesa, desejo-lhes sucesso neste novo mandato que assumiu, excelentíssimo senhor Presidente de Câmara, senhora Vice-Presidente, senhores Vereadores, desejo-lhe igualmente sucesso nesse vosso trabalho, o vosso sucesso será seguramente o sucesso da própria Guarda. Vou falar sobre um tema que esta Assembleia logicamente não pode ignorar dada a importância que tem para o desenvolvimento desta Cidade e desta Região, como é a Capital Europeia da Cultura. Quando o então Presidente da Câmara anunciou a candidatura da Guarda Capital Europeia da Cultura, eu fui seguramente, fora do universo da Câmara, a primeira pessoa publicamente a apoiar esta iniciativa. E fi-lo por duas razões: a primeira razão é óbvia, simples e direta, a Guarda merecia ser Capital Europeia da Cultura. Depois de Lisboa, do Porto e de Guimarães, era chegada a vez da Guarda. Tirando Porto e Lisboa, Guarda e Guimarães eram as cidades que tinham um projeto cultural mais consistente e inovador, que tinham um Teatro Municipal com uma programação continua e de qualidade. A Câmara Municipal da Guarda teve, a partir de mil novecentos e noventa e sete, a preocupação de dotar a cidade de equipamentos culturais de qualidade. Iniciaram-se projetos como o Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal, o Paço da Cultura e o Centro de Estudos Ibéricos. Como disse num artigo que escrevi a convite do Diretor do Jornal Terras da Beira, por ocasião dos quinze anos do TMG, se o Porto precisou de construir o ícone da sua capitalidade, a Casa da Música, a Guarda não precisa de fazer esse investimento, já tem o seu símbolo, o seu TMG. ----- Mas para além desta aposta na construção e requalificação destes equipamentos, foram desenvolvidos projetos culturalmente consistentes, aliando a tradição à modernidade, à memória, tentando descobrir e fortalecer a identidade cultural desta cidade e deste Concelho, os Festivais de Cultura Popular, o Projeto Emergência, o Projeto Andarilho e a Memória das Coisas. Tantos e tantos projetos, todos eles com o envolvimento da comunidade e das suas Associações. Muitos destes projetos ultrapassaram fronteiras do Concelho e foram adotadas por outras regiões. Hoje um dos projetos mais interessantes lançados pela Câmara Municipal do Porto chama-se Cultura em Expansão, em que uma das responsáveis é uma Técnica que pertenceu a esta Câmara, Sílvia Fernandes, e que no fundo é a adaptação do Projeto Andarilho a uma realidade citadina. Podemos igualmente falar de uma das medidas mais importantes de descentralização cultural lançadas por este Governo, como é a rede nacional de cineteatros. O Diretor-Geral das Artes, Américo Rodrigues, um dos responsáveis por esta medida, conhecia bem esta

necessidade. Ele foi o primeiro Diretor do Teatro Municipal da Guarda, o único Teatro Português que pertencia a uma rede de cineteatros, só que essa rede não era Portuguesa, mas sim de Castilla y León. Como disse numa conferência de imprensa o Presidente da Câmara do Fundão, Paulo Fernandes, o que eu faço na área da cultura aprendi-o com a Câmara da Guarda. Se outras razões não houvesse, estas já justificavam esta candidatura. -----

Em segundo lugar, independentemente da vitória ou não, estes momentos são pretextos para pensar e refletir sobre o que queremos para a cidade e para o Concelho, que futuro queremos construir, qual a nossa utopia. A utopia não é uma atopia, um *a-topos*, um não lugar, mas sim um *u-topos*, um lugar que ainda não existe, mas que pode vir a existir. Marx dizia, a propósito da Tomada de Bastilha, que o mais importante foi ela ter existido, ou seja, que as utopias são realizáveis. Zygmunt Bauman, o pensador da sociedade líquida, considera que para a utopia nascer são necessárias duas condições, que o mundo funcione e ter confiança no potencial humano para reformar o mundo. A origem da utopia reside na nossa crença de que podemos mudar o mundo. Mas esta crença deve estar aliada à racionalidade, à nossa capacidade de perceber o que está errado e o que necessita de ser alterado. Esta candidatura deve ser a materialização deste desejo, a transformação da utopia em realidade. Numa das conferências realizadas no âmbito da candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, a oradora resumiu a candidatura a três conceitos, visão, estratégia e projeto. Considerando que estes dois últimos, estratégia e projeto são conceitos instrumentais e estão subordinados ao primeiro, devemos fazer, na minha perspetiva, a pergunta mais importante desta candidatura, que visão queremos para a Guarda, que futuro desejamos para o Concelho? Eu não sei o que a candidatura propõe, nem se algum dos senhores Deputados o sabe, mas eu vou responder de uma forma simples e direta, que a Guarda se transforme numa Cidade da Cultura, uma cidade que garanta a qualidade de vida aos seus cidadãos, com espaços públicos qualificados, que possam dedicar-se ao ócio, numa palavra que possam ser felizes. -----

A Guarda esteve associada a duas Capitais Europeias da Cultura que representam, na minha opinião os dois modelos, Porto e Salamanca. Uma das principais produções do Porto Capital Europeia da Cultura foi a obra War Requiem de Benjamin Britten que só foi realizada no Euro Parque de Santa Maria da Feira e na nossa Sé Catedral, única produção do Porto Capital Europeia da Cultura, realizada fora do Porto, foi exatamente na Guarda. Igualmente, a Guarda esteve ligada à Capital Europeia de Salamanca através do seu Centro de Estudos Ibéricos. Estas duas Candidaturas representam os dois modelos de Cultura ou de Candidatura. O Porto representa o modelo da Capital Europeia em sentido lato, em que a candidatura não se restringe à construção e requalificação de equipamentos culturais e à realização de projetos imateriais, mas envolve todo o Território, a requalificação de todos os seus espaços, resolvendo os problemas da mobilidade, em suma, melhorando a qualidade de vida dos seus cidadãos. Salamanca representa a candidatura em sentido estrito, tendo apenas apostado na construção de equipamentos culturais e na realização de projetos imateriais. Qual destes modelos está presente na candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura? Não sabemos nem certamente nenhum dos senhores Deputados o sabe. Mas, esta candidatura, para terminar senhor Presidente, tem, devia ter para mim, aquilo que são os desafios fundamentais do desenvolvimento humano. Primeiro, Guarda medieval, a requalificação, e vou falar, embora o espaço (...), é o tempo que os vai individualizando,

desafios a requalificação da Guarda Medieval e do seu Centro Histórico, transformar o seu Centro Histórico naquilo que era uma verdadeira Aldeia Histórica. O seu Guarda Moderna e desenvolver de uma vez por todas um Projeto fundamental como é o Quarteirão das Artes. Guarda Contemporânea, o envolvimento de todo o espaço que envolve esta cidade a este Teatro Municipal, fazendo aquilo que quando foi da realização do quinto aniversário disse, transformar este grande espaço à volta, nomeadamente o Quartel, numa (...) ao que dizia a anterior Presidente da Assembleia Municipal, fazer aqui uma Praça da Liberdade. Mas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “Há um quarto desafio, que é o desafio do Mundo Rural. Foi feito um grande investimento na promoção da Cultura, das suas tradições, do seu artesanato, desde a Cestaria de Gonçalo, aos Cobertores de Papa de Maçainhas, mas falta dar o salto fundamental, que nunca conseguimos dar, saltar da Cultura para a Economia, que essas atividades se transformem em atividades rentáveis a que as pessoas se possam dedicar. Senhor Presidente da Assembleia Municipal faço-lhe um apelo, atendendo à importância que este Projeto tem para o futuro desta Cidade proponho que agende uma Assembleia Municipal para discutir esta Candidatura. Muito obrigado a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se algum senhor Deputado quer intervir sobre este tema, faça favor. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado José Valbom (PG):** “Renovo os cumprimentos, não me alongo nisso. Mas, dizer só duas coisas: a Cultura é imanente, é fundamental para a atividade humana, se nós esquecermos isso, esquecemos o essencial da nossa essência, por isso, concordo, escrevo por baixo, tudo o que disse o Dr. Virgílio nesta comunicação. Dizer só duas coisinhas pequeninas: nós podemos avaliar a nossa candidatura como intenção, estamos todos de acordo, como metodologia até agora, um fracasso. A candidatura poderia ser, mesmo sem resultados, um ótimo momento de desenvolvimento da nossa cidadania, não foi, não houve envolvimento, porque mais importante do que planear para, é planear com. Existem um conjunto muito vasto de Associações que se dedicam à Cultura, basta ver o quanto este Executivo e o anterior e os anteriores gastaram e gastam, basta passar a vista pelo Orçamento e vemos como existem muitas Associações. Quantas foram consultadas? Quantos de nós, dos que aqui estamos, sabemos como é a Candidatura? E, isso é um fracasso de metodologia. -----

Em relação às prioridades, é óbvio para mim, mas isto é pessoal, que numa zona pequena, num Concelho com quarenta e poucos mil habitantes, só se tivéssemos algo de específico, que nos desse uma dimensão de especificidade poderíamos ganhar, e isso era o nosso Mundo Rural. Não vejo essa prioridade na candidatura, ainda que a desconheça no seu essencial. Depois uma outra coisa que é para mim muito importante, é, nós queremos fazer isto para vinte e sete ou queremos fazer isto para sempre? Isto é o problema, nós queremos um Concelho para vivermos mais ou menos bem, ou queremos um Concelho para os nossos filhos e netos? E esse é o nosso desafio. É por isso, que nós temos que, aqui da Guarda começar a ver o que está próximo, conduzir a mínimos depois alargar os horizontes e conduzir a máximos, efetivamente, esses máximos na Cultura também estão distantes. Por exemplo, um dia destes estava a ouvir

o senhor Presidente de Faro e ele tem como desígnio para os próximos cinco anos, gastar 10% em Cultura, o quanto nós estamos longe, porque temos outras prioridades, mas temos que começar a pensar na Cultura a sério, porque é um fator diferenciador, e nós temos alguns equipamentos que poderíamos melhorar mais e podemos, obviamente, recentrar isto naquilo que é o nuclear, o Centro Histórico da Guarda, que tem sido, desde sempre, abandonado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Então, dou a palavra à senhora Deputada Lucinda Fernandes, faz favor.” -----

- **Deputada Lucinda Fernandes (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados e todos aqueles que nos estão a acompanhar aqui ou nas redes sociais, um bom dia a todos. A cidade da Guarda está formalmente na corrida ao estatuto de Capital Europeia da Cultura 2027. O *Bid Book*, Livro da Candidatura foi enviado no dia dezanove de novembro à Comissão Europeia da Cultura, um dossier que consolida o trabalho realizado pela Guarda 2027, ao longo de quatro anos. Sob o título *Regeneration*, o dossier expõe os argumentos da Guarda e de outros dezoito Municípios, dois Espanhóis, que a acompanharam para a corrida a este importante título. Todas as cidades Portuguesas candidatas ao CEC 2027 assumiram a entrega do dossier da candidatura como um momento de regozijo e orgulho, na Guarda fomos prendados com insipiência de quem não percebeu o alcance desta causa. O senhor Presidente do Município fez declarações à imprensa, com eco Nacional, revelando um total desrespeito por todos quantos ao longo dos últimos quatro anos trabalharam em prol de um dos mais ambiciosos projetos de regeneração cultural da cidade e da região com quem ela se agregou, como nunca, a uma causa em nome do Interior do País. -----

O dossier de candidatura é um documento de sessenta páginas que oferece uma visão futura da Região, como Metrópole Rural, uma urbanidade de baixa densidade, adequada aos tempos pós Covid, mas pautada por um espírito cosmopolita associado a uma vontade de capacitação cultural e aos objetivos do esforço e digitalização atualmente em curso na União Europeia. Partindo de um ato inicial do Apelo do Interior, o documento pergunta quem somos, que heranças guardamos, em que nos distinguimos, que atrativos queremos deixar para os habitantes e visitantes, antecipando uma nova Região de acolhimento que no âmbito da emergência climática inverte o processo do despovoamento a que esta região tem sido sujeita. Construída com ambição e sentido de futuro, a candidatura da Guarda 2027 tem sido uma oportunidade inédita para se repensar a cultura e o futuro da Beira Interior. Muito foi feito nestes anos preparatórios, o dossier da candidatura isso reflete, Projetos Artísticos originais que se lançaram para toda a Região com grande envolvimento local, regional e de dimensão Internacional. Mas a tudo isto, e muito mais, o senhor Presidente Sérgio Costa, prefere não só ignorar como enveredar por considerações injustas, pouco abonatórias da ambição construtiva a que este processo exige. -----

Declarações feitas aos meios de comunicação social, que ditam só por si uma derrota à partida, dificilmente, um júri ficará convencido que a Guarda tem condições para implementar uma verdadeira política cultural e reformista, quando o próprio Presidente do Município, que lidera atualmente a candidatura, a reduz a um caderninho. Só esta afirmação, este diminutivo, para classificar um dossier de candidatura estruturado e

escrito de forma independente, por uma estrutura artística e executiva revela uma tamanha falta de respeito por todos os envolvidos, todos quantos desde a primeira hora contribuíram para se chegar onde se chegou. Com a Capital Europeia da Cultura 2027, a Guarda e os dezassete Municípios parceiros da Beira Interior, dois dos quais Espanhóis, mostraram que é possível construir ambição e mudar de vez os atrasos estruturais que nos matam os sonhos do desenvolvimento. O CEC 2027 não é a panaceia que resolve tudo, obviamente não é, sabemos disso. Mas é seguramente uma iniciativa que pode mobilizar e transformar para melhor o nosso futuro comum, aliás, foi assim em todas as Capitais Europeias que receberam a iniciativa, como já foi falado aqui pelo nosso colega Deputado do PS, Guimarães, Porto ou Lisboa. Tornaram-se centros nevralgicos de produção e criação cultural, regeneração urbana e mudanças sociais. Mudanças significativas que perduraram como herança para as gerações vindouras. Ignorar isto, senhor Presidente, é não perceber o alcance regenerador do processo. Foi assim de resto para sermos justos, que o então Presidente Álvaro Amaro, a corporizou no ato do lançamento da ideia, de forma pioneira em 2017. Assumida por todo o Executivo, do qual o agora senhor Presidente Sérgio Costa, fazia parte, por isso, mais se estranha a forma e o conteúdo das declarações, nada abonatórias proferidas pelo senhor Presidente. Sabe-se, desde início, que esta aposta politica tinha custos, tal como qualquer projeto desta dimensão. Para mobilizar um quadro de recursos com perfil profissional à luz da ambição lançada para trabalhar um dossier robusto, é necessário contratar pessoas para ajudar a pensar e estruturar o projeto, com novas visões e com a Guarda e Região que poderiam concretizar essa ambição, e assim foi feito. -----

Por isso, senhor Presidente, reduzir, diminuir, não faz nada para não gastar mais dinheiro, tendo em conta o investimento que foi feito como cita a imprensa, é constrangedor, senhor Presidente. Esta candidatura é pioneira e foi-lhe passada de bandeja com tudo feito até à fase de submissão. O senhor Presidente devia evidenciar orgulho, satisfação, focado positivamente no alcance de um objetivo maior. Ultrapasse lá os eventuais ajustes de contas, da politiquice caseira, que já não precisamos deles. Esta candidatura jamais ignorou ou ignora os de cá, senhor Presidente, mas alguém acha que se pode ganhar uma candidatura destas com a visão redutora que o senhor apresentou? O senhor Presidente reafirmou à imprensa e passo a citar «queremos efetivamente fazer cultura com os de cá, essencialmente com os de cá, é isso que nós devemos trabalhar, defender os que cá estão e não aqueles que estão numa cidade vizinha», perante isto senhor Presidente tem desde já o desafio de explicar o que quer fazer aos vinte e cinco Municípios parceiros culturais da Guarda 2027? Que não são de cá e que dão robustez à dimensão participativa e de rede criativa regional de perfil Internacional ao projeto. Tem de explicar aos demais Autarcas das cidades vizinhas o que quer dizer quando diz querer defender os que cá estão e não aqueles que estão numa cidade vizinha. Se quer fechar a cidade sobre si mesma, sem a força das parcerias alcançadas, senhor Presidente, tem ainda de explicar aos Autarcas seus homólogos que sendo assim não precisam de cumprir a transferência de verba para o Orçamento Geral da Candidatura, aprovada colegialmente por unanimidade na CIM Beira e Serra da Estrela, ao valor de um euro por habitante, ainda são alguns milhares, senhor Presidente. -----

Este dossier, produzido por uma equipa de programadores e o seu Diretor Executivo, é apenas a materialização substancial de uma parte, por força das limitações editoriais da iniciativa, de tantas e tantas dinâmicas que se semearam, que podem e devem perdurar

para além do que a escrita sustenta. É também isto, senhor Presidente, que deve assumir, quer ou não quer dar continuidade aos projetos da Guarda 2027? Vamos falar só de alguns exemplos rápidos, quer, por exemplo, manter cá a Orquestra Académica Filarmónica dirigida pelo Maestro Programador do Guarda 2027 Osvaldo Ferreira? Ou prefere deixá-la ir para uma cidade vizinha? Quer defender a continuidade de projetos extraordinários, da ativação artística e relação efetiva com os de cá? Como o projeto Sinfonia, que esteve em todos os Concelhos da área da candidatura, ou com o Art(e)facts bienal do conhecimento, que juntou artistas do mundo e artesãos locais entre a Guarda e o Fundão? A Caravana Literária e a Festa da Literatura do Pensamento que juntou à Guarda, Almeida e Foz Côa. Na sua primeira edição, sendo de natureza itinerante a cada ano. E com o Master Guarda-joias, o grande espetáculo comunitário de criação original, com mistura virtuosa de artistas de cá, com artistas de outras geografias, o que é que o senhor Presidente quer fazer? Claro que não será necessário lembrar que tudo isto constitui uma visão de investimento estruturado na cultura, tem custos, ou melhor requer vontade política e investimento público. -----

O senhor Presidente está também a faltar à verdade quando afirma que só o trabalho de paginação e de design do dossier, o tal famoso caderninho, da candidatura custou aos cofres Municipais 20 mil euros, citando transcrição da imprensa. Ora, saberá o senhor Presidente, que autorizou um procedimento de contratação de serviços externos de comunicação por esse valor. Sim, mas não foi apenas para paginar o dossier, foi para a execução de todas as ações de comunicação promocional do Guarda 2027 até março de 2022. Sim, porque a Candidatura não termina com a entrega do dossier, vai ser preciso manter e implementar novas ações de comunicação até a primeira decisão do júri, sobre quais as cidades que passam à fase final. Portanto, não é verdade que a verba se tenha destinado apenas ao design do dossier. Já agora senhor Presidente, e para que fique esclarecido, o design tem uma importância capital como objeto editorial e conta também como critério de seleção. É lamentável que para justificar o total apagão sobre o momento simbólico da entrega da candidatura, tenha justificado assim. Não estava preparada nenhuma festa, nem gastar mais dinheiro ainda com divulgações, se como assegura sob compromisso de honra que a sociedade Guardense vai ser toda envolvida, e muito bem, porque não aproveitou a ocasião para demonstrar já, esse envolvimento, com uma ação a ser pensada pela sua nova estratégia cultural para a cidade? Sem custos, poderia ter feito uma sessão pública de apresentação do *Bid Book*, e convidar todas as entidades que achasse relevantes e, claro, ter ao seu lado os Autarcas do Conselho Geral e demais responsáveis das Entidades Guardenses que o integram, como a Diocese, o IPG ou o Nerga. Nada lhe foi proposto pela Direção Executiva? Ninguém achou relevante marcar com dignidade, simplicidade organizativa um momento de afirmação pública ao alcance de uma meta que custou muito a alcançar? Senhor Presidente, vai-me desculpar, mas a desculpa de que não estava preparada uma festa, para não se gastar dinheiro, não passa de um ato declarativo, demagógico, para alimentar a politiquice baixa de tentar queimar quem estava antes. Sermos uma cidade, um Concelho, uma Região mais próspera é investir de forma sustentada, partilhada, como eixo de transformação e regeneração futura. Termina com um homem que nos deixa muito orgulho, a todos nós, um homem da cultura e com uma frase dele, de Eduardo Lourenço, «A arte interroga-nos, põe-nos em causa e diz-nos quem somos». Muito obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. São doze horas e cinquenta e sete minutos, ou cinquenta e oito, queríamos interromper à uma, de qualquer modo se algum senhor Deputado se quiser pronunciar sobre este tema, faça favor. Apelando sempre ao poder de síntese. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Senhor Presidente, restantes membros, eu vou falar das duas últimas intervenções que aqui assistimos, que são ao nível da cultura. Permitam-me, que sem dúvida nenhuma, nós consideramos que a cultura é diferenciadora de qualidade de vida. Todos nós que aqui estamos nesta sala, assim o consideramos e assim o entendemos. Eu gostaria de dizer que demagogia, não foi tanto o que o senhor Presidente de Câmara fez, mas sim aquilo que acabámos aqui de assistir. Isto sim, é uma pura demagogia. Quando dizemos que queremos fechar a cidade, nunca ouvi o senhor Presidente a falar disso, antes pelo contrário. É trabalhar com os que cá estão, com aqueles que fazem uma excelente programação cultural de cá, mas ninguém disse que não íamos contratar os outros, nunca ninguém disse que não íamos fazer com os outros também. Agora é necessária uma envolvimento, como muito bem foi referido antes de mim também. Uma envolvimento cultural, com todos os produtores, não só do Concelho da Guarda, como também deste dezassete Municípios da candidatura. Acredito que a ação que este Executivo tomou na entrega do caderno, do dossier da candidatura, não foi um desrespeito, antes pelo contrário, foi o cumprimento cabal, exatamente o cumprimento do que diz o caderno de encargos. O que é que diz o caderno de encargos, na entrega da Candidatura? Se não sabem, eu posso dizer, envio por correio, é o que lá diz. Claro que não fomos a fazer nenhuma festa com os CTT. Senhor Presidente, mas ainda bem que não foi fazê-lo, como aliás um membro desta Assembleia Municipal o fez, nessa cidade em que era e apoiava essa candidatura a Capital Europeia da Cultura. Acho que já demonstrei bem, o que foi esta intervenção ao nível de demagogia. Senhor Presidente estamos todos no mesmo barco, acho que não há ninguém aqui nesta sala que não queira que a Guarda ganhe a Capital Europeia da Cultura, mas também lhe digo uma coisa, tenho a certeza absoluta que o júri, não vai avaliar como foi feita ou não foi feita a entrega, vai sim avaliar a qualidade do documento, não qualquer tipo ou forma como agora aqui nos foi apresentado de desrespeito que nada aí consideramos. E digolhe, deixe-me dizer que a candidatura não é uma corrida de cem metros, é uma maratona, e como alguém aqui disse, essa maratona tem que ser feita com os olhos postos no futuro. O longo prazo do sucesso desta candidatura, passa por aí, e tenho a certeza que está muito bem entregue a si e ao Executivo que o acompanha.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado ou Deputada quer intervir, neste tema. Está inscrito ainda o senhor Deputado Tiago Gomes, não sei se quer intervir agora, se deixamos para depois de almoço. Senhor Presidente? E vamos almoçar depois? Algum inconveniente? Miguel Borges, podemos atrasar um bocadinho? Vocês têm um compromisso de almoço. Podemos atrasar um bocadinho? Muito obrigado. Senhor Deputado, tem a palavra.” ---

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Eu vou ser mesmo muito breve, até pela questão dos tempos e da hora. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal permita que em si cumprimente todos os presentes e quem nos acompanha nesta transmissão. Já aqui foi referido antes de mim, variadíssimas vezes, esta Assembleia Municipal reúne em sessão ordinária pela primeira vez após as eleições Autárquicas e após a instalação dos mesmos órgãos. Reunida, infelizmente, uma vez mais, aqui no grande auditório do

TMG por causa da situação Pandémica, com trabalho acrescido dos Técnicos e colaboradores do Município que permita-me, aproveito para cumprimentar a todos, e sobretudo agradecer o vosso trabalho. Permitam-me também uma palavra de agradecimento a todas e todos os senhores Presidentes de Junta, membros de mesas de voto e funcionários que possibilitaram com o seu trabalho a realização e o normal funcionamento do ato eleitoral. Sem sombra de dúvidas, é através do voto que se expressa de maneira mais direta e clara a intervenção pública e de cidadania na vida da comunidade à qual todos pertencemos. Reúne dizia eu, esta nova Assembleia, com esta nova composição. A quantos exercem este mandato de membro ou Presidente de Junta pela primeira vez, quero endereçar os desejos de um excelente mandato. A quantos continuam a desempenhar estas funções, a convicção de que o façam procurando o bem comum. A todos os que por diversas razões cessaram as suas funções um profundo agradecimento. Enfim, a todos vós desejo as maiores felicidades e sucessos. -----

Se a possível surpresa da noite eleitoral deixou marcas em alguns, noutros esses sinais foram revelados pelo toque indelével de cumprir um grande desígnio, acreditar, decidir e trabalhar. Acreditar que não só é possível recuperar a capitalidade e centralidade na Guarda como também que temos os melhores a colaborar no sentido de transformar a Guarda e o Concelho no patamar de referência Nacional e Ibérica. Uma referência, tanto ao nível político e permitam-me que cumprimente e parabeneze o senhor Presidente pela eleição para dois órgãos Nacionais, como também ao nível económico e empresarial, estimulando os vários sectores, mas claro, sem perder de vista tudo aquilo que já aqui falamos, nomeadamente a qualidade de vida, esse nosso grande trunfo que é a qualidade de vida. Temos de o saber explorar e saber mostrar. Decidir os caminhos, as opções e o rumo têm de se constituir como uma pedra basilar no sucesso da missão, em cada opção tomada, em cada escolha realizada, que se estabeleça o eixo norteador para desenvolver a autoestima e o orgulho a todos os Guardenses. Guardenses os que cá vivem, ou as circunstâncias levaram para outras paragens, também os que são por nascimento, por escolha, todos aqueles que o são de coração. Mas não podemos parar, não podemos parar de trabalhar pela captação de novos investimentos e de novos quadros. Pois sabemos que a maior riqueza de uma região são as pessoas e com elas e para elas que faz sentido viver nessa cidadania participada. É este trabalhar, com todos e para todos, a chancela da atuação do atual Executivo. Em dois meses, em apenas dois meses, a Guarda viu ação, assistiu e participou decisões concretas, viu passar de palavras a atos. A construção de um Orçamento e de Grandes Opções de Plano que discutiremos nesta Assembleia, mas também os anúncios e a concretização dos primeiros passos em tantos projetos de valor essenciais para a região. Permitam-me apenas que destaque alguns, o Arquivo Geral da Administração Central e o Centro de Transferência de Suportes com a criação de uma fase inicial de quarenta postos de trabalho, é o fruto de uma aposta clara na Guarda ao albergar este Centro, este importante Centro de Documentação. E os colaboradores qualificados vão potenciar um novo nicho de trabalho especializado. -----

A entrega, finalmente, essa entrega do Estandarte Nacional à Unidade de Emergência e Proteção e Socorro da GNR assinala a instalação do Comando Nacional da UEPS, não se ficando por promessas ou intenções, mas colocando mãos à obra, como diz o ditado popular: «De boas intenções...» -----

Na área da formação, o lançamento do novo curso de Pós-graduação em Logística para Profissionais e Executivos por parte do IPG reforça a importante posição geoestratégica

intermodal da Guarda. A candidatura para a instalação do Laboratório Colaborativo em Logística é um passo concreto no projeto tão importante e diferenciador regional que assim esperamos ver cumprido, que será o Porto Seco. Senhor Presidente, digníssimos Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, todos conhecemos as qualidades do ar da Guarda, todos experimentamos os seus atributos, mas de facto quando vemos as coisas acontecerem apetece ainda mais respirar fundo e encher o peito de ar, com o ar renovado de esperança e de determinação. Senhor Presidente, apenas enumerei algumas das muitas pastas que vossa Excelência e o Executivo que o acompanha tomaram em mãos e exigiram o seu cumprimento. O fruto desse trabalho árduo, mas profícuo, de negociação e deslocações que apareceram à vista de todos. Haja agora coragem política, do Governo Central, seja ele qual for, para dar cumprimento a estes e outros projetos para a Guarda e para a Região. Tenho a audácia de desconcertar o Centralismo imposto por uma atuação voltada para o País, como um todo, olhem de maneira diferente para a Guarda, para o Interior do País, colocando de lado diferenças e egos político partidários. Termino como comecei desejando a todos um excelente mandato, por parte do Grupo Municipal Pela Guarda contem connosco para defender a Guarda e os Guardenses, para trabalhar com todos, começando pelas senhoras e senhores Presidentes de Junta, pelas senhoras e senhores Deputados, com o Executivo, com todos os que de coração sincero buscam o desenvolvimento, o progresso da Guarda, do Concelho e da Região. Saibamos através da nossa ação política colocar a Guarda no seu local, no seu papel, no seu patamar de timoneira de toda uma região. Bem-haja.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado ou Deputada quiser intervir ou pronunciar-se sobre este tema, faça favor. Não havendo, senhor Presidente de Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado senhor Presidente. Senhor Deputado Rui Ribeiro tenha mesmo sempre presente que este Executivo tudo fará para ter uma cada vez maior colaboração com esta Assembleia Municipal. Bem sabemos que nem sempre foi assim, mas é essa a nossa predisposição do espírito aberto para podermos colaborar cada vez mais com a Assembleia Municipal, com os senhores Deputados, com as senhoras Deputadas, com as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. -----

No que diz respeito ao Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, eu já falei aqui há pouco, nós iremos dotá-lo das capacidades técnicas necessárias para poder responder aos desafios do futuro, seja ao nível dos Fundos Comunitários e outros que naturalmente as Juntas de Freguesia, cada uma por si, sozinhas, não terão essa capacidade nunca, mas se conseguirmos arranjar forma de todo o coletivo poder estar mais bem informado, naturalmente estamos a trabalhar para a defesa das suas Freguesias e dos seus fregueses, dos seus cidadãos, e o mesmo é dizer em relação à Delegação de Competências para as Juntas de Freguesia, que será negociada durante o próximo ano, tal como falamos há pouco. -----

Senhor Deputado Virgílio Bento, todos ambicionamos, efetivamente, acho que não há ninguém mesmo, nesta sala, que não ambicione ganhar o concurso da Capital Europeia da Cultura, um dos doze Municípios Portugueses que se candidatou, até porque o investimento que já foi feito, sim, nós chamamos-lhe investimento, não queremos chamar despesa. O investimento que já foi feito, a isso obriga mesmo e não devemos

desviar as atenções, com algumas frases feitas, simplesmente lançadas para o ar, como aqui assistimos, por vezes, mas todos nós queremos e ambicionamos, naturalmente, ganhar o concurso. E, o mesmo é dizer em relação à participação, a que nos candidatámos já, para a Rede Nacional de Teatros, com a Direção Geral das Artes, ambicionamos queremos essa concretização, esse apoio anual efetivo para a Câmara Municipal da Guarda, para o Teatro Municipal, essa grande obra, esta grande obra, honra a quem a fez na altura. Esse é um elogio rasgado que devemos fazer aqui, a quem construiu este edifício, que teve essa audácia, essa astúcia, que ousou construir e, por isso, é que nós estamos aqui, e é uma sala de espetáculos que é tão visitada e tão adorada por todos os Portugueses e Espanhóis e Europeus e pessoas do Mundo que a visitam. Não há mesmo uma única pessoa que não goste dela, é aquilo que afinal nós ouvimos aqui, cada vez que vimos cá a um concerto, a uma qualquer outra realização. E, concordamos, claramente que sim, com aquilo que referiu em relação à recuperação da Guarda Medieval, do nosso Centro Histórico, por isso é que nós no Orçamento, que vos propomos aprovar, está lá também já o início, a alavanca para a recuperação, ajudar à recuperação do nosso Centro Histórico. O nosso Centro Histórico que nós sempre dissemos está tão bonito e está ao mesmo tempo tão degradado. É dos Centros Históricos mais bonitos do País, eu arrisco-me a dizer isto, com toda a convicção, mas é também um dos mais abandonados do País, pelas mais diversas razões, muitas delas do foro privado, dos proprietários dos edifícios, que ao longo dos anos foram simplesmente abandonando o Centro Histórico, mas nós devemos saber contrariar essa tendência. --- O mesmo é dizer em relação ao Museu de Arte Contemporânea, que está também sinalizado no nosso Orçamento, que vos propomos, esse objetivo, esse pensamento, que alguém teve. Nós no início desta sessão votámos dois votos de Pesar, que naturalmente todos nos associámos, uma das pessoas, o saudoso Mendes Rosa, que muito trabalhou para o Museu de Arte Contemporânea. E, é preciso reavivar essas memórias e naturalmente conseguirmos os Fundos Comunitários necessários para podermos executar o Museu de Arte Contemporânea. -----

Meu caro Dr. José Valbom, senhor Deputado Municipal, aquilo que nós mais ouvimos mesmo ao longo dos últimos meses, ao longo do último ano, melhor dizer assim, foi a falta de envolvimento com a sociedade civil guardense, ao nível da Capital Europeia da Cultura, foi isso que nós mais ouvimos de muitos dos Presidentes de Junta de Freguesia, que estão aqui, para não dizer a sua totalidade. É a falta de envolvimento com as Associações Culturais do nosso Concelho, da cidade e do Mundo Rural, nós afinal de contas, foi isso mesmo que ouvimos, ao longo do último meio ano, para não dizermos mais do que isso. -----

Mas, senhor Deputado Hugo Fernandes, afinal a postura parece querer ser diferente, e eu elogio a sua postura, de construtiva, de construção, estou aqui a parabeniza-lo pela sua postura, mas parece que o seu Grupo Parlamentar, parece querer ser diferente, no todo ou em parte. Nós somos acusados agora, o Presidente da Câmara é acusado de desrespeitar quem trabalhou pela Capital Europeia da Cultura. O máximo respeito que nós podemos ter em primeiro lugar é pelo cidadão Guardense e pelas Juntas de Freguesia, pelos senhores Deputados Municipais, pelas Associações de índole Cultural do nosso Concelho, é só perguntar a cada uma delas e a cada uma das Juntas de Freguesia, até que ponto é que agora foram envolvidos com este processo da Capital Europeia da Cultura, basta fazer aqui um inquérito, e com certeza que as conclusões saltarão bem à vista, sobre o verdadeiro envolvimento da sociedade Guardense, ao logo

dos últimos dois ou três anos no processo de candidatura a Capital Europeia da Cultura. Eu não quero crer que alguém está a querer fazer, desviar as atenções, aqui d'El Rei que agora o Presidente da Câmara da Guarda é que é o grande arauto da derrota. Bom, não sei se alguém já está a fazer futurologia com aquilo que às vezes possa acontecer eu não quero querer isso, para depois aqui d'El Rei, o Presidente da Câmara da Guarda é que vai ser o culpado de todos os males. Aquilo que nós fizemos quando chegamos foi, tão só e simplesmente, dar seguimento a tudo aquilo que estava projetado e planeado, simplesmente, então lá podia ser feito de outra forma? A pouco mais de um mês para entregar a candidatura, era isso que tinha que ser feito e foi isso que nós fizemos. A Senhora Vice-Presidente com o pelouro da cultura foi isso que nós fizemos. Demos seguimento a tudo o que estava projetado, a tudo o que estava planeado. E, eu sei bem que fiz parte, honrosamente, eu tenho mesmo muito orgulho do meu passado, mas é bom saber fazer valer a verdade do passado, do Executivo, do antigo Presidente Álvaro Amaro. Nunca foi falado sequer os custos efetivos, que, entretanto, já foram feitos ao longo do tempo, temos aqui uma tabela grande sobre os custos, falaremos sobre isso a seu tempo. E custos esses que foram deixados feitos, ou para pagar, mas nós, conforme já referi, limitámo-nos a dar seguimento a tudo aquilo que estava projetado e planeado, é apenas e tão só isso. -----

Há expressões, que eu nesta sala, me escuso de comentar, porque de facto não abonam em nada para a discussão construtiva política da Assembleia Municipal e do Concelho da Guarda e nós continuamos a dizer, queremos fazer cada vez mais cultura com os de cá, cada vez que nós falamos com uma Associação Cultural do Concelho, diz-nos exatamente a mesma coisa, conforme eu referi há pouco, não foram envolvidos no processo da Capital Europeia da Cultura, e por isso, queremos fazer cada vez mais cultura com os de cá e com os da Região, de uma forma equitativa, equilibrada. Não é fazer contratações, não sei se calhar só aqui na vizinha Covilhã é que há lá os grandes especialistas da cultura, pelas contratações que nós fomos vendo, parece que só na Universidade da Covilhã e à volta daquela Instituição, que eu saúdo e que eu respeito, e todos respeitamos, e devemos ajudar cada vez mais, juntamente com o nosso Instituto Politécnico da Guarda, sim porque se não formos nós a defender o Instituto Politécnico da Guarda mais ninguém o defende. Mas é nesta justa medida da equidade, do equilíbrio, do tratamento da Região e do nosso Concelho em primeiro lugar. É isso que nós ambicionamos para o futuro. -----

E, é bom que se diga que até agora não foi entregue um único cêntimo pelas Câmaras Municipais da Região à Câmara da Guarda, por esse processo, nem um cêntimo, o futuro a Deus pertence naturalmente. E esperemos todos que de facto a candidatura seja ganha, é para isso que todos iremos trabalhar. E, sobre a Orquestra Filarmónica falaremos sobre a opinião do senhor Maestro sobre o trabalho que vem sendo feito, falaremos sobre a Orquestra Filarmónica, já tive o cuidado de falar variadíssimas vezes, e falaremos com certeza sobre a Orquestra Filarmónica e sobre outros projetos para o futuro, a seu tempo falaremos sobre isso, com a verdade, e a verdade vem sempre ao de cima, em todas as matérias. No que diz respeito à apresentação pública, lá está, nós demos seguimento apenas e tão só àquilo que estava planeado, mas reparem, a apresentação pública foi feita, mais ou menos, da mesma forma em todo o País, vejam só, candidatura Capital Europeia da Cultura 2027 nos correios de Santo Amaro de Oeiras, pelo comissário da candidatura Jorge Barreto Xavier, está aqui, foi num posto de correios, foi enviado por correio. Senhor Deputado Tiago Gomes foi enviado pelo

correio, nós cumprimos escrupulosamente as regras do concurso. Ninguém podia entregar em mãos, porque senão era automaticamente invalidada, era pelo correio, então, nós afinal de contas limitámo-nos a fazer exatamente da mesma forma, conforme fizeram os outros doze Municípios, enviando pelo correio. Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Casal de Cinza, aqui os correios já cumpriram, aqui já não houve problema com o endereço postal, aqui já cumpriram todos. Mas todos cumpriram da mesma forma, não podemos tratar de forma diferente aquilo que tem que ser igual. E aquilo que foi feito em termos de apresentação foi exatamente aquilo que a Direção Executiva propôs, apresentar às Câmaras Municipais da CIM. Senhora Vice-Presidente foi assim que foi feito, foram convocadas todas as Câmaras Municipais da CIM Beiras e Serra da Estrela, tal como foi proposto pelo senhor Diretor Executivo, que anda agora a fazer também um périplo pela Região, nós estamos apenas e tão só a dar seguimento a tudo aquilo que estava planeado. E, vejam só, vamos ter que continuar, é assim senhora Vice-Presidente, vamos ter que continuar no mínimo até março, exatamente com estas contratações. E porquê março? Porque é em março que tudo se decide e, naturalmente nós não podemos estar a fazer despesa para o futuro, para além de março sem sabermos aquilo que vai acontecer em março, que nós ambicionamos, e podem estar cientes e prepararem-se, porque ganhando a candidatura nós haveremos de apresentar aqui um Programa equitativo de toda a Região a começar pelo Concelho da Guarda, meu caro Deputado Virgílio Bento sobre aquilo que pode e deve ser feito para o futuro. E iremos ouvir muitos de vós, muitas e muitos de vós para construir esse programa para que em 2027, a Guarda possa sair de uma vez por todas do seu casulo da cultura, para a Europa e para o Mundo. E contaremos com os contributos de muitos daqueles que já deram muito à cultura da Guarda no passado e alguns estão aqui presentes nesta sala. E, com certeza que será possível construir de uma forma objetiva o futuro da cultura da Guarda. -----

Meu caro Deputado Tiago Gomes, agradeço lembrar aquilo que já fizemos, bom, mas nós não fizemos sozinhos, com humildade, nós não fizemos sozinhos, é claro que tivemos a ajuda do Governo da República que está em funções, em algumas destas concretizações, do Arquivo Geral, da Entrega do Estandarte, das questões do Porto Seco, da forma que já estão a avançar. O apoio que, no entretanto, já tivemos que dar para o curso de Pós-graduação em Logística e para o COLAB – Laboratório Colaborativo da Logística, mas naturalmente que nós, não era sentados no gabinete que as coisas se iriam resolver, é em franco diálogo, em estreita colaboração com quem governa o País, hoje governam uns, amanhã governarão outros, mas temos que estar sempre em perfeito diálogo e foi isso que fizemos, não é verdade senhora Deputada, permita-me, Ana Mendes Godinho, ao longo dos últimos dois meses, temos falado muito sobre estas e outras matérias e é isso que um Presidente da Câmara deve fazer. Porque o Presidente da Câmara, depois de eleito representa todos os cidadãos deste Concelho, homens e mulheres deste Concelho, as bandeiras vão todas para o baú. E quem assim não souber fazer, bom então, não sabe viver em Democracia. O Presidente da Câmara tem que respeitar todos e cada um de vós, os que estão aqui e os que não estão, cidadãos deste Concelho, e aqueles que ambicionamos que amanhã possam vir para cá residir também. E, é desta forma que nós devemos trabalhar, com o foco no futuro, no desenvolvimento, no respeito pelas Instituições e pelos órgãos e trabalhando cada vez mais com afinco para a defesa do nosso Concelho e dos nossos cidadãos. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Interrompíamos agora para almoçar, sendo treze e vinte. Pedia-vos encarecidamente...”

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, peço desculpa, peço desculpa, eu no início esqueci-me de referir...o cidadão, o meu caro amigo Engenheiro Luís Aragão, eu não sei se ainda está presente, mas não estando, peço a alguém que lhe transmita, o meu respeito e pedindo desculpa por só agora me estar a referir a ele, mas os últimos são os primeiros também. Há preocupação que o senhor Engenheiro aqui manifestou e a nossa preocupação naturalmente e em estreito diálogo com as Instituições e com as Associações Patronais e aquelas que representam, digamos os interesses mais corporativos ao nível da construção e ao nível das ordens profissionais, nós queremos dar cada vez mais celeridade aos processos das obras particulares e com certeza, ao longo dos próximos meses, iremos falar muito sobre essa matéria. Muito obrigado. Peço desculpa senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Perguntava aos senhores dirigentes dos Grupos Parlamentares e aos senhores Deputados, duas e meia? Eu peço encarecidamente, às duas e meia, para começarmos os trabalhos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Boa tarde a todos. Passamos ao ponto 2.2 da Ordem de Trabalhos.” -----

Ponto 2.2 - Discussão e Votação da Proposta das Contas Intercalares à Data de Quinze de Outubro de Dois mil e Vinte e Um do Município da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se o senhor Presidente da Câmara, neste momento, quer intervir ou ... prescinde neste momento da palavra. Algum senhor Deputado, senhora Deputada se quer inscrever para falar sobre este tema? Proposta das Contas Intercalares. Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor. Eu pedia aos senhores Deputados que falassem tão perto quanto possível do micro, está bem? Muito obrigado.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde a todos, analisada a documentação que nos remeteram sobre as Contas Intercalares, sobre o ponto que agora temos em apreço há um conjunto de comentários que essas contas nos suscitam. Desde logo um conjunto de políticas que consideramos eleitoralistas e que contribuiram para uma degradação significativa da conta de resultados, pelo agravamento dos resultados negativos decorrentes do aumento de transferências e subsídios concedidos às Juntas de Freguesia, sem critérios claros. Por outro lado, os indicadores de execução Orçamental evidenciaram também algum descontrolo, uma vez que decorrido quase 90% do ano os níveis de execução da receita e da despesa foram respetivamente de pouco mais de 65% e 53%. O cálculo do endividamento continua a estar enviesado, como tantas vezes avisamos ao longo dos mandatos anteriores pelo não reconhecimento, nas contas da Autarquia da dívida às Águas de Portugal, ainda que parcialmente, atendendo a que a Câmara não reconhece a parte da dívida que lhe é imputada pela Empresa e que ela própria diz reconhecer. -----

O prazo médio de pagamentos continua a aumentar em linha, com aquilo que tem sido uma tendência, durante o período em que o anterior Presidente de Câmara exerceu o mandato. As contas embora tecnicamente corretas, obviamente, refletem um conjunto

de opções que o Partido Socialista em devido tempo criticou, por não devolverem poder de compra retirado aos Guardenses e não estimular a economia local. Os investimentos continuam a ser em betão, não se investindo nas pessoas. O relacionamento da Autarquia continuou a ser no período em apreço nestas contas, pouco amigável e pouco consentâneo com aquilo que são as possibilidades disponibilizadas pelas Tecnologias de Informação, atualmente disponíveis para todos os cidadãos. Um Guardense que continua a comprar *online* um bilhete em transporte público para Lisboa, mas não pode consultar o horário dos transportes urbanos da Guarda de forma dinâmica e prática. --- E também ao nível do Apoio Social apesar de termos vivido uma época de crise, em alguns casos bastante aguda, a área social consideramos que foi desprezada, as funções sociais, dos 14,7 milhões previstos, foram apenas gastos cerca de metade e na ação social dos 625 mil euros previstos, foram também gastos pouco mais de 321 mil euros. Na habitação dos 290 mil foram gastos 1134 euros e, portanto, por este conjunto de motivos que elencamos, o Partido Socialista vai abster-se na votação de contas, alias, perdão vai votar contra as contas. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado, Deputada que queira ... senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Boa tarde, senhor Presidente da mesa, permita-me uma quebra protocolar, e que em si cumprimente todos os presentes e também todos aqueles que nos visualizam através dos meios digitais. Quero também aproveitar o ensejo para desejar felicidades à mesa no exercício das suas funções. Cumprimentar e desejar também felicidades no seu percurso ao senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo que o acompanha, bem como aos demais Vereadores da oposição e a todos os colegas aqui presentes nesta sala. Obviamente que esta análise Intercalar das Contas Municipais, é já uma atitude recorrente, nós ao longo dos últimos quatro anos fizemos isto periodicamente numa lógica trimestral e, portanto, hoje não quero acrescentar muito áquilo que eu já disse nas sessões pretéritas. Nós em dois mil e treze iniciamos um novo ciclo, um novo ciclo de rigor, um novo ciclo de equilíbrio, um novo ciclo de relançamento e de liquidez nas contas da Autarquia, o que não acontecia nos últimos Executivos do Partido Socialista. E, hoje muito me admira que o meu amigo e Deputado Rui Ribeiro venha aqui falar no betão, nesse betão em que tanto se apostou e não nas pessoas. Mas olhe, é graças a esse betão que nós hoje temos este espaço fantástico onde podemos estar numa Assembleia, distanciados, com dignidade a discutir aquilo que são os problemas do futuro da Guarda. Portanto, tem que haver aqui uma regra de equilíbrio nem só betão, nem só pessoas, nem só pessoas, nem só betão e acho que desde dois mil e treze tem sido imprimida uma lógica, nessa base, todas as contas e todos os documentos de contas que são emanados pela Câmara Municipal da Guarda. Efetivamente, nós assistimos aqui, em termos de resultados líquidos, a uma, eu não digo degradação, mas, portanto, a um complicar da situação, uma vez que os resultados passaram de 400 mil negativos, para cerca de 1900. Bom, não é nenhum drama, não é nenhum, drama e isto porquê? Nós estamos a falar de uma entidade pública e não estamos a falar de uma entidade privada em que nós temos que remunerar os acionistas que em nós investem. E os nossos acionistas são os cidadãos deste Concelho para os quais a Autarquia trabalha e, portanto, se nós tivermos prejuízo a ajudar esses cidadãos, eu acho que é um ato benéfico e, não algo que seja moralmente condenável ou económica ou financeiramente reprovável. -----

Nós temos que nos lembrar que estamos ainda a meio de uma Pandemia, e não é uma situação normal, e como para situações extraordinárias tem que haver medidas extraordinárias, o Executivo que assinou essas contas e que geriu durante esse período, viu-se envolvido de uma forma involuntária, tal como todos nós e as nossas famílias, num cenário de Pandemia ao qual tivemos que dar resposta. E, julgo que essa resposta sob a forma de financiamento de ajuda às empresas, às famílias, às Juntas de Freguesia, acho que foi profícuo, foi benéfico, é algo que no futuro vai dar os seus frutos e, portanto, a análise deste documento tem que ser vista nesta ótica, na ótica da Pandemia e não como se tudo estivesse bem, estívéssemos num período de crescimento, em que as coisas estivessem a correr às mil maravilhas. Portanto basicamente, esta análise Intercalar das Contas, mais não é do que subscrever a continuidade do rigor que desde dois mil e treze, como eu volto a repetir e a sublinhar, foi imprimido à feitura das Contas Municipais, ao equilíbrio do Orçamento, e é isso que possibilita que hoje a Guarda seja uma cidade pujante, uma cidade com aspirações que aqui há uns anos jamais poderia ter, uma cidade virada para o futuro e na qual todos nós temos obrigação de participar e de ajudar a que assim se mantenha ou que melhore até, se possível. Muito obrigado.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado, Deputada quer intervir? Não?” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “O Deputado Tiago.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Boa tarde a todos mais uma vez, penso que agora já restabelecidos também ao nível de alimentação, é só para dizer e fazer este pequeno comentário sem dúvida nenhuma, algo costume já das Contas Intercalares, agradecemos ao Executivo a apresentação destas contas e dizer que o Grupo Municipal Pela Guarda, vai-se abster nesta matéria porque, efetivamente são contas referentes ao anterior Executivo e, portanto, por nós vamo-nos abster e claro o Relatório em si é Técnico, corresponde à verdade dos factos das contas do Município, portanto não vemos razão para que o mesmo não seja, não seja aprovado e, portanto, nós abster-nos-emos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se mais algum ... parece que não. Senhor Presidente da Câmara, pretende dizer alguma coisa? Não pretende dizer nada. Vamos por à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e Votação da Proposta das Contas Intercalares à Data de Quinze de Outubro de Dois mil e Vinte e Um do Município da Guarda.* -----

- *Aprovado, por maioria, com vinte e oito votos a favor, vinte e nove abstenções e quinze votos contra.* -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Passamos ao ponto 2.3 da Ordem de Trabalhos.” -----

Ponto 2.3 - Discussão e Votação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de Dois Mil e Vinte e Um. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente de Câmara. Não deseja? Muito obrigado. Alguma Senhor Deputada, Deputado pretende pronunciar-se sobre

este ponto? Pensamos que ninguém. Vamos colocar à votação. Quer falar? Peço desculpa tem que levantar... é que nós temos dificuldade em vos ver, que estão no escuro. Peço desculpa, não leve a mal.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Nada, nada, ora essa, acontece, também estão aí com luzes na frente, portanto é natural que a visão seja deturpada, por essa via. Bem eu apenas quero tecer aqui uns breves comentários. O Orçamento, seja ele de que força política for é o principal documento que orienta a ação desse Executivo durante um determinado período de tempo, neste caso, um ano. No orçamento, são vertidas sob a forma financeira, sob a forma monetária as políticas, as obras, as perspectivas que esse Executivo tem para esse período de tempo, num determinado espaço geográfico, neste caso na Câmara da Guarda. Parece-nos a nós que este Orçamento que anda à volta dos 63 milhões de euros, que é cerca de 10 milhões de euros superior ao do ano passado, parece-nos que é um bocadinho ambicioso. Com isto, não queremos dizer que nós não temos ambição, e tomara eu, como cidadão da Guarda que todas as obras e que todas as ambições que aí estão plasmadas fossem cumpridas. Portanto, nós na Guarda, não é pelo facto de sermos de uma força política diferente, ou com ideais diferentes que não queremos o bem da nossa cidade e do nosso Concelho, obviamente que sim, nós queremos que a Guarda tenha o melhor, mas também temos de ter os pés assentes na terra, e também temos de ter a consciência que estamos a viver, como já disse na intervenção anterior, num cenário de Pandemia, em que muitas vezes, não é fácil, os nossos desejos são contrariados por força das circunstâncias. E como tal, nós não conseguimos materializar tudo aquilo que são as nossas ambições. E, olhando para essa conjuntura, e olhando para casos similares, parece-me a mim que é um pouco ambicioso incrementar, inflacionar este Orçamento na ordem dos 10 milhões de euros, tendo em conta a conjuntura...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu peço imensa desculpa de o estar a interromper e sem lhe querer tirar a palavra, por amor de Deus, nós não estamos a discutir as Grandes Opções e o Orçamento para o próximo ano. Nós estamos a discutir a Revisão aos Documentos Previsionais de Dois Mil e Vinte e Um, mas faça o favor...” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Não, não, então esse não foi já o ponto anterior que até foi votado?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não, não, mas o que está em causa é o ponto 2.3, Discussão e Votação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais de Dois Mil e Vinte e Um.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Eu peço desculpa, foi confusão minha, eu por acaso pensava que estávamos a falar já do próprio Orçamento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Dar-lhe-ei a palavra, depois.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Então, mas sendo assim olhe já fica a conversa feita, portanto, ...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Pronto então tudo bem ...” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “O que tiver que dizer depois, digo agora, ao menos aproveito aqui também o tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não há problema nenhum.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “E como eu estava a dizer, parece-me a mim que isto, peço desculpa desta minha, enfim desatenção...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não tem problema nenhum.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Que é um bocadinho inflacionado. Por outro lado, também, o financiamento deste mesmo Orçamento que contempla cerca de 17 milhões de euros em Fundos Comunitários, o que pressupõe por si só que, isto considerando uma base de apoio na ordem dos 85%, que nós tenhamos que fazer obras no valor de 20 milhões de euros. Portanto para nós, aceder a 17 milhões, temos que fazer obras no valor de 20 milhões. O que a mim me parece também que é demasiado, e parece também demasiado que num espaço de tempo de um ano, nós consigamos executar obras, nesse valor, e consigamos também obter o financiamento correspondente e, isto porque para já é preciso que os projetos sejam aprovados, depois de aprovados há uma determinada tramitação administrativa que demora o seu tempo e tem os seus prazos, para poder solicitar os reembolsos há também, um determinado conjunto de pressupostos e de passos que demoram o seu tempo. E, por isso considerar que num ano, vamos receber dos Fundos Comunitários 17 milhões de euros, parece-me algo, e um bocadinho exagerado, só um aparte, tomara eu que eu que assim fosse, eu como cidadão da Guarda eu quero o melhor, mas temos que ter também um pouco de atenção, e temos que refrear os ímpetus muitas vezes. -----

Eu sei que é o primeiro mandato em que o Senhor Presidente o assume como Presidente, que queira enfim, deixar uma marca daquilo que é a sua ambição, mas também peço-lhe que tenha um bocadinho os pés assentes na terra, que tenha em conta a conjuntura atual, e acho que se baixarmos um bocadinho as expectativas não é querer minorizar o desenvolvimento da Guarda, mas é adequar a nossa realidade àquilo que é a realidade dos tempos, que é para depois não nos acontecer como acontecia no tempo do Partido Socialista, em que chegamos a ter Orçamentos da ordem dos 100 milhões de euros e depois tínhamos taxas de execução de 30%, e nós não queremos isso. Aliás essa matéria foi algo que desde dois mil e treze tem vindo a ser delapidada e, portanto, nós não queremos esse regresso ao passado, e é este o conselho que eu lhe deixo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Presidente de Câmara? Se me permite, se depois se pronunciasse no fim quando chegarmos ao ponto 2.4.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Não, eu sobre o ponto 2.3, nada tenho a dizer.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Nada tem a dizer, pronto depois ... então, se não houver mais nenhum senhor Deputado, passaria à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e Votação da Segunda Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de Dois Mil e Vinte e Um.* -----

- *Aprovado, por maioria, com sessenta e um votos a favor e quinze abstenções.* -----

Ponto 2.4 – Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2022. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente de Câmara pretende usar da palavra?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “No fim.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Senhoras Deputadas, senhores Deputados, quem se quiser pronunciar sobre este ponto, faça favor. Senhor Deputado Miguel Borges, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Antes de mais, boa tarde a todos. Cumprimentar a mesa, cumprimentar o Executivo, cumprimentar as senhoras Deputadas e os senhores Deputados. Antes de entrar no ponto propriamente dito, dizer ao Deputado Ricardo Neves de Sousa...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado não se importa de chegar um bocadinho mais à frente, obrigado.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “... que temos muito orgulho neste betão e que sem o Partido Socialista nada disto existiria. Ainda bem que se associa ao orgulho que tem por esta casa. E, nós tínhamos Orçamentos de 100 milhões, mas fazíamos obra, pena é que outros tenham Orçamentos de 50 milhões e nada deixem feito. Entrando propriamente no período que me leva aqui. Antes de mais gostaria de manifestar a minha satisfação por regressar a este órgão e assim contribuir de outra forma para a minha comunidade, para o Concelho da Guarda. É um orgulho liderar um grupo do Partido Socialista, constituído por mulheres e homens, independentes e militantes que em comum têm o seu amor à Guarda. É um orgulho liderar um grupo do Partido Socialista que acredita num Governo do Partido Socialista que nos últimos dois anos conseguiu a conclusão da linha ferroviária da Beira Baixa, que dinamizou e abraçou o projeto do Porto Seco na Guarda, que pretende fixar o Arquivo Geral da Administração Central na Guarda que, e como soubemos hoje, desbloqueou verbas no valor de 4,5 milhões de euros para as Comunidades Energéticas do Parque Industrial, que sediou na Guarda a Unidade de Emergência, Proteção e Socorro, que ambiciona e projeta a criação na Guarda de um Centro de Competências de Economia e Inovação Social que poderá ser alavancado pela União Europeia. Que quer contribuir para que a cicatriz aberta no Hotel Turismo seja de uma vez por todas sarada. Senhor Presidente, pode contar com o nosso apoio para fechar essa cicatriz, terá que o senhor Presidente também nos ajudar a dar passos no sentido de encontrarmos investidores para que o Hotel Turismo e a cicatriz aberta no Hotel Turismo sejam de uma vez por todas sarada. -----

Senhor Presidente o grupo do Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta agora apresentada. Este voto é um voto pela Democracia. Os Guardenses escolheram um Programa e Projeto liderado por vossa excelência, ainda assim a Guarda encontrou noutros projetos virtudes, de acordo com o projeto de votação têm de ser discutidas. Apesar de nos identificarmos com o ditado de que «Quem ganha, governa», neste caso sabemos que a Guarda escolheu a diversidade, o equilíbrio e, por isso, assumimos o nosso papel que garante os superiores interesses da nossa comunidade e dos nossos concidadãos. Acabem com discussões fúteis, inconvenientes, teatrais, que só fazem mal à Guarda. Senhor Presidente, neste Orçamento proposto, apesar de merecer o nosso

voto favorável, até porque na generalidade contém o vosso Programa Eleitoral, é um Orçamento com falhas, incongruências e omissões, elaborado com alguma falta de rigor. Analisado o descrito, na rubrica transportes, é um exercício de contemplação, criatividade e imaginação orçamental. Senhor Presidente, quando se refere ao Programa de Inovação e Tecnologia para a Modernização dos Serviços com o valor atribuído para dois mil e vinte e dois de 150 mil euros, deixe que possamos clarificar e sugerir que o Município se possa candidatar ao Programa SAMA do Governo, se este projeto tiver a maturidade e a qualidade estabelecidas no Programa do Governo, proposto pelo Governo, merecerá de certeza absoluta o nosso apoio e dedicação de forma a ser aprovado. -----

O aumento de apoio às Associações Culturais e Desportivas, apesar de residual é algo positivo, ao qual nos associamos, face à necessidade que sempre sentiram, mas principalmente, face à necessidade que sentem agora devido ao impacto da Pandemia. Seria porventura mais importante que o montante de quase 2 milhões de euros, só para o ano de dois mil e vinte e dois, dedicado a uma rubrica pouco clara, intitulada Seminários, Exposições e Similares, fosse porventura distribuído reforçando este parco apoio. Quais as medidas dirigidas aos jovens, senhor Presidente? Como quer cumprir as suas promessas com apenas mais 20 mil euros? Não merecerão melhor os nossos jovens? Será um outro exercício de criatividade e imaginação? Será também um exercício de criatividade e imaginação a recuperação dos Pavilhões do Parque da Saúde para instalação do Centro Nacional de Envelhecimento? Os Pavilhões não são municipais e o Município não é uma Agência de Investigação, no entanto, deixamos-lhe aqui o desafio, junte-se ao Partido Socialista e ao Governo do Partido Socialista e abrace o grande Projeto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de aqui querer colocar um Observatório de referência nessa área. -----

Exemplos de incongruência e de pouca ambição nas vossas propostas para tentar melhorar as condições de fixação de jovens, empresas e famílias, são: alocar 150 mil euros em parques infantis e 500 mil euros em habitação social, as nossas crianças precisam de ter onde brincar em segurança, mas têm antes de ter onde dormir, senhor Presidente. As referências ao Centro de Inovação e Promoção Agropecuária, Acriguarda e o Centro de Valorização de Produtos Endógenos, sobrepõem-se? São complementares? São o mesmo? Não poderiam outras Associações ser convidadas a participar nesses projetos? A falta de coerência nos valores apresentados para a requalificação da escola de Santa Clara e a requalificação para todas as escolas do Primeiro Ciclo, num ponto do documento estão previstos 400 mil euros para a escola de Santa Clara, durante quatro anos e 700 mil para todas as outras escolas. Mais à frente, o valor está exatamente ao contrário. É preciso mais algum rigor na apresentação destes documentos. Em aquisição de bens e aquisição de serviços, nos outros, são utilizados 33% do valor total, que outros Presidente? Compra 2 milhões e 200 mil euros de água e vende 1 milhão e 999 mil. Vende 2 milhões e 200 mil em saneamento e compra quanto? Zero? Quanto irá gastar em serviços de saneamento, senhor Presidente? E em relação à água? Compra mais do que vende? Se sim, apenas demonstra a falta de capacidade Municipal para a gestão e controlo deste setor. -----

A diferença de cerca de 200 mil euros entre o deve e o haver daria para cobrir, praticamente, as despesas previstas em bolsas de estudo para os alunos do Ensino Superior e para as despesas com a ação social escolar. De um total de 21 milhões de euros atribuído à aquisição de bens e serviços, 1 milhão de euros será para aquisição de

outros bens, 5 milhões para outros serviços e 2 milhões para Seminários, Exposições e Similares, ou seja, quase 40% do valor é atribuído a rubricas que não se sabe o que são, não se discute o seu propósito e mais importante ainda, o seu impacto para o desenvolvimento da Guarda. Assim, este voto favorável não é um voto em branco, não é um voto cego, não é um voto que nos cale e nos impeça de dizer aquilo que tivermos de dizer e muito menos é um voto inocente, estaremos cá para acompanhar as suas iniciativas, não deixaremos que iluda a Guarda, não queremos que os nossos jovens cresçam numa Guarda que lhes oferece um Mundo imaginário de gosto duvidoso, de qualidade discutível, mas mais ainda, uma Guarda sem futuro. O futuro constrói-se hoje e as nossas opções terão impacto no amanhã, cumprimos a nossa missão de sermos fiel da balança na construção de uma Guarda com capacidade de liderança, competente, inovadora, solidária e com o compromisso com o futuro. Poderá contar connosco no cumprimento destas nossas reivindicações. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado muito obrigado. Está inscrita a senhora Deputada Bárbara Xavier, faz favor.” -----

- **Deputada Bárbara Xavier (BE):** “Olá boa tarde. O Bloco de Esquerda vai-se abster neste Orçamento. Nós queremos reforçar, antes da votação, sabemos que este foi o primeiro ano em que houve esta conversa com os Partidos e queremos congratular isso, sentimo-nos ouvidas e ouvidos, não só por nos receberem, mas sim por sentirmos que há coisas que vão ser aplicadas, que lemos, que vemos aqui como é a interpretação da Língua Gestual Portuguesa, mas há pontos que não nos permitem votar favoravelmente neste Orçamento. E estes pontos são: para começar, em termos ambientais nós queríamos ver discriminado a despoluição do Rio Diz, Noéme e Massueime. Isto é um problema muito antigo na Guarda, as soluções foram encontradas, o problema está identificado, os focos de poluição estão identificados, é preciso partir para a ação. Tendo em conta que não há nenhuma discriminação exata neste Orçamento que nos garanta que isto será feito e bem feito, este é um dos pontos que não nos permite votar a favor. Em questão a políticas animais, não consideramos que o Orçamento previsto para a proteção animal seja suficiente. Novamente, não há uma discriminação exata ou pelo menos completa que nos garanta que a proteção animal é um dos tópicos essenciais. Queremos lembrar aqui a importância do Programa SEDE novamente, a requalificação do Gatil, do Canil e a contratação de profissionais especializados. Aproveito o ponto para lembrar também as Associações Animais da Guarda, não estão previstas no financiamento Municipal. É urgente mudar esta situação para que elas tenham financiamento para continuar as atividades, ou seja, não têm financiamento próprio e o Orçamento também não consideramos que vá responder às necessidades que elas têm, incluindo até de espaços logísticos para ter os animais que cuidam. Outra questão, a questão da habitação, que também já foi feita uma recomendação por nós hoje. O valor para quatro anos não consideramos que seja suficiente para adquirir, recuperar, requalificar as habitações que têm essa necessidade na Guarda e também não vimos nenhuma discriminação minimamente detalhada ou sequer abordada, de forma geral, do Bairro da Fraternidade, novamente é um Bairro que tem casas de habitação da responsabilidade da Câmara e do IHRU e precisa de ser tratada. ----- É um Bairro que está no centro da cidade, como já referi hoje, com construções de amianto, com imensos problemas que tiram a completa dignidade das pessoas, convido o próprio Executivo, qualquer Deputada ou Deputado que aqui esteja a deslocar-se ao

Bairro e perceber como é que vivem aquelas pessoas, sendo responsabilidade Municipal, sendo responsabilidade do Governo, tem que haver uma atuação e ela tem que estar prevista. Tem que terminar neste mandato a situação do Bairro, tem que terminar neste mandato a situação dos rios da Guarda, novamente temos cinco rios e três deles estão uma desgraça. Na Gata é um exemplo muito assustador do que se passa com a poluição destes três rios, convido-vos também a ir à Ponte da Gata e perceber o quão chocante é não ver um rio a andar. Tenho-vos a dizer que pessoas que levei lá a assistirem, duvidaram que fosse água, foi necessário tocar para garantir que aquilo era um rio e não era uma massa de betão. Portanto, isto é um problema que, ou é confrontado imediatamente, ou as consequências continuarão a vir, são óbvias para quem tem o mínimo de proximidade àquelas aldeias, o abandono da Gata é uma consequência muito óbvia e muito desastrosa. Falámos aqui de meios rurais, os meios rurais são dependentes do estado da natureza, portanto, acabo por aqui a minha intervenção e deixo o meu agradecimento.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado Breia Lopes.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (PG):** “Boa tarde a todos. Bem, já que o meu querido amigo Ricardo Neves de Sousa fez a intervenção no ponto 2. 3 para o 2.4, deixe-me agora meter com ele um bocadinho. Portanto, o ponto 2.3 dizia Votação e Discussão da Segunda Revisão dos Documentos Previsionais do Ano 2021, certo? Diz respeito ao Orçamento aprovado para dois mil e vinte e um, em dois mil e vinte. Segundo sei, estes documentos foram aprovados por unanimidade na Reunião de Câmara, e veio aqui foi reprovado pelo Partido que era na altura do governo, o que não deixa de ser estranho, portanto, da Câmara. Outra coisa em relação à intervenção do Bloco de Esquerda, rapidamente também, é verdade ainda ontem passei na minha BTT e realmente é uma dor de alma ver aquela linha de água daquela maneira, aquilo não é água. Mas, nós sabemos que aquilo só se resolve, quando esta coisa que anda aqui arrastada há anos, da dívida das águas de Portugal e ETAR’s de S. Miguel e redireccionamento, e enquanto não pagarmos, provavelmente, não fazem a obra, portanto acho que isso só se vai resolver, quando se resolver a ETAR de S. Miguel. Aí quando houver pagamento de algum lado, não faço ideia, não me meto nisso, deve ser com os Tribunais, daqui por vinte anos. --- Passando ao ponto atual, então o que é que nós temos. As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município contêm as orientações políticas fundamentais, a estratégia de desenvolvimento Concelhio, os Projetos, os Programas e as Ações que a Câmara Municipal da Guarda prevê realizar em dois mil e vinte e dois. Como primeiro ano de mandato consideramos estes documentos fundamentais para que o início da estratégia que delineámos reflita um novo rumo, conseguindo que o nosso Município alcance não só a sua afirmação de capitalidade regional, mas também consiga suprir as necessidades dos cidadãos da Guarda. Os Documentos Previsionais, são os elementos fundamentais da atividade financeira do Município, nunca esquecendo que o seu objetivo fundamental é contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes. A decisão de não deixar ninguém para trás, obrigou todas as Organizações e Instituições a um esforço maior e a olhar para o setor social e empresarial, não deixando que a sociedade falisse e deixasse os cidadãos e as empresas sozinhos perante esta calamidade que foi a Pandemia provocada pela Covid-19. Importa, assim, salientar que a atual situação impossibilita que este Orçamento seja preparado e projetado num

cenário de pressupostos macroeconómicos minimamente previsíveis e consolidados. Os documentos apresentados refletem a exigência e especificidade do quadro económico-social em que vivemos e que traduzem as dificuldades provocadas pela Pandemia, suportando também as opções políticas a assumir neste mandato num exercício de difícil execução. É ponto de honra cumprir com rigor os Documentos Previsionais apresentados com total responsabilidade e realismo contribuindo para a fundamental estabilidade das finanças do Município. -----

Globalmente o Orçamento ascende a 63 milhões, 425 mil e 544 euros e as Grandes Opções do Plano totalizam 40 milhões, 842 mil e 20 euros e apostam, entre outras, nas seguintes vertentes: Primeira - economia, vamos apostar em novas áreas de localização empresarial, diversificando e fixando o tecido empresarial no mundo rural do Concelho. É nossa intenção continuar a aplicar uma taxa de IMI que torne o Concelho da Guarda amigo das famílias e empresas. Deste modo, continuará a ser aplicado uma taxa de 0,375 colocando as finanças da Autarquia ao serviço da coesão social e protegendo as famílias e as empresas da Guarda da incerteza em que vivemos. São medidas que irão diminuir e aliviar a carga fiscal dos cidadãos, empresas e Instituições da Guarda, o lançamento em dois mil e vinte e um, de uma derrama de 1% sobre lucro tributável sujeito e não isento de IRC, gerado na área geográfica do Município, acompanhado de uma taxa de derrama de 0% para sujeitos passivos, com volume de negócios que em dois mil e vinte não tenha ultrapassado os 150 mil euros. Decidimos ainda suportar o aumento da tarifa de resíduos sólidos urbanos imposto pela entidade gestora, para o ano de dois mil e vinte e dois no montante aproximado de 129 mil 511 euros, pelo que não haverá aumentos. -----

Quanto à habitação, o Executivo Municipal investirá 500 mil euros na aquisição de habitações sociais para suprir as necessidades mais imediatas dos mais carenciados a preços controlados. A construção de raiz de habitações sociais será também uma prioridade, com a dotação de 250 mil euros consolidando uma política de habitação do Concelho da Guarda, é uma aposta deste Executivo nesta necessidade social sem precedentes. Porém nunca se irá substituir à iniciativa privada. Iremos apoiar os proprietários na recuperação de edifícios degradados no Centro Histórico da Guarda, mas também de Gonçalo e das nossas aldeias financiando até 50% do custo de reabilitação de coberturas e fachadas investindo para isso 250 mil euros. -----

Quanto à mobilidade e urbanismo, obras e projetos como a do incremento de (...) de acesso ao Parque Industrial, o projeto de requalificação do eixo central da cidade, a requalificação dos acessos ao centro da cidade e o projeto da terceira fase da VICEG são determinantes para uma Guarda que se quer do século XXI. -----

Quanto à educação iremos investir na renovação da escola de Santa Clara e de todas as escolas do primeiro ciclo do Concelho da Guarda, ainda em funcionamento, criando as condições para a promoção de um ensino de qualidade e sucesso educativo. Quanto ao ensino superior os jovens terão acesso a formação superior de qualidade e alojamento, de forma a minimizar o esforço das famílias e conferir estabilidade emocional ao estudante, assim, iremos atribuir 45 mil euros em bolsas e 50 mil euros para a criação de um plano de alojamento do ensino superior e secundário. -----

Quanto à investigação científica queremos recuperar os antigos Pavilhões do Parque de Saúde para instalar um Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento. Na inovação e tecnologia haverá a criação de um programa no valor de 150 mil euros que possibilitará o desenvolvimento de processos e ferramentas para melhor gerir as

informações e proporcionar um melhor serviço futuro aos Municípios. Associações Culturais e Desportivas vamos conceder apoios e estabelecer parcerias, sendo o Município um pilar de ação social e desportiva com um aumento de 100 mil euros face ao ano transato. -----

Orçamento participativo do Município consideramos que a sua afirmação através do aumento da dotação em 50 mil euros renova a confiança deste Executivo nos Guardenses e na sua capacidade de inovação. Juventude, um Concelho de Interior tem de apoiar políticas de fixação e incentivo aos jovens, articulando nas áreas do emprego e formação profissional, entre outras. Aumentamos assim o nosso apoio em mais de 20 mil euros em relação ao ano transato, neste aspeto, para além da dimensão financeira importa o compromisso com os jovens, que estou certo que será uma marca do Executivo. -----

Quanto aos nossos bombeiros e as suas Associações Humanitárias vamos incrementar em 20 mil euros a dotação do apoio às nossas Associações Humanitárias de Bombeiros querendo desta forma melhorar as formas de apoio logístico no combate a incêndios e ao socorro da população. Ambiente, o Executivo Municipal reconhece a necessidade de estabelecer boas práticas no tratamento dos seus recursos hídricos respeitando o ciclo urbano da água, preparando-se para um futuro de respeito ambiental. Iremos também implementar a nova Mata Municipal na encosta norte da cidade e remodelar as encostas de S. Francisco e Cabroeiro criando dois novos Parques urbanos. Vamos projetar e construir a nova cidade desportiva, seremos uma cidade mais verde e amiga do ambiente promovendo a criação do Parque Biológico da Quinta da Maunça, de Percursos Pedestres, uma Rede de Ecovias e uma Rota de Miradouros. Os Passadiços do Mondego farão ainda parte desta estratégia de lazer e turismo, para tal haverá um reforço de investimento num total de 60 mil euros. Desporto, haverá condições para que Casal de Cinza e Gonçalo tenham o seu campo sintético e Porto da Carne e Gonçalo, tenho aqui uma repetição, tenham novos Pavilhões, enganei-me, depois temos que tirar isto a limpo, criando novos polos da prática desportiva no Concelho. Juntas de Freguesia, o Município irá descentralizar as suas competências acompanhadas das verbas necessárias para o desempenho das funções, permitindo que estas intervenham de uma forma mais direta e próxima das populações, desempenhando com maior celeridade e eficácia as suas competências. Assim, resumidamente e no tempo, pelas razões acima expostas e no (...) estes municípios, pretendemos ver aprovado por esta Assembleia, este importante instrumento de governo da Autarquia e Concelho para o ano de 2022. Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado pretende intervir? Faz favor. “ -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Mais uma vez boa tarde. Obrigado por me darem esta oportunidade. Efetivamente, eu há bocado saltei o ponto e era neste que eu devia ter falado e por lapso não aconteceu, mais uma vez as minhas desculpas a todos. Queria só devolver, enfim, um pouco a picardia ali ao meu amigo Carlos Breia, quando diz que no ponto anterior foi votado favoravelmente pelo anterior governo da minha Câmara e nós abstivemo-nos. Bem, nós somos coerentes, da mesma maneira que vocês também no ponto anterior, também se abstiveram naquilo que foram as contas do ano passado, nós também seguimos a mesma política e, portanto, isto até é uma forma de respeito pelos diversos grupos e uma forma de respeito recíproca, portanto, não vejo

mal nenhum nesta tomada de atitude, porque temos que valorizar a Democracia. Como? Sim, e aqui abstinemo-nos, portanto, na mesma sequência. E, como eu estava a dizer, portanto, nós temos que ter respeito pela Democracia e temos que ter respeito por quem elabora o Orçamento Municipal, independentemente, da força política que o esteja a fazer. -----

Porque o Orçamento é algo muito mais importante do que um mero documento ou um mero caderninho ou um mero conjunto de folhas em que nós estamos para aqui a dizer, porque na página vinte e dois, em vez de estar três está quatro, ou na página quinze em vez de estar cinco está seis, portanto, isso são pequenos pormenores. E, há bocado, quando o meu amigo e Deputado do Partido Socialista, Miguel Borges, estava a falar acerca do Orçamento, eu até pensei que iam votar contra, porque numa fase inicial falou com tanta acetosidade contra esse documento que eu pensei que iriam votar contra, mas pelos vistos votaram a favor. Da mesma maneira que eu também pensei que há semelhança do que me aconteceu a mim, também ele se tivesse enganado no ponto, porque a primeira parte da sua intervenção, mais parecia o tempo de antena do Partido Socialista para as Eleições Legislativas de dois mil e vinte e dois. Portanto, fez aí uma grande apologia ao voto no Partido Socialista e eu acho que o ponto, nem o fórum não são os adequados para essa matéria, lá fora terá muito espaço para o fazer. -----

Bom, relativamente ao Orçamento que é aquele documento que nos traz aqui hoje e é este ponto que nos deve mobilizar. Eu até gostaria de sugerir ao senhor Presidente da Câmara e demais Executivo, a constituição de uma Comissão que pudesse de algum modo acompanhar a elaboração do Orçamento, porque nós muitas vezes aqui damos ideias, damos sugestões e depois não as vimos plasmadas. E, nós aqui limitamo-nos a votar contra ou a votar a favor ou até a abstermo-nos em relação a esse documento, quando, acho que todos os Grupos Parlamentares aqui representados têm as suas políticas que gostariam de ver vertidas em Orçamento e se existisse essa Comissão Permanente, com pessoas integrantes dos diversos grupos e se a Autarquia, o Executivo, nos desse a possibilidade de em conjunto podermos construir o Orçamento, acho que toda a Guarda se sentiria muito mais representada e acho que muitas das situações que aqui se passam aquando da votação do Orçamento deixariam de existir e passariam a ser escusadas e acho que todos nós sairíamos a ganhar com essa atitude. -----

Depois, também, só recordar aqui que este Executivo reduziu a derrama em 0,5%, como nós todos sabemos, a derrama é um imposto que incide sobre o IRC, portanto, a base de tributação das empresas, mas nós sejamos honestos, no nosso Concelho as únicas empresas que pagam IRC, ou pelo menos que pagam numa quantidade minimamente apreciável, são as Multinacionais. Portanto, nós aqui estarmos a descer 0,5 de 21% que é a taxa de IRC que se aplica a essas empresas é algo que para elas é marginal, não lhes aquece, nem arrefece, se me perdoam a expressão. E, o que é certo é que, para o Orçamento da Câmara, se calhar, se houver aqui uma redução de 150 ou 200 mil euros, que basicamente é isso que vai fazer refletir, se calhar isso tem algum peso, e com esse dinheiro poder-se-iam fazer muitas outras coisas, podiam se ajudar famílias podiam-se, enfim, fazer mil e uma obras para o benefício de todos. E as empresas, não é pelo facto de terem uma redução de 0,5% que sentem que estão a ser estimuladas ou que estão a ser apoiadas no seu investimento, pronto, é uma política um pouco eleitoralista chamemos-lhe assim, mal não faz, faz um pouco de mal às finanças Municipais pronto, e às vezes é preciso termos um pouco de equilíbrio naquilo que fazemos, porque muitas vezes, como se trata de escalas, uma pequena ação, num determinado momento, pode

ter uma grande repercussão. Isto é como o bater de asas de uma borboleta no Japão que faz provocar um tufão nos Estados Unidos. E é um pouco isto que pode acontecer com estas pequenas mexidas cirúrgicas no Orçamento, que para nós ficarmos bem, depois o Orçamento de edilidade pode ser um pouco beliscado. E, portanto, basicamente, era isto que eu gostava de dizer, era esta a sugestão da constituição de uma Comissão de Acompanhamento Permanente, que pudesse, efetivamente, trabalhar em conjunto para a elaboração do Orçamento, porque vamos lá ver uma coisa, o Orçamento não é propriedade de um Executivo ou de um Presidente da Câmara. O Orçamento é propriedade de todos os Guardenses, porque é o nosso dinheiro que está ali investido e, portanto, acho que todos gostaríamos de gerir de uma forma parcimoniosa, de forma rigorosa, aquilo que são os nossos rendimentos. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Não sei se há mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado... faz favor Professor João Prata.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Alguém deixou aqui a máscara. Bom senhor Presidente, venho aqui, apenas a dizer que pessoalmente, enquanto membro integrante do Grupo Parlamentar do PSD e na qualidade de Presidente de Junta, e depois de esclarecido que fui pelas intervenções aqui produzidas, o meu voto é obviamente a abstenção, porque neste País, só a maioria de esquerda é que deita abaixo os Governos, quer ir abaixo para fazer eleições em janeiro de dois mil e vinte e dois. Só mesmo a maioria de esquerda que nos governa, incluindo o Partido Socialista com os Partidos à sua Esquerda, é que deitam abaixo os Governos, quando vêm que a situação piora, então deitam abaixo os Governos, reprovam os Orçamentos para poderem ir a eleições antes que seja tarde, e antes que percam o apoio da maioria da população Portuguesa. -----

Por isso, é isso o que se passa, e nós entendemos que neste caso da Guarda, devemos considerar, devemos dar uma oportunidade ao Executivo Municipal, constituído por sete pessoas, não apenas por aqueles que ganharam as eleições, mas por todos eles, e consideramos que devemos dar a oportunidade para que possam governar com as propostas que têm e agradeço aqui a intervenção do senhor Deputado Breia, porque realmente fez uma leitura *ipsis verbis* do documento do Orçamento que nos foi apresentado. Mas obrigado, porque assim evitou que nós lêssemos todas as entrelinhas, vossa excelência teve o cuidado de ler as entrelinhas, e nós ficamos satisfeitos com isso. Agradeço o seu esforço, e agradeço também, senhor Presidente da Câmara que em dois mil e vinte e três possamos ter aqui também a proposta das obras na Avenida de S. Miguel, na variante dos Galegos, a continuação do arranjo dos arruamentos, porque um dos motivos e um dos pretextos que me leva pela abstenção, é claramente verificar se todos ouviram nas obras que foram elencadas pelo senhor Deputado Breia Lopes, algumas delas já estão atrasadas. Foram anunciadas pelo ex-Presidente da Câmara Municipal, pelo Dr. Carlos Chaves Monteiro, estou-me a lembrar dessa coisa da Pedovia, da terceira fase da Plataforma Logística e outros já estão a andar e, portanto, só temos a saudar este esforço de continuidade em concretizar aquilo que estava minimamente ponderado, minimamente refletido e que possa obviamente alargar a sua intervenção. Depois dizer senhor Presidente da Assembleia Municipal, que aqui foram anunciadas uma série de obras, supostamente do Governo Central que ninguém as vê na Guarda,

ninguém as vê, mais, há um ano atrás estávamos nesta Assembleia Municipal, senhor Presidente da Assembleia Municipal, e isto é muito importante que a Câmara Municipal da Guarda e as Câmaras da Comunidade Intermunicipal continuem a lutar, seja qual for o Governo que resultar do dia trinta de janeiro de dois mil e vinte e dois, continuem a lutar por aquilo que o Partido Socialista aqui à um ano condenou, votou contra, que foi uma moção, senhor Presidente, em que esta Assembleia Municipal congratulou-se pela redução do preço das portagens na A25 e na A23. Lembra-se Senhor Presidente deste tipo de ..., não sei se estava a acompanhar na altura a atualidade política, mas eu faço recordar, não custa muito, é rapidamente. Como sabe as portagens é um dos elementos muito caros para a vida económica dos cidadãos e das empresas. E há muitos anos que nos é prometido que vai haver redução que vai haver devolução, que vai haver isenção, etc., etc., a verdade é que foi o ano passado, numa coligação do PSD com os outros partidos da oposição e volto a frisar, com os outros partidos, não foi só o PSD, foram vários partidos, portanto foi o PSD, foi o CDS, foi o PC, foi o Bloco de Esquerda, não sei se os Verdes e os Pan's também fizeram essa aprovação, mas de qualquer maneira viabilizaram a proposta do Deputado do PSD, pelo círculo eleitoral da Guarda, e a única força partidária que votou contra depois de ter prometido, desde dois mil e um que ia abolir as portagens, o único partido que votou contra, senhor Presidente da Câmara, penso que não saberá desta informação, mas o único partido, é aquele partido que agora quer dar o abraço de urso a vossa excelência foi exatamente o Partido Socialista que votou contra essa proposta, e tardou e voltou a tardar até que pusessem em prática, e na realidade, o desconto das portagens. -----

E, senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais grave ainda, a proposta votada na Assembleia da República era a de 50% de redução, e o Partido Socialista, ou o Governo do Partido Socialista foi tão inteligente, ao ponto de fazer incidir os 50% não no preço atual, mas no preço de origem das portagens, significou que nem isso cumpriram, nem isso cumpriram. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vossa excelência que é uma pessoa conhecedora da realidade política, da realidade social, da realidade económica da nossa região e sabe bem, melhor do que eu, seguramente, os custos que isso tem para a atividade económica, senhor Presidente essa foi, a melhor prenda neste caso, volto a dizer, não foi só do PSD, foi do PSD e dos outros partidos que deram à Guarda, o ano passado e que está a ser aplicada apenas e só apenas a partir de julho deste ano. E oxalá que o senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhor Presidente da Assembleia Municipal e esta Assembleia Municipal bem como a Comunidade Intermunicipal, possam reclamar e exigir do próximo Governo, seja ele da cor que for, que as portagens tenham a sua atenção. Não sei se é a abolição, não sei se é a isenção, não sei se é a redução, mas sei que as portagens é um custo muito elevado para a atividade económica e para as pessoas desta zona, portanto senhor Presidente, se há alguma prenda nós tivemos este ano, não foi aquela que foi dada pelo Partido Socialista, que nem sequer o Hospital nem começou nem acabou, e o Hotel Turismo está conforme está. -----

Senhor Presidente nós queremos fazer uma mudança aqui também, nas intervenções na Assembleia Municipal, não somos todos saloios, embora nós tivéssemos batido palmas e tivéssemos acenado com agradecimento à esperteza saloia, mas não somos todos saloios, senhor Presidente, e queremos naturalmente convocar todos para que possamos desenvolver uma atividade pública e política, nesta Assembleia Municipal, assente na verdade, dizendo o que foi feito, dizendo o que não foi feito e reclamando

aquilo que vai ser feito. Agora aproveitar este palco para antecipar aquilo que vai ser um momento eleitoral, eu acho que é desrespeitoso e deselegante, deselegante para todos os Deputados Municipais aqui presentes. Peço, pois, a sua atenção e concluo dizendo, muito obrigado pelas intervenções aqui produzidas pelo senhor Deputado Miguel Borges, pelo senhor Deputado Breia Lopes e pelo senhor Deputado Ricardo Neves de Sousa, em relação a esta questão do Plano e Orçamento do Plano, porque realmente ficamos com uma perspetiva muito ampla daquilo que deve ser. Não estamos aqui, como dizia ontem um dos líderes dos partidos políticos, não estamos aqui para fazer uma revolução, estamos aqui para aproveitar aquilo que está bem feito e deve ser continuado, e estamos aqui, naturalmente, para fazer o nosso trabalho de fiscalização, é assim que deve ser uma Assembleia Municipal moderna no século XXI. Muito obrigado senhor presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado Virgílio Bento, faz favor. Chamo é a atenção para o seu poder de síntese.” -----

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “É só uma resposta, se pudesse ser às intervenções do senhor Deputado. O senhor Deputado João Prata está preparado aí para a campanha que vem aí, já se nota. Mas sabe, eu gosto deste defeito de apelar à memória, tenho este defeito grande e permita-me que apele à memória, quatro coisinhas muito simples. Portagens, como certamente sabe, havia uma lei que definia que as regiões passariam para portagens quando atingissem determinado índice de rendimento per capita, quando foi a negociação do PAC 3, o PSD exigiu a universalidade das portagens, todos pagam as portagens. E, só aprovava o PAC 3 se de facto essa universalidade fosse aplicada. E o Primeiro Ministro de então, José Sócrates, para o PSD aprovar, fez isso. O PSD sempre exigiu a universalidade das portagens e sempre exigiu a lei do utilizador/pagador, sempre defendeu isso, portanto, isso é uma ... aquilo que eu falei, estamos em eleições e percebe-se isso. Mas o que é mais estranho, senhor Deputado, é falarem do Hospital e da segunda fase do hospital, eu ando a falar disto desde dois mil e catorze, sozinho e a minha amiga (...), mas ter a coragem do PSD a falar do Hospital é uma coisa que a mim ... eu acho que falta um bocadinho de pudor. A segunda fase estava lançada, contrato assinado, estaleiro montado, início de obras e há um Ministro chamado Paulo Macedo, e um Primeiro Ministro chamado Passos Coelho, que interrompem as obras do Hospital, porquê? Na campanha ouvi dizer isto, porque estávamos na bancarrota. Eu faço a pergunta, quanto custou não fazer a obra do Hospital? Sabem porquê senhores Deputados, esta casa onde estamos foi a mesma empresa que construiu o Hospital, a mesma, EDIFER, chegou ao fim e pediu uma indemnização à Câmara por danos e percas. É uma empresa que tem mais advogados do que engenheiros, e anular um contrato de 50 milhões, estaleiro montado, obras começadas, não foi a custo zero, e eu pergunto, quanto custou? A obra a ser feita de 50 milhões custava 7 milhões e meio de euros, quanto é que custou não fazer essa obra? O Governo pagou para a Guarda não ter a segunda fase do Hospital, pagou, pagou mais do que custaria a segunda fase, e porquê? Por uma razão muito simples, o senhor Ministro da Saúde...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “...disse alto e bom som aqui...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa de interromper, o PS já ultrapassou em oito minutos, peço desculpa.”

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “Só para acabar. Disse alto e bom som aqui que tinha qualidade demais para a Guarda. O PSD anulou a segunda fase, porque tinha qualidade demais para a Guarda. Terceira, só para terminar já agora, recordam-se também, anularam a obra da Beira Baixa, hoje todos nós elogiamos e os nossos amigos da Benespera, tão contentes ficaram, que finalmente está recuperada a Linha da Beira Baixa (...) o Governo começou a obra foi o Partido Socialista. O Governo que interrompeu a obra foi o PSD e teve que ser novamente o Partido Socialista a acabar a obra da Linha da Beira Baixa, porquê? Também não merecíamos essa Linha, portanto, é importante apelar à memória e ver quem fez e quem não queria que se fizesse. Desculpe senhor Presidente por isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Está inscrito, mas peço imensa desculpa, o senhor Deputado João Prata pediu a palavra para defesa da honra, certo, faz favor. Muito obrigado, depois já vos dou a palavra, muito obrigado.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Senhor Presidente, defesa da honra, diria até mais, para repor a verdade, porque o senhor, obviamente não me ofendeu, ofendeu, ofendeu a verdade dos factos, vamos à questão da Linha, vamos à questão da Linha da Beira Baixa, quem interrompeu as obras da Linha da Beira Baixa, foi o Engenheiro José Sócrates, quem inscreveu no Plano Nacional de Transportes, apresentado à União Europeia e viabilizado pela União Europeia a continuação das obras da Linha da Beira Baixa, foi o Governo de Passos Coelho, e efetivamente foi o Governo do Partido Socialista que deu início à obra. Mas fique o senhor Deputado sabendo que as obras não acontecem se não forem primeiro decididas, portanto, já o aqui disse não estava cá não tinha sido eleito, já aqui o disse nesta Assembleia Municipal, felicito o Governo do Partido Socialista por ter concretizado aquilo que foi, em relação à Linha da Beira Baixa, vamos ao resto, felicito o Partido Socialista por ter dado continuidade àquilo que foi uma decisão do Governo de Passos Coelho e subscrita e apoiada pela União Europeia. Exatamente o mesmo que vai acontecer agora com a Linha da Beira Alta, também na Beira Alta vão sofrer obras que foram decididas no tempo do Governo do Dr. Pedro Passos Coelho. -----

Segunda questão, o Hospital, ou melhor, as portagens, o senhor Deputado Virgílio Bento se estivesse, com certeza durante este ano não esteve por cá, não passou por aqui e nem acompanhou a atividade política, mas a verdade, a verdade senhor Deputado Vergílio Bento, o que veio aqui mencionar do principio do utilizador/pagador, eu não o desdisse, ouviu das minhas palavras o contrário disso, não ouviu, passe a gravação outra vez, ouça da esquerda e ouça da direita, não ouça só de um dos lados, esse principio é um principio do PSD, sem dúvida que o é, não o renegamos nem o afirmamos, é um princípio que foi verdade, mas na prática, senhor Deputado Virgílio Bento, na prática, efetivamente, quem instalou as portagens na SCUT foi o Governo do Partido Socialista, e quando teve oportunidade de reduzir, não digo isentar, ou abolir, de reduzir o preço das portagens, sabe o que é que fizeram os senhores Deputados do seu partido, o ano passado, senhor Deputado quer que lhe recorde outra vez? Votaram contra! Demoraram meio ano a por em pé essa Lei, mais com a agravante, com a agravante, foram tão cínicos politicamente, se calhar se eu fosse economista do

Governo faria a mesma coisa, se calhar, mas foram tão cínicos politicamente, que foram lá ver atrás os preços iniciais para que a redução não fosse 50%, e apenas 30% que é agora aquilo que temos. -----

Em relação ao Hospital, senhor Deputado, quero-lhe dizer que estou consigo, que estamos todos consigo, e aqui também claramente a Câmara Municipal e a mesa da Assembleia também estão, estão todos, toda a comunidade deste grande Distrito que é a Guarda, está consigo, o nosso Hospital, ou o nosso Parque da Saúde já merece, já mereceu, e continuará a merecer obras claras de betão, de tijolos, de miolos, precisa de tudo isso, mas senhor Deputado, duas questões para concluir, duas questões. Primeiro, como o senhor bem sabe também, ao tempo em que se iniciaram as obras da primeira fase do Hospital que estão feitas e concluídas, não estava totalmente cabimentada a verba para a resolução para pagamento dessas obras, foi o Governo de Passos Coelho que arranjou essas verbas para concluir, e depois não teve oportunidade, é verdade, não teve oportunidade de continuar aquilo que era o projeto da segunda fase. O senhor Deputado, que na altura creio que pertencia à Direção, à Vereação da Câmara Municipal da Guarda, sabe que esta é a verdade, mas também senhor Deputado, permita-me que lhe diga, o seu partido está no Governo do País desde dois mil e quinze com a maior maioria de sempre, com a maior maioria de sempre, nunca houve outra força partidária, nunca houve outra força de coligação, que tivesse tido tantos Deputados eleitos como o seu partido, e depois com a geringonça que fez, um bocado parecido a esta geringonça que tentam aqui fazer hoje nesta sessão da Assembleia Municipal. A verdade é que desde dois mil e quinze, senhor Deputado, o que é que o senhor viu na Saúde na Guarda? Escuso-me de acrescentar. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Eu, obviamente que a mesa está atenta, mas em circunstância alguma eu penso que a mesa deve cercear a palavra aos senhores Deputados, o que pedirá é um pouco de poder de síntese e de contenção. Peço imensa desculpa. Senhor deputado faz favor, mas rápido se for possível.” -----

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “Em primeiro lugar dizer que a verba estava já, para a primeira fase do hospital, eram 50 milhões de euros foram candidatados à CCDR. A segunda fase dos 50 milhões de euros, que estavam também em fase de candidatura e, portanto, estava lá, não foi o Governo de Passos Coelho que arranjou, não arranjou dinheiro nenhum, para a primeira fase. Em segundo lugar, para a segunda fase eram precisos 50 milhões também da CCDR, esse Fundo Comunitário, esse programa comunitário terminava em dezembro de dois mil e treze e em setembro de dois mil e treze, dos 21 milhões de euros que estavam neste programa, foram apenas gastos, em setembro, foram apenas gastos 10 mil milhões, era fácil ir buscar 50 milhões para fazer a segunda fase, porque havia lá, e de tal maneira nós não conseguimos utilizar essa verba, para não ser penalizados pela regra R+2 andámos dois anos, três anos sem o *over booking*, a gastar essas verbas do programa que já tinham terminado em dois mil e treze. Portanto o dinheiro estava lá, senhor Deputado, uma, é o Ministro de então da Saúde que diz claramente, tem qualidade demais para a Guarda e a Guarda não merece este equipamento, foi isso que foi dito pelo senhor Ministro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Deputado José Rodrigues, não? É o Tiago, faz favor. Senhor Deputado sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento. Muito obrigado.” -----

- **Deputado Tiago Gomes (PG):** “Obrigado, senhor Presidente. Eu vinha precisamente alertar para isso, é que diz ali 2.4 - Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano de dois mil e vinte e dois. Tenho a certeza absoluta que alguns dos intervenientes que aqui já falaram teriam todo o gosto de falar sim sobre o Orçamento estatal e etc., mas o ponto é este, e eu não me vou imiscuir em possíveis nem vou imiscuir, nem comentar possíveis situações ou discussões pré eleitorais que aqui estão a acontecer, não é o espaço, não é o momento, para se fazer isso, peço desculpa, e acho que aqui ninguém está a fazer coligações de coisa nenhuma, se ninguém faz coligações de coisa nenhuma, também não façam aqui campanha pré eleitoral se faz favor. -----

Eu só vinha aqui alertar para uma coisa e agradecer, à senhora Deputada Bárbara Xavier que, lembrou aqui algo que acho que o senhor Deputado Ricardo se esqueceu, ou pelo menos se não se não sabe que isso aconteceu, eu tive conhecimento que o Executivo pediu contributos a todas as bancadas para a construção deste Orçamento, isto sim, mais que uma Comissão porque caso, no final do Orçamento, diz aqui, norma de Execução Orçamental, é este documento, é esta norma que aqui está que faz esse acompanhamento, não é necessário uma Câmara, e eu acho que o senhor Deputado pode estar um bocadinho confuso, quem é que gere o dinheiro? Então, desculpe lá começa a sua intervenção a dizer, o Orçamento é de extrema importância para o Município, para uma cidade. E qual é que é a sua razão para dizer que é de extrema importância? Porque reflete as medidas políticas e ações que vão ser tomadas ao longo do ano. Então quem é que gere esse dinheiro? A Assembleia Municipal, sim, faz o acompanhamento do cumprimento ou não do Orçamento, e como é que faz esse acompanhamento? Através disto! Desta norma, da norma de execução orçamental, ponto, acho que estamos esclarecidos quanto a este tema. E quanto à taxa de derrama eu vou deixar até por causa do tempo, visto que, vamos ter esse assunto a ser discutido a seguir, mas não podemos, ao mesmo tempo ser presos por ter cão e por não ter. Então queremos investimento, queremos um Município amigo das empresas ou queremos, só porque aqui d’El Rei, neste momento não concordamos assim tanto, já dizemos que reduzir a derrama é mau. Eu só vinha aqui mesmo fazer isso, agradecer à senhora deputada Bárbara Xavier ter lembrado a esta Assembleia que sim, pela primeira vez e democraticamente este Executivo pediu contributos a todas as bancadas, todas as bancadas, para a construção deste Orçamento. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado pretende usar da palavra? Senhor Presidente da Câmara, pretende usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Prometo ser breve e lembrando algumas coisas que já há pouco foram aqui ditas, mas nunca é demais recordar, de uma forma muito telegráfica, daquilo que consta deste Orçamento, do que é este Orçamento. Aquilo que nós consideramos que deve ser este Orçamento e que é este Orçamento, um Orçamento ambicioso e que quer ser um Orçamento virado já para a retoma económica e um Orçamento com um cariz social muito elevado. E, a prova disso é que 35% do montante das Grandes Opções do Plano são precisamente para as funções sociais, e é por esta nota que nós queríamos começar. Mas dizer também que nós pedimos, Deputado Tiago Gomes, muito obrigado por ter recordado isso, nós pedimos contributo, mesmo a todas as bancadas aqui representadas e

agradecemos àquelas que nos fizeram chegar os contributos, ao CDS/PP e ao Bloco de Esquerda, tivemos uma breve conversa, mas muito profícua, para ajudar à construção do Orçamento, mas é assim que nós entendemos que deve ser feito. Todos os Grupos Parlamentares devem ser sempre consultados, porque sete vozes falarão sempre melhor do que uma só voz. E é com esses contributos que nós, no futuro, queremos também continuar a fazer os próximos Orçamentos, é isso que nós queremos fazer. Mas, vejam só, o Orçamento deste ano aumentou, é verdade, só em competências da área da educação são quase 5 milhões de euros, vejam só. Só na Delegação de Competências, se foram bem pensadas as competências pelo Governo da República, pela Legislação, se foram bem pensadas ou não, veremos a seu tempo com as Comissões Técnicas de Acompanhamento, que irão ser formadas. Neste momento, posso dizer que estamos em défice, relativamente às competências da Educação, porque há verbas que ainda não foram transferidas, mas por força, mas a seu tempo falaremos sobre isso, depois de termos essas competências mais maduras, mais amadurecidas, mas só por aí, aumentou 5 milhões de euros, vejam só. -----

Mas nós temos que ser ambiciosos no Orçamento, tal como eu referi, ainda há pouco, da parte da manhã, a senhora Deputada Ana Mendes Godinho, falou aqui numa verba de 4,5 milhões de euros, é verdade, recebemos essa comunicação. Ainda há pouco, há hora de almoço, a senhora Ministra da Coesão Territorial Ana Abrunhosa, me telefonou para falarmos rapidamente sobre algumas arestas que têm de ser limadas, agora na candidatura, para que rapidamente o projeto possa ser apresentado. Só aqui já são mais 5 milhões de euros com Fundos Comunitários, e estes aqui, com uma elevada taxa de comparticipação também. E, é por isso que o Orçamento tem que ser ambicioso e tem que estar preparado para o futuro, para os Fundos Comunitários que aí vêm do PRR, do Portugal 2030, dos Fundos Transfronteiriços, dos Fundos Comunitários, com a contratualização direta a Bruxelas, temos que estar preparados para isso. E este é um documento, efetivamente, previsional é assim que dizem as regras destes documentos. Mas, por isso é que nós quisemos também, aqui sem financiamento, mas é da mais elementar justiça, aumentar como aqui já foi referido, o valor para as Associações Culturais, aumentamos em 100 mil euros o valor este ano. Já para não falar no Orçamento Participativo, que é aumentado também, o valor para as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários da Guarda, Gonçalo e Famalicão da Serra. A reabilitação das nossas escolas, vejam só, senhor Deputado Miguel Borges, para reabilitarmos as Escolas temos que fazer projeto, não temos projeto nenhum, não há nenhum projeto para reabilitar escolas na Câmara da Guarda. Temos que dar início ao Projeto, é o tempo da sua elaboração, é o tempo de fazer o seu concurso, o concurso público, e depois começarmos a execução. E, se nós executarmos aquelas verbas, já estamos a fazer um bom trabalho este ano, porque há mais anos para trabalharmos, na requalificação das escolas e noutros projetos também. -----

O mesmo é dizer em relação ao aumento que fizemos das bolsas de estudo, do plano de alojamento do ensino superior e secundário, sinalizámos uma verba para conjuntamente com as Instituições de ensino superior e do ensino secundário, podermos trabalhar num futuro para termos este plano de alojamento, tão necessário que é, tão evidente que é e tão solicitado que é pelas Instituições de ensino. -----

No que diz respeito ao Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento, é uma nossa bandeira eleitoral, e está efetivamente alicerçado também no Orçamento e estamos, meu caro Deputado Miguel Borges, estamos perfeitamente alinhados no Observatório

de referência, que nos próximos dias será amplamente difundido, esse Observatório. Estamos perfeitamente alinhados nessa matéria, mas nós queremos mais do que isso. Nós não queremos apenas um Observatório, nós queremos que na Guarda seja fixado o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento, envolvendo a nossa ULS, os nossos médicos, os nossos profissionais da Saúde, mas também o nosso Instituto Politécnico e também a nossa Faculdade de Medicina, claro está. Afinal de contas, tantos profissionais da Saúde que são aqui formados, ao nível da Medicina, no nosso Hospital, mas nós temos que ambicionar ainda mais. É claro que isso é uma boa notícia, do Observatório de Referência e do Envelhecimento, é um excelente ponto de partida, para podermos chegar a esta grande concretização. Mas devemos elencar também as Parcerias que temos sinalizadas para com as IPSS's, as IPSS's do nosso Concelho, e não só, mas nós falando do nosso Concelho, têm um grande desafio nos próximos anos, na vigência do PRR. É tornar a Guarda num Concelho de cariz verdadeiramente social. A economia social na Guarda tem um grande futuro, e é esse desafio que nós já lançamos a muitas IPSS's, e por isso é que lá está sinalizada uma verba para as apoiar, nas suas ambições, nos seus projetos, porque o PRR está aí e se nós não o usarmos, outros irão usar, e não queremos chegar a dois mil e vinte e seis e fazermos um ato de contrição, permitam-me a expressão, senhor Presidente da Assembleia permita-me, a dizer que não conseguimos gastar o dinheiro todo e temos que o devolver. Nós temos que trabalhar muito para isso, seja este Executivo que irá até dois mil e vinte e cinco, seja o próximo Executivo que ficará até dois mil e vinte e seis, seja este ou seja outro. Nós temos que criar bases para o futuro, é essa a nossa ambição. -----

Mas ao nível das habitações sociais, nós também não temos nenhum projeto para fazer casas, nenhum projeto de arquitetura, ou das suas especialidades, por isso é que temos que fazer o projeto, temos que o licenciar, temos que lançar o concurso, e mãos à obra e estar sinalizado os 250 mil euros, para iniciar este ano, mas temos também 500 mil euros para comprar habitações sociais. Constantemente batem-nos à porta, com essa necessidade ao nível do Concelho, e nós temos que estar atentos aos fundos que nos são colocados e governarmos na justa medida, das possibilidades que nos vão colocando, seja pelo PRR, ou por outra via, iniciarmos esse trabalho. Mas o mesmo é dizer em relação, já falamos de manhã, mas nunca é demais voltar a referir, o Centro Histórico da Guarda, a recuperação que nós queremos iniciar o seu apoio, que tem que ser feito, naturalmente, o Regulamento. Nenhum Executivo pode chegar e de repente, com a sua esferográfica azul, dar um qualquer apoio sem estar minimamente cabimentado no Regulamento. E, por isso, é que nós temos que construir esse Regulamento que vai ter que vir aqui à Assembleia Municipal também para podermos apoiar a reabilitação do Núcleo Histórico da Guarda, dos vários núcleos históricos da Guarda, do Centro Histórico da Guarda, mas também a Póvoa do Mileu, ou a Sequeira, ou os Galegos, ou Alfarazes, ou Gonçalo, ou tantas outras aldeias que nós temos com pequenos núcleos históricos. -----

E o ciclo urbano da água? Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Ana D'Azinha, tem muito a dizer sobre essa matéria, já o seu antecessor tinha, que é mesmo a única Freguesia que não tem um metro linear de rede de saneamento em funcionamento. E o ciclo urbano da água, seja no final deste Quadro Comunitário de Apoio ao nível do POSEUR, seja já no próximo Quadro Comunitário de Apoio ao nível dos Fundos da Região Centro, porque vai mudar o local onde se podem fazer essas candidaturas, já está uma verba sinalizada, para começarmos a trabalhar, não é só para

Santa Ana D’Azinha é para onde houver a necessidade, é claro que a maior necessidade, função do investimento que nunca será inferior a 1 milhão de euros, será na Freguesia de Santa Ana D’Azinha. Mas existem outras quantas Freguesias, é o caso das Panoias, que também tem essa necessidade, na Ramela também tem essa necessidade, e quantas e quantas outras Freguesias têm ainda essa necessidade das redes de saneamento. Já para não falar nas redes de abastecimento de água, esse trabalho que foi bem iniciado a alguns anos atrás, mas que depois estagnou, esperemos em breve retomar essas concretizações. -----

Mas também temos verbas sinalizadas para os Parques Urbanos que serão um grande desafio, seja para os seus planos pormenor, seja para os seus projetos, daí o plano que nós queremos iniciar para o Vale de S. Francisco, para o Cabroeiro, para o Rio Diz, para projetar a nova cidade desportiva e o Parque Biológico da Quinta da Maunça, afinal de contas foi este programa eleitoral sufragado, mas nós não nos iremos ficar apenas por aqui. Por isso é que nós pedimos os contributos e iremos continuar a pedir os contributos dos vários programas eleitorais, e que nos podem fazer chegar a todo o momento, porque é importante nós sabermos visitar tudo aquilo que foi feito, tudo aquilo que andou na discussão pública, durante cerca de quatro meses, é importante olharmos todos para isso. Ficaremos sempre todos mais enriquecidos. -----

Mas ao nível do tal turismo da natureza, que nós falávamos de manhã também, com os Percursos Pedestres e a Rota dos Miradouros, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Jarmelo S. Pedro, já se tentou no passado se bem se recorda, pelo Programa Valorizar à época, um Projeto para a requalificação do Alto do Jarmelo. É necessário estarmos atentos aos fundos que podem ser disponibilizados para essa concretização. Mas para o Castro do Tintinholo também, ou do Cabeço das Fráguas, isto são pontos de visita e que o turismo de natureza muito procura. E nós temos que estar preparados para o futuro e estar com esses Projetos bem sinalizados. -----

No que diz respeito ao Centro de Valorização de Produtos Endógenos e ao Centro de Inovação Agropecuário em parceria com a Acriguarda são projetos completamente diferentes. O Centro de Valorização de Produtos Endógenos, ainda é preciso acabar a obra, que a obra ainda não está pronta, é preciso fazer um Protocolo, porque tem que ser um Centro de Valorização para todos os produtos endógenos e não só para dois ou três, é assim que nós encaramos aquela obra que está a ser feita ou a ser finalizada na Plataforma Logística, tem que ser para todos os produtos endógenos. Mas esta ambição do Centro de Inovação Agropecuário em parceria com a Acriguarda, foi a Associação que falou connosco para que pudesse ser sinalizado no nosso Orçamento. É uma velha ambição, não é só da Associação, é da Guarda e é de toda a Região, e os Fundos Comunitários e em estreita articulação com a CIM Beiras e Serra da Estrela, nós temos que alavancar estes investimentos e daí estar já sinalizado, estando preparados para o futuro, para os Fundos Comunitários que possam surgir. -----

Mas, nós temos também verbas para outras obras no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e que queremos finalizar o Projeto e seguirmos em frente com a obra, a requalificação do Parque de Campismo. Senhora Deputada Bárbara Xavier há uma rubrica que está no Orçamento que se chama, qualquer coisa do género, Limpeza e Valorização de Linhas de Água, são todas as linhas de água, é o Diz, é o Noéme, é Massueime, é o Zêzere, é o Mondego e as outras ribeiras todas do Concelho. Toda e qualquer limpeza e valorização de linha de água está aqui nesta rubrica e esta rubrica foi bem escrita, preparada já para os Fundos Comunitários também, porque vai haver

Fundos Comunitários para esta via e as linhas de água vão mesmo ter que ser despoluídas, despoluídas e valorizadas, e é para isso que nós vamos ter que estar preparados também no futuro. -----

Mas temos que concluir, ou melhor, temos que iniciar a obra e concluir, do incremento dos modos suaves no acesso ao Parque Industrial da Guarda, a Pedovia, Ciclovía ao longo da VICEG, o mercado de S. Miguel que a obra ainda não iniciou, a Variante dos F's que está lá sinalizada até ao final do mandato, há uma verba, há lá previsão de verbas até ao final do mandato para a concretização, para a execução da Variante dos F's, o nome é diferente, se bem repararem o nome é diferente neste momento, é o acesso ao Parque Industrial da Guarda, estamos a pensar *à la longue*, como se costuma dizer, pensando naquilo que pode vir aí, mas temos que fazer a obra, há esse compromisso, com ou em financiamento, mas se houver financiamento, nós temos que lá ir busca-lo, é isso que nós devemos fazer, e estar preparados para o futuro. E os acessos ao centro da cidade da Guarda, seja a Rainha D. Amélia, seja a Francisco Sá Carneiro, seja o Outeiro de S. Miguel, seja os Galegos, seja a Pocariça. É importante nós estarmos preparados para o futuro, fazer os Projetos para poderem ser bem alavancados, com os Fundos Comunitários. -----

Já para não falar na velha ambição da requalificação ou da reconstrução, como quisermos, o Projeto há-de ser feito da Torre Velha da cidade. Há tantos anos que desapareceu, poucas fotografias na verdade ..., senhor Deputado Virgílio Bento tão poucas fotografias ou serigrafias sequer que existem sobre o que era a Torre Velha, ou o caminho de acesso à Serra da Estrela é assim que nós lhe chamamos, não lhe chamamos estrada. É um caminho de acesso à Serra da Estrela, é aquele caminho verde que muitos de nós falamos ao longo dos anos, mas que em parceria com alguns Concelhos vizinhos, se Deus quiser, há-de ser uma realidade de aqui a alguns anos, é o caminho que nós vamos ter que iniciar. E, meu caro Deputado Breia Lopes falou e bem, das áreas de utilização empresarial, nós lançámos o desafio, numa conferência muito recentemente, onde estava a senhora Ministra da Coesão Territorial, lançamos o desafio para a duplicação da Plataforma Logística e do novo acesso a partir da A23 e o desafio, vejamos só, foi devolvido face ao projeto, porque o PRR há-de ter fundos para isso, vamos trabalhar para isso. Na verdade Deputado Tiago Gomes vamos ao trabalho, vamos trabalhar pelo desenvolvimento da nossa terra. -----

Mas algumas outras coisas que foram sendo faladas, tecidos alguns comentários, pelos senhores Deputados e que naturalmente eu devo falar. Essa cicatriz, senhor Deputado Miguel Borges, estamos todos empenhados em acabar com a cicatriz, hoje mesmo já recebemos mais um email do Turismo de Portugal, ainda a semana passada tivemos cá a senhora Secretária de Estado do Turismo, onde falamos novamente sobre o Plano A e o Plano B, e todos queremos é um Plano A, mas estaremos sempre preparados para, durante a vigência deste mandato eleitoral, o mandato de todos nós, destes quatro anos, para que possa ser feita a reabertura do Hotel Turismo. Temos que trabalhar todos, da esquerda à direita, homens e mulheres, altos e baixos, gordos e magros, permitam-me, todos temos que trabalhar em sintonia, muito para além das pugnas eleitorais, e das eleições que por aí vêm, muito mais do que isso, nós temos todos que trabalhar para o futuro, porque se não formos nós a trabalhar para o futuro, mais ninguém irá trabalhar por nós. Não são as cidades vizinhas que irão trabalhar por nós, temos que ser nós a trabalharmos, a esforçar-nos, a batermos às portas quando necessário, é isso que nós temos que continuar a fazer. -----

No que diz respeito a algumas dúvidas que teceu, senhor Deputado Miguel Borges, sobre o Orçamento, bom, o texto inicial do Orçamento, um texto político, é da responsabilidade do Município e as grandes linhas de atuação, as verbas elencadas a cada um dos Projetos é da responsabilidade do Município, mas naturalmente que a classificação depois das rubricas é função das regras da contabilidade e aí deixamos depois ao critério dos Técnicos para que apliquem, precisamente as regras que estão instituídas. E, ao nível dos transportes foi assim que foi feito, estão lá as verbas para o concurso dos transportes públicos, que está em fase de contratualização, estamos à espera dos documentos para podermos enviar para o Tribunal de Contas, mas para se poder fazer também a transferência de verbas necessárias para a CIM Beiras e Serra da Estrela, com serviços interurbanos. E, no que diz respeito ao Programa de Inovação e Tecnologia, nós fizemos mesmo questão de lá colocar um valor, 150 mil euros, nunca existiu este Programa na Câmara da Guarda, mas se nós pudermos alavancar este Programa com Fundos Comunitários ou outro tipo de fundos, sejam eles do Governo ou não, aqui estamos nós para o fazermos, vamos trabalhar sobre isso, vamos dialogar sobre isso, esteja o Governo que está neste momento, esteja outro que estiver, a partir do dia trinta, nós temos que trabalhar sempre em sintonia, de uma forma absoluta, não vale a pena fazermos de uma outra forma. E, o Movimento pelo qual eu honrosamente fui eleito, o Movimento Pela Guarda foi isso que falou às pessoas, trabalhar com todos e para todos, e é com isso que podem contar ao longo deste ano, ao longo do próximo ano, e ao longo dos próximos quatro anos. -----

Aquela dúvida que há pouco falava sobre 1,835 milhões de euros dos Seminários, Exposições e Similares, bom, está lá uma candidatura que é da Cultura em Rede, está que é preciso executar, mas está lá também uma verba da Previsão para a Feira Ibérica de Turismo, para a Feira Farta, para as atividades do Carnaval, para o Natal, para o Fim de Ano, para a Animação de Verão, enfim, é isso que está lá plasmado. Não sabemos se o vamos conseguir concretizar todas elas, nomeadamente, ... e a próxima já é o Carnaval. Não sabemos, função do estado da Pandemia e que nos obriga aqui a arrear caminho em algumas matérias, tal como já tivemos que cancelar as atividades de fim de Ano. Mas, naturalmente, nós não podíamos deixar de colocar no Orçamento, a previsão dessas despesas. -----

Sobre os Parques Infantis, já tanto se falou sobre os Parques Infantis, nós tivemos que mandar encerrar dois Parques Infantis, recebemos as notificações da ASAE, vamos ver em quanto é que fica a conta no final. Mas nós temos que, ato contínuo, fazer obra, temos que iniciar a requalificação dos Parques Infantis e nós sinalizámos 150 mil euros, ao longo dos quatro anos, se nós pudermos, se conseguirmos financeiramente executar antes, então fá-lo-emos, caso contrário, é nossa predisposição, é que ao longo de quatro anos, sim porque há mais de quatro anos, ou perdão, há três anos, que não é requalificado nenhum Parque Infantil na cidade. E aquilo que nós nos dispomos a fazer é que, ao longo de quatro anos, é requalificar os Parques Infantis todos da cidade. E no que diz respeito aos Parques Infantis do mundo rural, temos que falar com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia sobre isso, porque já começamos a receber algumas comunicações nesse sentido. As dificuldades que algumas Juntas de Freguesia têm para fazer face a essa despesa, já tiveram algumas Juntas de Freguesia, também, que encerrar os seus Parques Infantis e, portanto, vai ser um desafio também para os próximos quatro anos. -----

No que diz respeito, senhor Deputado Miguel Borges, aos valores da água e

saneamento, esta é uma grande preocupação, que nós temos. Esta é a tabela dos indicadores da ERSAR, da Entidade Reguladora de Águas e Resíduos, com a evolução dos últimos quatro anos. Meus senhores, há aqui um dado, não vale a pena falar de outros, porque os vermelhos são muitos e não é vermelho clubístico. Água não faturada em dois mil e vinte 42,3%, e estes números fazem-nos pensar. Há muito trabalho que tem que ser retomado e é só ver a evolução que houve desde dois mil e dezassete, há muito trabalho que vai ter que ser retomado e, por isso, é que o Município da Guarda, este Executivo decidiu não aumentar nenhuma taxa, nem a taxa de água para os Municípios, nem a taxa de abastecimento de água, nem de saneamento, nem de resíduos. Nós recebemos uma imposição, não só nós, os Municípios todos da Região, recebemos uma imposição de um aumento brutal das tarifas em alta dos resíduos. Estamos a falar em cerca de 130 mil euros dessa imposição para o Município da Guarda. O mais fácil seria aumentar as taxas, mas nós assumimos que não o iríamos fazer. E, o Município deve suportar esses 130 mil euros das taxas de resíduos, esse aumento brutal, porquê? Porque há aqui muita gordura que tem que ser cortada. Aqui há uns anos falou-se muito nas gorduras, dos Orçamentos, aqui não é dos Orçamentos, mas é da água não faturada, que nós temos que perceber o porquê de isto estar a acontecer. Caminhamos para 50% de água que não é faturada, as faturas continuam a cair todos os meses, a entidade em alta nos termos da Lei, mas nós temos que visitar tudo aquilo que está a acontecer e percebermos o porquê desta água não estar a ser faturada, sejam as perdas físicas, as perdas comerciais ou outras. E esse trabalho vamos ter que o iniciar dentro em breve. Senhora Deputada Bárbara Xavier, Orçamento da Proteção Animal insuficiente, já falei de manhã a propósito de outra intervenção, de uma colega sua também senhora Deputada, Luísa Campos, os 50 mil euros que estão sinalizados nas Grandes Opções do Plano é para fazer intervenção em obra no Canil e no Gatil Municipais. Sabemos bem da obra que foi feita, eu ainda assinei na altura o Projeto daquela obra que foi feita, naturalmente que está inacabada, e é necessário dar mais condições e se for necessário, tal como eu disse de manhã, introduzir mais verba naquela rubrica, nós fá-lo-emos. No que diz respeito às Grandes Opções do Plano e asseguro-lhe uma coisa, a si e a todas e a todos os senhores Deputados, as Associações de Animais, a Casota e a Quasmi, terão financiamento durante o próximo ano, têm aqui o nosso compromisso, haveremos de falar sobre quanto, mas alguma verba terão, para ajudar a alavancar as suas atividades, assegurar o bem-estar animal que é também importante naturalmente. ----- E, no que diz respeito á questão do Bairro da Fraternidade que falou, está envolvido naquelas verbas que há pouco referimos, na requalificação que tem que ser feita a todo o Bairro da Fraternidade, nós estamos em estreito diálogo com o IHRU, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para podermos alavancar junto do PRR a construção de novas habitações para todos os moradores que lá estão, que lá residem e não só, existe ali ainda algum imbróglio jurídico para ser resolvido. Mas nós estamos em franco diálogo com o IHRU para que isso possa acontecer ou iniciarmos esses investimentos durante o ano de dois mil e vinte e dois, e é por isso que este é um Orçamento ambicioso e temos lá muitas verbas sinalizadas para isso e temos que caminhar, temos que trabalhar muito para que isso possa acontecer. ----- Meu caro Deputado Breia Lopes, bem-haja por aqui tão bem ter elencado as medidas previstas neste Orçamento que nos é proposto a aprovação, ao nível da economia, ao nível social, da educação, da juventude, das medidas ao nível do ambiente também, e do apoio às Juntas de Freguesia, bem-haja por aqui tão bem ter elencado, nunca é

demais de facto saber bem recordar o trabalho que foi feito, em menos de dois meses par vos poder apresentar este dossier. É claro que não é um trabalho apenas do Executivo, não, é dos senhores Chefes de Divisão, do Gabinete da Presidência, da Vereação, dos Funcionários da Autarquia, e foi possível em menos de dois meses conseguirmos montar, do nada, este documento. -----

Senhor Deputado João Prata, a Avenida de S. Miguel, já lá está uma verba, são os acessos à estação de passageiros e ao Terminal Rodoferroviário, já lá está uma verba, para neste Orçamento, para podermos iniciar a requalificação por partes, por fases daquela Avenida tão grande que ela é, e de toda a envolvente, digamos ali na Igreja e no mercado, mas já lá está uma verba sinalizada precisamente para isso. No que diz respeito à Variante da Sequeira e dos Galegos, era para ser executada não nos esqueçamos pela Infraestruturas de Portugal, foi esse o Protocolo que foi assinado em julho de dois mil e dezoito, e é bom percebermos o que é que aconteceu a esse Protocolo e tem que ser cumprido esse Protocolo, porque se está escrito, foi assinado por pessoas de bem, e naturalmente as Instituições que são pessoas de bem, vão ter que o executar, por isso é que não está no nosso Orçamento. Tem que estar é no Orçamento da Infraestruturas de Portugal...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Julho de 2018. No que diz respeito...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente...” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Termino já, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Um minuto e termino já. Nós lançamos aqui um desafio. Já percebemos que estamos em pré-campanha eleitoral, vêm Eleições Legislativas, e aquilo que nós queremos, e o desafio que eu já lancei publicamente e continuamos a lançar, e aqui novamente o fazemos, é que os candidatos a Primeiro-Ministro venham reunir à Câmara da Guarda e nós entregaremos a cada um deles as reivindicações que nós temos para o futuro do desenvolvimento do nosso Concelho, seja ao nível das portagens, ao nível do Hospital. Hoje mesmo recebi, foi o outro assunto do telefonema da senhora Ministra da Coesão que é preciso afinarmos rapidamente aqui uma questão relativamente ao dossier do Hospital, da candidatura do Hospital, os Fundos estão praticamente assegurados. Há apenas um pequeno problema burocrático para resolver, que a Câmara vai resolvê-lo. Falávamos à hora de almoço sobre isso também, ao nível das Variantes que queremos que sejam executadas, ao nível do Hotel Turismo, ao nível da habitação, das áreas de localização empresarial e tantas outras áreas necessárias para o futuro, para o desenvolvimento da nossa terra. É este desafio que nós lançamos, que todos os candidatos e candidatas a Primeiro-Ministro venham à Guarda reunir connosco na Câmara Municipal, a Câmara Municipal é a casa do Povo cá do sítio, e tem que ter as portas abertas para todos, para dialogando com todos podermos construir um futuro melhor para a nossa terra. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Ia então colocar à votação o ponto 2.4. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Guarda para o Ano 2022. -----
- Aprovado, por maioria, com sessenta e nove votos a favor e treze abstenções. -----

Ponto 2.5 - Discussão e Votação da Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2022. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente pretende intervir? Muito obrigado. Os senhores Deputados que pretendam intervir sobre este ponto façam o favor, Mapa de Pessoal do Município da Guarda. Penso que, nenhum senhor Deputado pretende intervir. Portanto, iria colocar o ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e Votação da Proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano 2022. -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Na reunião que realizámos com os Grupos Parlamentares, na passada quinta-feira, acordámos discutir, depois temos que votar separadamente é óbvio, mas acordámos discutir os pontos 2.6; 2.7; 2.8 e 2.9, a discussão fazê-la simultaneamente, para pouparmos tempo, depois a votação terá que ser individualizada. Para estes pontos, Participação Variável no IRS, Taxa de IMI, Direitos de Passagem e Derrama para 2021.” -----

Ponto 2.6 - Discussão e Votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado, senhor Presidente da Câmara pretende? No fim? Muito obrigado. Algum senhor Deputado pretende pronunciar-se sobre estes quatro temas, que estão postos à discussão? Senhor Deputado Miguel Borges faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Borges (PS):** “Relativamente a estes assuntos dizer que o Partido Socialista vai votar favoravelmente a apresentação destes valores, no entanto, deixar aqui mais uma vez o aviso, dizer que nós lemos o programa que foi votado e que tinha à frente o senhor Presidente e, portanto, estamos em crer e cá estaremos para o ano para poder aprovar a descida de impostos para o nosso Concelho, de acordo com aquilo que estava no seu programa. Só isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Senhor Deputado António Oliveira, faz favor.” -----

- **Deputado António Oliveira (PG):** “Muito boa tarde. Na pessoa do senhor excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr. José Relva, cumprimento todos os Deputados desta Assembleia, cumprimento o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Sérgio Costa, e cumprimento os excelentíssimos senhores Vereadores e Vereadoras, bem como, todas as pessoas presentes e quem nos acompanha por *streaming*. Com enorme honra e orgulho recebi por incumbência do nosso grupo de Deputados do Movimento Pela Guarda, de sinteticamente vos falar e apresentar a ambição do Executivo Municipal em matéria de

política fiscal, ponto 2.6; 2.7; 2.8 e 2.9 da Ordem de Trabalhos. -----
Todos sabemos da importância que esta variável tem para as pessoas, famílias, (...), empresas e PME's, a política fiscal pode e terá de ser uma variável com contributo importante para a decisão de fixação das pessoas e empresas no Interior do País. É como sabemos um elemento decisório na captação do investimento, povoamento, fixação de pessoas na nossa Região. Daí que este e qualquer outro nosso Governo atual ou próximo, deva pensar e repensar seriamente o Interior do País, atuando no sentido de uma forte discriminação positiva dos nossos Territórios, veja-se o Relatório do Movimento Pelo Interior de dezoito de maio de dois mil e dezoito, onde se apela à coragem política para que os grandes problemas do Interior sejam concretizados nas legislaturas seguintes. Movimento que como sabem se reclamam entre outras medidas fiscais para promover a criação de emprego, de empresas, a criação de postos de trabalho e a fixação de pessoas, bem como a deslocalização de serviços. O seu, a seu dono, o atual Governo deu sinais de querer deslocalizar, para além de ter criado o Ministério da Coesão Territorial, sediou três Secretarias de Estado no Interior, são elas, Secretaria de Estado da Valorização do Interior em Bragança, Secretaria de Estado da Ação Social na Guarda e Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, Florestas e Ordenamento do Território em Castelo Branco. -----
Não estamos agora, nem é nosso propósito aqui aferir das suas realizações, metas atingidas e virtudes, isso irá ocorrer no final de janeiro de dois mil e vinte e dois. Assim sendo, julga o senhor Presidente de Câmara e julgamos nós que uma competitiva fiscalidade no nosso Concelho, deve ser um desígnio da governação Autárquica. Ainda que o Município tenha direito a uma participação até ao limite de 5%, irá exercer o direito a uma participação de 4,5 na taxa variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no nosso Concelho. Como sabemos o IMI é uma receita própria dos Municípios, o código do IMI estabelece como taxa máxima de IMI sobre prédios urbanos 0,45%. Os Municípios podem fixar reduções de taxa de IMI e de a aplicar sobre prédios urbanos destinados a habitação própria permanente dos sujeitos passivos e atender ao respetivo agregado familiar. Como as famílias, os seus rendimentos e os seus desempenhos e dos empresários e empresas estão e estarão sempre no topo das preocupações deste Município, a sua decisão foi de manutenção de taxa de IMI em 0,375%. Por outro lado, manter-se-ão as minorações em função do número de dependentes, desconto de 20% para famílias com um dependente, desconto de 40 euros para famílias com dois dependentes, descontos de 70 euros para famílias com mais de três dependentes. Manter-se-ão as majorações imputáveis a prédios urbanos degradados, mais de 30% e aos rústicos com florestas com situação de abandono, o dobro da taxa com o mínimo de 20 euros. Para o nosso Município requalificação e regeneração do Território continuará a ser um importante desígnio. -----
Manter-se-á a taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25%, como sabemos determinada com base na aplicação de uma percentagem sobre o total de faturação mensal das empresas fornecedoras de serviços de comunicações eletrónicas. Com a taxa de Derrama percebe-se a preocupação do Município em assegurar o necessário equilíbrio entre uma importante receita Municipal e a captação do investimento e a criação de emprego no nosso Território. A estratégia política do Executivo deve visar e promover o crescimento económico, a coesão social, a competitividade territorial. Este Executivo tem o seu foco na captação de novos investimentos e em proporcionar melhores condições possíveis aos investidores, empresários e empresas. O bom

acolhimento, boas condições logísticas, política fiscal competitiva, ajudando e assegurando e estabelecendo sinergias com as diferentes Instituições da cidade e do Concelho. Ainda que o Município possa deliberar uma Derrama até 1,5% sobre o lucro tributável, e não sob o IRC, a Derrama manter-se-á em 1%. -----

E ainda mais importante, o Município deliberou uma taxa zero de Derrama para sujeitos passivos com volume de negócios em dois mil e vinte, ano de forte impacto da Pandemia, inferior a 150 mil euros, ou seja, é patente a preocupação do nosso Executivo com a viabilidade e bom desempenho dos pequenos negócios, microempresas e rendimentos das suas famílias. Citando Edmund Burke, um pensador Irlandês conservador e analista dos fenómenos sociais, «Tributar e agradar não é acessível aos homens, tal como não é amar e ter juízo.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado ou senhora Deputada quer usar da palavra, creio que não há mais nenhum senhor Deputado. Então colocava à votação...” -----

- **António Fernandes, Primeiro Secretário:** “O senhor Presidente quer falar.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Quer falar, peço desculpa.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado senhor Presidente, muito rapidamente. Falando nos quatro pontos, no que diz respeito ao IRS, que mantemos a taxa que vinha do ano anterior, é claro que é sempre possível ir mais além, e nós queremos ir mais além. E queremos, senhor Deputado Miguel Borges, tal como refere o nosso Programa Eleitoral, reduzirmos o IMI para as empresas, é isso que diz, mas temos que fazer um Regulamento para que isso possa acontecer. O IMI é cego, é muito cego, permita-me falar assim e, portanto, nós temos que fazer uma regulamentação própria para que isso seja possível e podermos ir mais além, indo ao encontro dessa medida. -- No que diz respeito ao IRS, mantemos exatamente a mesma taxa que já vinha do passado e nós no futuro, exatamente como no IMI também no IRS, quando tivermos as finanças já mais bem consubstanciadas, em função de todas aquelas gorduras que ainda há pouco falamos, em função dos Fundos Comunitários que possam ser alavancados e depois a seu tempo falaremos, naturalmente, sobre essas possíveis outras reduções. --- E no que diz respeito á Derrama e bem aqui, abordado esse tema pelo Deputado António Oliveira, bem-haja por isso. Nós quisemos dar um sinal às nossas empresas e lançamos uma taxa de 0% para os sujeitos passivos com volume de negócios inferiores a 150 mil euros, mas para nós podermos ir mais além, que é reduzir em 50% a taxa da Derrama para as empresas é preciso regular também, não pode ser de uma forma direta e por isso é que, no próximo ano, se Deus quiser, aqui estaremos a seu tempo a podermos discutir esses Regulamentos. Aliás, já falamos em três ou quatro Regulamentos hoje, mas que importam serem aqui discutidos e aprovados, é isso que depois a certa altura vos pediremos, precisamente para ir ao encontro às pretensões de todas e de todos. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Então colocava à votação o ponto 2.6.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e Votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.7 - Discussão e Votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.7 - Discussão e Votação da Proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.8 - Discussão e Votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2022. -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.8 - Discussão e Votação da Proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2022.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.9 - Discussão e Votação da Proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2021.

- *Resultado da votação do Ponto 2.9 - Discussão e Votação da Proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2021.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.10 - Discussão e Votação da Proposta de Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais - Castanheira - Pedido de Declaração de Interesse Municipal nos Termos do Art.º 23º do Regulamento do PDM. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara pretende, não pretende, muito obrigado. Algum senhor Deputado pretende inscrever-se para opinar sobre este tema? Pretende? Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Deputada Sandra Madeira (PG):** “Na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimento os restantes membros da mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, ilustres Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Técnicos da Autarquia e quem nos acompanha pelos meios digitais. Muito boa tarde a todos. O Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Conceição é uma IPSS com sede na localidade de Castanheira e solicitou ao Município uma proposta de alteração de Lar de Idosos que inclui a edificação de uma estrutura Residencial para Idosos e um Centro de Atividades Ocupacionais, solicitou, portanto, que fosse classificada de equipamento especial de interesse Municipal, nos termos da alínea c), do número 1 do artigo 23º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Guarda. Solicita este enquadramento considerando que esta IPSS é proprietária de um terreno contíguo às suas atuais instalações onde pretende implantar uma Estrutura Residencial para idosos e um Centro de Atividades Ocupacionais, não existindo alternativa viável para o seu enquadramento em área urbana ou urbanizável. Como verificamos, o setor social vive um momento de afirmação pela capacidade evidenciada de resposta a um conjunto de problemas sociais complexos, a que nem os estados, nem as empresas privadas estão preparadas para resolver. -----

Uma das propostas plasmadas no Programa Eleitoral do Movimento Pela Guarda, inclui o reforço de apoios a todas as IPSS's promovendo a criação de mais Estruturas Residenciais no Concelho, para que este seja um Concelho de acolhimento social de excelência. Neste caso está em causa a criação de equipamentos que favorecem o apoio a situações de fragilidade social, colmatam carências no âmbito social, quer prestando apoio a pais idosos com filhos adultos portadores de deficiência, promovendo a sua integração em Valências adequadas às suas necessidades, bem como a sua inserção na vida social da comunidade envolvente e ocupação dos seus tempos livres em Atividades Ocupacionais. Em suma, este Projeto visa melhorar as condições de vida dos seus beneficiários. São inequívocos os resultados económicos do setor social, enquanto facilitador da criação de empregos estáveis e duradouros, bem como o seu impacto no bem-estar das populações na coesão social e na sustentabilidade dos territórios. A economia social é o ponto onde se entrelaçam o económico e o social, o coletivo e o individual. Prova-se assim, ser possível aliar rentabilidade com solidariedade. É imperioso criar condições para o desenvolvimento integral da economia social e este é um dos firmes propósitos deste Executivo. Assim sendo, somos favoráveis à aprovação da Declaração de Interesse Municipal possibilitando a concretização deste Projeto. Aproveito o ensejo para desejar a todos um feliz Natal e que todos encham o coração de esperança para o novo Ano que se adivinha. Muito obrigada." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Senhora Deputada, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado pretende intervir sobre este tema. Dr. Valbom faz favor." -----

- **Deputado José Valbom (PG):** "Renovo uma boa tarde a todos. Sobre este ponto eu queria dizer que são bem-vindos todos os Projetos no âmbito desta área. Somos um Distrito que tem características de acolhimento, tem pessoas boas, tem espaço e temos agora, já temos desde há uns tempos, mas penso que é altura de dar um impulso significativo no Concelho enquanto promotor de boas práticas em idosos, principalmente envelhecimento ativo. E, aí, eu sugeria que o Executivo enquanto de certa maneira pivot de ação nesta área faça um apelo, e eu faço também um apelo, a que todos os Projetos sejam um processo de crescimento das IPSS's. Elas devem ter aquilo que os outros têm, já temos várias, mas que tenham cada vez uma diferenciação de qualidade, espaços para lazer e que de certa maneira tenham também por detrás, se isso é possível, uma filosofia de integração com edifícios congéneres que haja nas suas proximidades, porque assim consegue-se ganhar massa crítica e qualificar melhor os edifícios. Isto englobado numa política geral de qualidade no envelhecimento no nosso Distrito. Eu sou muito por esta história da integração e estou a ficar contente, porque estão a vir das áreas ... no Executivo anterior exclui, nomeadamente, o Vice-Presidente que agora até já falam e notaram que o Executivo tem sete Vereadores, isso é bom. É bom que efetivamente todos deem as mãos, porque isso é necessário, todos somos poucos." -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado quer usar da palavra, faz favor." -----

- **António Martinho, Presidente da Junta de Freguesia da Castanheira (PSD):** "Boa tarde a todos. Cumprimento o senhor Presidente e na qualidade do senhor Presidente sintam-se todos cumprimentados. Então, eu na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia

da Castanheira fico muito contente, e conheço todo o processo deste Projeto. Ou seja, este Projeto, inicialmente, aqui há uns anos foi primeiro Centro de Dia, depois Lar e agora nesta fase vai ser ampliado pelas Valências que já foram referidas. Portanto, a Junta de Freguesia está em colaboração, em estreito apoio com eles, portanto, contem conosco e fico contente que todos em princípio vão votar a favor. Obrigado. E desde já bom Natal a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais algum senhor Deputado ou Deputada pretende intervir? Se não, coloco à votação este ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.10 - Discussão e Votação da Proposta de Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais - Castanheira - Pedido de Declaração de Interesse Municipal nos Termos do Art.º 23º do Regulamento do PDM.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

Ponto 2.11 - Discussão e Votação da Proposta de Cessação da Utilidade Pública dos Terrenos do Campo de Futebol do Grupo Desportivo da Póvoa do Mileu – Alteração em Regime Simplificado do Plano Diretor Municipal da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara não sei se quer usar da palavra? Para já não, muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Quelhas Gaspar (PG):** “Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimentar todos os presentes. A minha intenção na qualidade de eleito local, mas, e principalmente, como cidadão da Guarda, assumir um papel ativo na análise, discussão e defesa de todos os assuntos que digam respeito ao progresso e ao desenvolvimento da minha terra e ao bem-estar, naturalmente, das suas populações. Não poupando críticas e elogios ao desempenho dos eleitos, sempre que esteja em causa o espaço de confiança e esperança no futuro. Assim, e cumprindo os desígnios que julgo serem os da minha eleição, trago hoje à vossa análise uma crítica e um reconhecimento. Não se pretende a crítica por ela mesma, mas estamos perante um caso de grave omissão, senão mesmo de negligência, relativamente a um assunto de relevante interesse para a economia local, que devia ter sido tratado com todo o cuidado, sem esquecer os passos decisivos para a concretização prática, ora tal, não aconteceu como processo dos terrenos antigos do Campo do Mileu contíguos ao Parque Industrial. -----

Com efeito, o anterior Executivo, contrariamente ao que se poderia esperar não soube ou não quis garantir a capacidade construtiva do terreno para Indústria, fim que lhe destina o direito de superfície cedido à Empresa SODECIA. Assegurando que o mesmo seria utilizado para ampliação daquela unidade industrial, não obstante, a recomendação feita nesse sentido pelo atual Presidente da Câmara, à data Vereador sem pelouros. Antes preferiu, o referido Executivo, com olhos postos nas eleições que se aproximavam, antecipar a escritura pública de constituição de direito de superfície por cinquenta anos. Transformando em bandeira política, um Projeto de notável importância para o Concelho da Guarda. Sabemos que as palavras podem ter um modo de dizer e vários modos de entender, mas nem assim, deixaremos de dizer que a proposta que tem por objetivo a cessação da utilidade pública dos terrenos do Campo de Futebol do Mileu, antigo Campo de Futebol do Mileu, subscrita pelo senhor

Presidente da Câmara Municipal merece um acentuado reconhecimento, pois procura a resolução para um erro grosseiro de forma e conteúdo que a manter-se seria de grande prejuízo para a economia Concelhia, não só por impossibilitar o investimento, mas também pelo contributo negativo que daria à criação de postos de trabalho e à fixação de jovens qualificados. -----

Bem sabemos que o senhor Presidente da Câmara atribuía à palavra Autarca o significado de trabalho, zelo, entrega, solicitude e dever, isto no respeito por todos os valores públicos e privados. E que a proposta que submete a apreciação e aprovação desta Assembleia Municipal significa apenas um ato de boa gestão dos assuntos da Autarquia. Contudo, se o dever nos obriga a criticar e a pedir que sejam corrigidos os desvios e incorreções, esse mesmo dever há-de obrigar-nos a aplaudir tudo aquilo que merecer o nosso reconhecimento. Obrigado, pois, senhor Presidente e senhores Vereadores que viabilizaram esta proposta fazendo com que a realidade em construção na Guarda contrarie pela força do trabalho, da persistência e da vontade, a frase que um destacado político da Guarda um dia proferiu afirmando que, «A Guarda é uma cidade em acelerado processo de esvaziamento, o progresso passa-lhe sistematicamente ao largo.» O Grupo Parlamentar do Movimento Pela Guarda votará a favor desta proposta. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado pretende intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Boa tarde a todos. O que está aqui à discussão é o seguimento de um projeto que já estava a ser implementado, aliás era nas anteriores Assembleias Municipais, era falado regularmente que havia reuniões semanais com a citada empresa SODECIA e pretendia a utilização e ampliação dos espaços para o Campo de Futebol chamado do Mileu, mas que já era do domínio privado e, portanto, já não era do Mileu. Esta questão que vem hoje aqui a votação e que diz alteração em regime simplificado, serve para corrigir, pelo menos é o que pensamos, o que não aconteceu na última Assembleia Municipal, porque esta alteração estava prevista no âmbito do Plano de Urbanização do Cabroeiro, que foi chumbado nesta Assembleia Municipal, e como tal, como foi chumbado, tem que vir aqui e muito bem, foi resolvida a situação. Aplaudimos que não sejam postos em causa a criação de postos de trabalho e o investimento de uma empresa, de uma Multinacional que pretende continuar a crescer, apesar da situação que vivemos de algumas dificuldades, mais do que isso não me parece, julgo eu, pelo menos se estiver enganado, alguém que o corrija. Muito obrigado, vamos votar favoravelmente e agradecemos, naturalmente, o voto favorável de todos os presentes. Se não tiver oportunidade de cá voltar, votos de um feliz Natal para todos.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado pretende usar da palavra? Senhor Presidente da Câmara pretende? Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado senhor Presidente, muito rapidamente. Senhor Deputado Quelhas Gaspar muito obrigado pelas palavras. Apenas para recordar, clarificar, como queiram, este ponto. Na última Assembleia Municipal que foi em setembro último, permita-me apenas uma correção, senhor Deputado Hugo Fernandes, não foi chumbado, foi retirado o ponto, foi retirado o ponto e, portanto, não

foi à discussão, entretanto terminou o mandato e o processo do Plano de Urbanização do Cabroeiro está a seguir o seu caminho, digamos assim. Mas isto que está aqui a ser proposto neste ponto, podia ter sido feito muito para além, muito antes do Plano de Urbanização do Cabroeiro. Em março do ano passado, foi quando a empresa, fevereiro, março, perdão, deste ano 2021, foi quando a empresa, foi aquilo que me referiram nas reuniões semanais que estamos a ter, declarou querer fazer o investimento, podia ter sido logo feito este processo. Não é preciso, permitam-me esta expressão que eu vou utilizar agora, para este processo não é preciso Plano de Urbanização do Cabroeiro para nada. Porque a Lei que permite fazer esta alteração simplificada do PDM, está em vigor desde 1994, já foi feita noutros anos, já foi feita noutras matérias e, portanto, não tem nada a ver com o Plano de Urbanização do Cabroeiro. Uma coisa não invalida a outra, peca é por tardio. E este é mesmo o mecanismo mais rápido e mais célere que em pouco mais de um mês, como veem, consegue-se fazer esta aprovação. Já estão feitas as publicações nos jornais de acordo com a Lei, seguindo o pedido de parecer à CCDR que já está dentro do processo, foi aprovado na Câmara, agora o que pedimos é aprovado pela Assembleia Municipal, para que ato contínuo, possa produzir efeitos após o final da discussão pública. E é esta celeridade que nós podemos e devemos dar sempre a toda e qualquer empresa que aqui possa querer investir na nossa terra, é isto que nós devemos sempre saber fazer e é com isso que podem contar sempre connosco, ao longo dos próximos quatro anos. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Presidente da Câmara. Colocaria o ponto à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.11 - Discussão e Votação da Proposta de Cessão da Utilidade Pública dos Terrenos do Campo de Futebol do Grupo Desportivo da Póvoa do Mileu – Alteração em Regime Simplificado do Plano Diretor Municipal da Guarda. -----*
- *Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----*

Ponto 2.12 - Discussão e Votação do Regulamento do Teatro Municipal da Guarda. ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer usar agora da palavra ou ... não quer, muito obrigado. Algum Senhor Deputado? Senhor Deputado Virgílio Bento, faz favor, tem a palavra. Senhor Deputado Miguel Borges, não reparei, fala a seguir? Não, muito obrigado.” -----

- **Deputado Virgílio Bento (PS):** “A cultura, encarada muitas vezes como atividade supérflua e dispendiosa, é vista hoje como um veículo fundamental para afirmar a identidade regional, a coesão do Território e a competitividade dos centros urbanos. Falar hoje em cultura já não é falar numa mera atividade ligada à diversão e ao recreio, mas numa atividade económica fundamental que pode dinamizar sectores como o turismo, criar emprego e potenciar a economia local. Assiste-se a uma inversão de tendência, até então dominante, para ver a cultura como uma área gastadora, sem preocupações de financiamento e de gerar receitas. Hoje, ao nível das políticas culturais, entende-se que a despesa com a cultura deve ser perspetivada como um investimento e um fator de desenvolvimento. -----

A Guarda teve a capacidade de antecipar esta nova visão da cultura. Desde muito cedo, o poder político assumiu a cultura como atividade política prioritária, desempenhando um papel fundamental no apoio e incentivo à criação artística e no desenvolvimento de

projetos estruturantes na área da programação cultural. Assumiu-se que a cultura é uma dimensão fundamental para a formação e a educação do Homem na sua plenitude, é um instrumento determinante para o desenvolvimento da Cidade, do Concelho e da Região. Paradigma desta nova visão, foi a aposta, a partir de mil novecentos e noventa e oito, em dotar a Cidade e o Concelho de equipamentos e instituições culturais de excelência, tendo começado a ser desenhado o triângulo cultural, constituído pelo Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal e o Centro de Estudos Ibéricos. Contudo, para a materialização destes projetos e em particular do TMG, foi importante o lançamento pelo então Ministro da Cultura da Rede Nacional de Cineteatros, na qual a Guarda, por direito próprio, estava incluída. -----

No texto que escreveu por ocasião do quinto centenário, refere que foi em mil novecentos e noventa e cinco, na sequência dos Estados Gerais promovidos pelo Partido Socialista, que, pela primeira vez, «a cultura seria assumida como uma dimensão plena da ação governativa». A estratégia passava por integrar a política cultural num novo modelo de desenvolvimento para o país. É em dois mil e cinco que este OVNI, utilizando a expressão do nosso saudoso amigo Eduardo Lourenço, aterrou na cidade da Guarda. Apesar da sua fragilidade, própria de um adolescente de dezasseis anos, atingiu uma maturidade que é hoje reconhecida por todos. O então Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho reconheceu-o «como um dos mais eloquentes casos de êxito» desta Rede Nacional de Equipamentos Culturais. O próprio Diretor Regional da Cultura à época, Professor António Pedro Pita, afirmou que o TMG teve a capacidade de infringir hábitos instituídos, subir a modéstia de algumas expectativas. Já não se pode pensar a Cidade, o Concelho, a Região, sem valorizar o papel que o Teatro Municipal passou a desempenhar neste Território. O seu aparecimento, a qualidade do seu projeto e da sua programação, provocou uma revolução, ainda inacabada, em toda esta Região. -----

A Guarda assumiu uma centralidade, que já não é apenas geográfica, mas também cultural. Mas falar do Teatro Municipal não significa apenas falar de uma estrutura física que todos gostamos de admirar, mas também de todos os excelentes técnicos das diferentes áreas que no dia a dia trabalham para não permitir que este OVNI «levante voos e parta para paragens longínquas», porque ele é pertença da Guarda e da sua Região. Este Regulamento, no seu preâmbulo, realça a importância que o TMG teve e continua a ter no desenvolvimento cultural da cidade, do Concelho e da Região. Ao longo dos seus dezasseis anos de atividade tem desempenhado cabalmente as funções para que foi criado, como uma estrutura de programação consistente e regular, atenta às mais diferentes sensibilidades estéticas. Estamos perante um documento tecnicamente bem elaborado que salvaguarda a dignidade deste equipamento e respeita escrupulosamente a sua missão. Como tal, só pode merecer o nosso voto favorável. Contudo, este olhar sobre o passado e o presente do TMG não pode ser, como diz Eduardo Lourenço, «como o de Loth, que convertia familiares em estátuas de sal. Temos de saber que a viagem no nosso passado apenas começou. E que o futuro dos homens é um eterno presente». Neste sentido, é obrigação nossa continuar a construir o futuro que, como escreve, igualmente, o nosso pensador «é o tempo unicamente feito de esperança, sonho e utopia, donde tudo vem e em função do qual caminhamos para alguma espécie de porto». Com este voto de confiança no futuro, desejo a todos um santo e feliz Natal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada, algum senhor Deputado pretende usar da palavra? Não vejo

ninguém. Senhor Presidente de Câmara, pretende usar? Não, muito obrigado, também. Então colocaria à votação o Regulamento do Teatro Municipal da Guarda.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.12 - Discussão e Votação do Regulamento do Teatro Municipal da Guarda.* -----

- *Aprovado, por unanimidade, com setenta e três votos a favor.* -----

Ponto 2.13 - Conhecimento do Relatório sobre Revisão de Informação Financeira Intercalar do Município. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Daria a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se ele pretender usar da mesma. Não pretende. Algum senhor Deputado, senhora Deputada pretende usar da palavra sobre este tema? Portanto, está cumprido o ponto.” -----

Ponto 2.14 - Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda Acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Daria a palavra ao senhor Presidente, se entender que deve falar. Muito obrigado. Algum senhor Deputado pretende usar da palavra sobre este tema? Passaríamos então ao último ponto da Ordem de Trabalhos, ponto 2.15.” -----

Ponto 2.15 – Eleição de Representantes da Assembleia Municipal Para as Seguintes Instituições: -----

2.15.1 Conselho Municipal de Educação -----

2.15.2 Conselho Municipal de Juventude -----

2.15.3 Conselho Municipal de Segurança -----

2.15.4 Conselho Cinegético Municipal -----

2.15.5 Conselho Municipal do Associativismo -----

2.15.6 Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda -----

2.15.7 Comissão Municipal de Proteção Civil -----

2.15.8 Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) -

2.15.9 Comissão de Acompanhamento de Implementação de Medidas de Combate aos Incêndios Florestais -----

2.15.10 Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais -----

2.15.11 Associação Nacional de Municípios Portugueses – Ratificação -----

2.15.12 Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Com uma breve nota, de que as várias listas para estas doze Instituições ou Institutos estão afixadas lá fora, no entanto permitir-me-ia dizer que os nomes apresentados para cada um destes doze pontos, obtiveram o

consenso na reunião entre a mesa e os líderes, ocorrida na passada quinta feira. São listas únicas para cada órgão há uma lista, não sei se alguém querera apresentar alguma lista neste momento, não sei se algum senhor Deputado se quer pronunciar? Faça favor senhor Deputado do Partido Socialista.” -----

- **Deputado João Vaz (PS):** “Bem, não individualizando ninguém, boa tarde a todos e a todas. Eu hoje venho aqui falar por causa do Conselho Municipal da Juventude. Desde já dizer que estou muito contente pelo Partido Socialista me ter escolhido para representar o Partido Socialista no Conselho Municipal da Juventude, um órgão que é de extrema importância, se queremos valorizar a Juventude no nosso Concelho, como tenho a certeza que todas as forças políticas aqui presentes o querem fazer. Por não ser estreado neste órgão, entendo bem que a politização do mesmo, promove no órgão, dinâmicas completamente opostas às que seriam de esperar para o bom funcionamento. Por isso deixo desde já o apelo à senhora Vice-Presidente, que tanto quanto sei irá representar o Presidente da Câmara na Presidência deste órgão, para que não discrimine, nem censure nenhum Conselheiro por ter opiniões diferente às suas, como a sua antecessora por diversas vezes tentou fazer. -----

Da minha parte podem esperar uma postura de completa colaboração, sempre a pensar nos superiores interesses dos jovens da Guarda, não contem, no entanto, nem que feche os olhos nem a boca, a más decisões do atual Executivo nem, desrespeitos pela juventude da Guarda. O Regime jurídico do Conselho Municipal da Juventude é bastante claro quando diz que compete a este órgão, o parecer não vinculativo, no entanto obrigatório, sobre o Orçamento Municipal, no que toca às rubricas direcionadas a políticas da juventude. Não aceitarei, como justificação para que isto não tenha acontecido o facto de não estarem eleitos os representantes. Porque isto coloca-nos aqui num limbo entre não cumprir com a obrigatoriedade de haver o parecer ou não cumprir com a obrigatoriedade de eleger os representantes. E na minha opinião neste limbo, tendo que escolher uma das coisas para não cumprir, terá que ser a de não haver os representantes e deverá ser ouvida a Juventude. Principalmente porque já será aberto este precedente, quando mais à frente iremos votar, iremos não votar, mas sim ratificar, os representantes na Assembleia Nacional de Municípios. Tendo em conta isto, só vejo uma razão para não ter sido convocado o Conselho Municipal da Juventude, que é o Executivo considerar que não existe no Orçamento dotações para políticas da juventude relevantes ou que mereçam a consideração dos Conselheiros do Conselho Municipal da Juventude. -----

Em conversa com o Tiago Gomes, e tenho a certeza que ele não levará a mal esta inconfidência, até porque ele não me pediu segredo, ele classificou, este acréscimo de 20 mil euros, totalizando 50 mil euros, ao Conselho Municipal da Juventude, como histórico. Bem, histórico provavelmente será, mas o que é que isso quer dizer, em que é que se traduzem estes 50 mil euros, vai ser com estes 50 mil euros que vão fazer finalmente o Gabinete da Juventude? Ou que vão elaborar e executar o Plano Municipal da Juventude? Ou até que vão garantir o horário alargado de salas de estudo para os Jovens? Ou tantas outras promessas eleitorais que vêm no Programa do Pela Guarda, que aliás é o tema que abre o Programa Eleitoral e muito bem, se for com estes 50 mil euros que vão fazer isso tudo, não me parece que seja histórico, parece-me é que é insuficiente. -----

De qualquer forma, deixe-me que diga, senhor Presidente que existe no seu Programa Eleitoral medidas bastante boas para a juventude da Guarda, muitas delas até são

semelhantes, ou até diria iguais, aos Programas Eleitorais dos outros partidos e, portanto, deixe-me que lhe diga que estou, naturalmente, completamente disponível sempre para ajudar a concretizar estas medidas e que aplaudirei se concretizar todas estas medidas, o apelo que lhe faço é que inclua sempre a Juventude no elaborar e no executar destas decisões, e não só através do Conselho Municipal da Juventude, mas através também do diálogo com os dirigentes das Associações Juvenis, das Juventudes Partidárias, dos Movimentos Juvenis e restantes formas de Associativismo Juvenil, não voltando a repetir esta omissão e esta impossibilidade de participação, destes contributos valiosos que a Juventude podia ter dado para o Orçamento. Este Município congratula-se de estar incluído na Rede Municipal de Amigos da Juventude, uma rede que é um compromisso que assumiram no fundo, de desenvolver Políticas da Juventude, mas acho que a Juventude da Guarda ainda não tem sentido essa amizade por parte do Município e deixo aqui o meu voto de que durante este mandato isso seja possível e que durante, já durante o próximo ano, a Juventude possa sentir que o Município é um pouco mais amigo dela. Obrigado e bom Natal a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado Senhor Deputado. Mais algum senhor Deputado pretende, usar da palavra? Senhor Deputado José Rodrigues, faz favor.” -----

- **Deputado José Rodrigues (PG):** “Boa tarde a todos, cumprimentar o João, também representante da Juventude que falou agora, primeiro que tudo na estreia neste órgão, eu quero pedir desculpa pelo meu atraso. Eu tive compromissos fora da Guarda durante o fim de semana e o único autocarro que chegava mais cedo era às dez e quarenta hoje de manhã, e fica aqui também publicamente, o meu pedido de desculpas por isso. Sobre o que o João disse, na grande maioria da base ou do fundamento da Juventude, eu estou de acordo com o que tu expuseste. Como tu explicaste bem eu acho que esta questão de ter sido pedido o parecer ou não, é uma impossibilidade por termos duas coisas impossíveis de cumprir, a nomeação e a emissão do parecer e mais do que isso é a partir de agora, nós estamos também no Conselho Municipal da Juventude, e aqui também agradeço a seleção por parte do Grupo Parlamentar Pela Guarda, para eu participar nesse Conselho Municipal da Juventude, nós darmos um exemplo, nós aqui há pouco vimos até algum lavar de roupa suja, devido a um debate que não achei muito, muito em prol da Guarda, e nós também neste Conselho que eu acredito que o Executivo vai diligenciar e dar o pontapé de saída rapidamente e de forma aberta e sem discriminações, nós podemos dar o exemplo e nesse Conselho Municipal da Juventude, mostrar trabalho, dar provas de que podemos fazer algo pela Guarda e pelos Jovens e se agora falamos em 50 mil, mostrar que daqui a dois anos ou no próximo Orçamento, serão cem ou duzentos, e que somos também merecedores desse, desse voto de confiança dos Deputados que votam o Orçamento. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Não sei se mais algum senhor Deputado, senhora Deputada pretende intervir, senhor Presidente da Câmara pretende usar da palavra? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “A discussão do Orçamento já teve lugar, mas a verba que está elencada, senhor Deputado, para o Conselho Municipal da Juventude, é única e exclusivamente para poder ser proposta, ser gasta pelo Conselho Municipal da Juventude, veja só, se formos ver o que está executado do Orçamento atual, do

Conselho Municipal da Juventude, que eram 30 mil euros, foram executados 9 mil. Nós estamos a propor 50 mil e aquilo que queremos, nós não sabemos, nem queremos saber o que é que foi feito no passado e os relacionamentos que havia, ao que percebemos, ou que percebi agora, dentro o Conselho Municipal da Juventude, queremos virar mesmo a página, porque no dia vinte e seis de setembro, viramos todos a página do livro das nossas vidas. Mas, estou certo que a senhora Vice-Presidente irá conduzir, bem, muito bem os trabalhos, como é seu apanágio, ao longo dos anos, e naturalmente encontrarmos as medidas certas e necessárias numa discussão franca e aberta, para trabalharmos para a Juventude. -----

Eu já fui jovem, agora sou apenas menos jovem, mas tenho filhas que são jovens, e nós temos que olhar sempre para o futuro, o futuro é a Juventude, é a Juventude que é o futuro das nossas terras. Mas deixe-me dizer-lhe dois ou três pontos, que não estão no Orçamento do Conselho Municipal da Juventude, estão noutras rubricas, O Programa de Inovação e Tecnologia, diz muito à Juventude, o reforço das Bolsas de Estudo, diz muito à Juventude, o Plano de Alojamento do Ensino Superior e Secundário, diz muito à Juventude. E tantas, e tantas e outras matérias que nós fizemos questão de colocar no Orçamento, mas que podem e devem ser sempre discutidas no seio do Conselho Municipal da Juventude. E é com essa voz crítica e construtiva, com essa irreverência permita-me também, que deve estar sempre presente dentro de todos nós, principalmente dos mais jovens, que nós devemos ambicionar construir um bom Orçamento nos próximos anos, e para podermos executar os Orçamentos que são colocados à disposição de todos. Muito obrigado senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Então iríamos colocar os Pontos individualmente à votação. Irá ser colocada naquela mesa onde se tem usado a palavra, a urna para o Conselho Municipal de Educação, e por acordo para este lugar foi indicada a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Vila Fernando, Dona Maria do Carmo Mendes Monteiro Gonçalves. Pedia à primeira fila, começando pelo meu lado direito que viesse votar, primeira fila, depois a segunda fila, entraria por ali, sairiam aqui por trás. Não pode estar presente o Executivo? Tiago obrigado, estávamos aqui em discussão, se poderia ou não poderia estar, portanto, desde já em nome da mesa, desejo a todos os membros do Executivo se não nos voltarmos a ver, um bom Natal e um bom Ano, mas ainda nos vamos vendo aí.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, já no final da Assembleia, e temos que cumprir as regras e por isso nos iremos ausentar, desejando a todas e a todos um santo e feliz Natal, com muita saúde, com muitas cautelas, porque estamos obrigados todos a isso. Os números mundiais a isso obrigam, devemos estar sempre em segurança, também junto das nossas famílias e dos amigos e um excelente Ano dois mil e vinte e dois para todas e para todos. Muito Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Pedia aos senhores Deputados, portanto, faríamos a votação começando da primeira fila do lado direito, entrando por ali e saindo por aqui. Os que tiverem na sua posse alguma esferográfica ou caneta, agradecia que utilizassem. O que pedia era o seguinte: após a última votação, da Assembleia Municipal das Beiras e Serra da Estrela, pedia aos senhores Deputados, mais um bocadinho de tempo, porque ainda teremos uma outra votação, que é colocar à votação a aprovação das deliberações tomadas hoje,

deliberação em minuta. portanto, pedia que fizessem o favor de não saírem. Muito obrigado.” -----

- Seguidamente, e por escrutínio secreto, procedeu-se à votação para a Eleição de Representantes da Assembleia Municipal para as Instituições nomeadas nos diferentes subpontos do ponto 2.15. Os resultados da votação foram os seguintes: -----

2.15.1 Conselho Municipal de Educação -----

Eleita: Maria do Carmo Mendes Monteiro Gonçalves, com setenta e dois votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção. -----

2.15.2 Conselho Municipal de Juventude -----

Eleitos: José António Jacinto Rodrigues; Miguel Nuno Gonçalves Bandarra; João António de Lima Vaz; Luís Alberto Fernandes Soares; Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis e Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier, com sessenta e dois votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

2.15.3 Conselho Municipal de Segurança -----

Eleitos: Álvaro Pereira Guerreiro; Luis António Pereira Santos, José Manuel Fernandes Rabaça; Manuel Vítor Martins Pereira; António Jorge Vieira Esteves; Patrick Paiva Joaquim; António Carlos Saraiva Fernandes; Rui Sérgio dos Santos Fernandes; António Alberto Marques, com sessenta e dois votos a favor, um voto contra e três abstenções.

2.15.4 Conselho Cinegético Municipal -----

Eleito: Joaquim José Gonçalves Baía de Abreu, com sessenta e dois votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

2.15.5 Conselho Municipal do Associativismo -----

Eleitos: - Daniel dos Santos Gonçalves; António Gonçalves Martinho; Maria Manuela Cardoso Almeida Fernandes; Luís Alberto Fernandes Soares; Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis; Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier, com sessenta e dois votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

2.15.6 Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Guarda -----

Eleitos: Eloisa Filipa Nabais Teixeira; Ana Rita Ventura Brissos; Isabel Cristina Campos Henriques Gonçalves; João José Santiago Alves Correia, com sessenta e dois votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

2.15.7 Comissão Municipal de Proteção Civil -----

Eleito: Artur Agostinho Lopes, com sessenta e dois votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

2.15.8 Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) -

Eleito: Andreia Patrícia Plácido Fernandes, com sessenta e um votos a favor, um voto contra e quatro abstenções. -----

2.15.9 Comissão de Acompanhamento de Implementação de Medidas de Combate aos Incêndios Florestais -----

Eleitos: António Carlos Saraiva Fernandes; José Carlos Valente Breia Lopes; José Manuel Fernandes Rabaça; Maria Manuel Rodrigues dos Santos Pimentel; Luís Alberto Fernandes Soares; Cláudia Isabel Silva de Sá Guedes Ribeiro Reis; Bárbara Inês Gonçalves de Almeida Xavier, com sessenta e um votos a favor, dois votos contra e três abstenções.

